

CARTAS DO BRASIL



Série 5.^a — BRASILIANA — Vol. 215
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

MAX LECLERC

CARTAS DO BRASIL

TRADUÇÃO, PREFÁCIO E NOTAS
DE
SÉRGIO MILLIET

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre

1942

981
B223
v. 215

435

分一第

第 100 号
第 100 号

Í N D I C E

Prefácio	7
I — Desembarque original — O aniversário de guarda-mor — Panorama do Rio — As causas da revolução — Presidente à força — Primeiros atos do novo governo — A sedição de 19 de dezembro	13
II — As consequências da mutação de 19 de dezembro — O sistema de silêncio — A doença do Doidoro — As medidas de exceção — O decreto contra os conspiradores. A ditadura — O período governamental do governo provisório — Os novos electores — A situação económica e financeira: Uma crise imminente	25
III — O relatório do ministro da Fazenda	35
IV — O Brasil do verão — A vida no Rio — O bairro dos negócios — A rua do Ouvidor — O carácter fluminense — A sociedade de Petropolis — Monarquistas de entem, republicanos de amanhã	45
V — Rio não é o Brasil — Uma excursão ao interior — Do Rio a S. Paulo — A cidade de S. Paulo — Os paulistas: tipo e carácter — O espirito público — A campanha abolicionista — A república federativa; como a entendem os paulistas — O trabalho de reconstrução — Santos, porta para o mar	57
VI — Uma excursão ao interior da provincia de S. Paulo — 300 quilómetros rumo ao oeste — Uma fazenda de café — Uma plantação erguida dentro da floresta virgem — O rendimento do cafeeiro — Cafeeiros em ordem de batalha — A colheita da cereja e o preparo do grão — O trabalho livre substituindo a mão de obra escrava — A imigração: A situação do imigrante — Os pretensos colonos — A questão social no Brasil — O imigrante deve	

- colonizar por conta própria e não ser apenas o substituto do escravo — Os benefícios que tiraria o Brasil de uma imigração bem orientada — Os fundos e a pequena propriedade — O direito de propriedade — Necessidade de reabilitar o Trabalho 75
- VII — A partida do ministro das relações exteriores para Montovideu e Buenos Aires — A questão das missões — Tratado entre o Brasil e a Argentina — O sr. Quintino Bocaiuva e a amizade Argentina — O governo provisório, a "Fraternidade Americana" e a Europa — As concessões ao exército — A "aclamação" de 15 de janeiro — Os projetos de sr. Rui Barbosa — A liquidação de dezembro — O repotismo — A grande "naturaçiação" — A separação da igreja e do estado 91
- VIII — O plano financeiro do sr. Rui Barbosa — Análise do decreto de 17 de janeiro de 1890 — Banco para todos os fins — Brasil em ações — Um homem de negócios — aborto ou crise 107
- IX — O acordar do espírito crítico — A imprensa abandona sua reserva — Protestos contra o decreto dos bancos — As censuras ao governo provisório — Os erros do poder e a força de inércia do povo brasileiro — As desinteligências no seio do governo provisório — O sr. Rui Barbosa — Benjamin Constant — Quintino Bocaiuva — O marechal Deodoro — As excelentes intenções do marechal e de seu ministro da guerra 117
- X — A queda de um regime 131
- XI — O caráter nacional — Sociedade organica — A família — O papel da mulher — A educação — Uma elite — A imprensa — O regime parlamentar e os costumes políticos — Centralização e autonomia provincial — A administração — O clero — O exército e a marinha — A obra da republica 151
- XII — O Brasil e a França — Questões economicas 173

P R E F A C I O

Se outro interêsse não apresentasse, esta coletânea de artigos publicados no "Journal des Débats", em 1889 e 1890, teria o de constituir uma das primeiras "Reportagens" modernas. Em fins do século XIX começa a imprensa a se metamorfosear, beneficiando da invenção do telégrafo e do desenvolvimento em larga escala dos transportes rápidos, terrestres e marítimos. O que não fôra possível anteriormente, em virtude da lentidão das comunicações, torna-se uma aventura vulgar, ao alcance mesmo das bôlsas modestas. Os grandes jornais francezes e inglêses principiam então a enviar, para onde quer que ocorram acontecimentos importantes, redatores incumbidos da remessa de relatórios circunstanciados, redigidos de maneira a não sômente informar os leitores, mas ainda preparar o terreno para objetivos menos imediatos. No caso de Max Leclerc, logo se observa o interêsse do jornal no lançamento de futuras emprêsas exigentes de capitais. O expansionismo capitalista já se acha então em pleno apogeu e uma concorrência acirrada se esboça entre a

Inglaterra e as grandes potências continentais. A queda do Império repercute profundamente na Europa, onde o Imperador sempre gozara de grande prestígio, e aos olhos da política francesa uma possibilidade de penetração se antepara. E' preciso porém conhecer mais de perto o campo de batalha, entrar na intimidade dos homens do governo, sondar-lhes as ligações com os elementos conservadores, observar-lhes as tendências, estudar o seu aproveitamento. E lá se vai Max Leclerc, mais ou menos de contrabando, em um navio que se destina ao Prata e cujos passageiros a péssima reputação sanitária do Rio de Janeiro apavora. O que viu e ouviu êsse repórter não nos pode agradar demasiado. Em sua correspondência, embora se mantenha num nível elevado de linguagem, sublinha defeitos graves de nosso temperamento, erros lamentáveis de nossa administração. E' um testemunho, entretanto, que não temos o direito de ignorar e que, sem dúvida alguma, contribuirá em muitos pontos para esclarecer êsse período ainda por demais recente de nossa história. Em verdade, tais julgamentos apresados, superficiais, baseados em observações rápidas ou em informações de terceiros, muitas vêzes suspiciíssimos, devem ser postos de quarentena, principalmente no que concerne à psicologia do nosso povo, coisa bem mais complexa do que parece imaginar o

autor. Nem será permitido olvidar tão pouco a carência de recuo imprescindível a uma apreciação realmente imparcial e completa da Revolução de 89. Disse revolução, mas melhor fôra referir-me ao golpe de Estado, ou à revolta, porquanto, sociologicamente (e a terminologia sociológica é de rigor nesses assuntos) a palavra revolução implica em modificação de usos e costumes, de instituições, de filosofia da vida, e a República apenas mudou a forma de governo, pouco se fazendo sentir a sua influência na vida cotidiana, nos hábitos e nas preocupações dos brasileiros.

Max Leclerc é um repórter. Um jornalista perspicaz e ativo, que não perde tempo e sabe olhar. Mas tem os defeitos de suas qualidades, e uma cultura económica e social (dizia-se política nessa época) assaz rudimentar. É o que o leva a certas afirmações, quanto ao carácter brasileiro, que um conhecimento, mesmo vago, de nossa história teria evitado. Assim, quando se refere à ausência de crises em nossa evolução, quando se estriba nos sarcasmos de Eduardo Prado, exilado e vítima do movimento republicano, comete imperdoável leviandade, pois esquece não só o fenómeno bandeirante mas também as lutas contra os holandeses e franceses e a guerra do Paraguai. Outros erros, outras conclusões superficialíssimas, se devem atribuir a certas idéias então

em grande aprêço, como novidades que eram, as das influências biológica e fisiográfica no incremento da civilização. Porisso, ao explicar, sob tal aspecto, o progresso de S. Paulo, perde de vista o fausto anterior de Pernambuco. Não vamos analisar pormenorizadamente a obra de Max Leclerc. Seria tirar ao leitor o prazer de descobrir por si próprio as qualidades e os defeitos das "Cartas de Paris". Pesando-os bem, com honestidade e desapaixonadamente, veremos que se equilibram, o que já basta para justificar a nova edição, sobretudo em se tratando de documento ainda inédito em português na nossa brasiliana.

Há mais porém. Se a brasiliana em idioma estrangeiro é copiosa em relação à fase colonial e ao Império, pouco se escreveu alhures sôbre a nossa vida republicana. O que de melhor possuímos a respeito devêmo-lo a escritores brasileiros: Oliveira Viana, Rui Barbosa, Eduardo Prado e outros. Um paralelo entre a opinião dêsses historiadores e sociólogos de nossa terra e os observadores alienígenas só nos pode ser útil. Em que pese a carência de recuo, a que já aludí, o testemunho do jornalista francês espelha o ponto de vista, senão do mundo, pelo menos de boa parte da Europa. A reação desta ante a lei da "grande naturalização" nêle se reflete. Sua desconfiança na palavra de Rui Barbosa também,

E do mesmo modo sua "incompreensão" do pan-americanismo ensaiando seus primeiros vôos na política exterior do Brasil.

Não será permitido concluir pela assertiva de que o livro de Max Leclerc comporta observações essenciais ao estudo da história da República e da ação do Governo Provisório; mas não será excessivo afirmar que alguns de seus comentários nos ajudam a entender a revolta posterior de 1893, bem como inúmeros eventos a ela associados.

SÉRGIO MILLIET.

I

DESEMBARQUE ORIGINAL — O ANIVERSARIO DO
GUARDA-MOR — PANORAMA DO RIO — AS
CAUSAS DA REVOLUÇÃO — PRESIDENTE A
FORÇA — PRIMEIROS ATOS DO NOVO GO-
VERNO — A SEDIÇÃO DE 19 DE DEZEMBRO.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1889.

Ao embarcar em Pauillac, a bordo do *Plata*, a 5 de maio, não tinha absolutamente a certeza de chegar ao Rio a 21. O *Plata* não devia receber passageiros para o Brasil; partia repleto de platenses ansiosos por desembarcar em Montevidéu ou Buenos Aires e preocupados em passar ao largo da "capital da febre amarela". Não haviam pensado na mala postal que o correio tinha a intenção de entregar no Rio! E eu confiara nela para desfazer uma das malhas da rêde e escapar no momento oportuno.

Há entre argentinos e brasileiros, entre portugueses e espanhóis, velhos ciúmes, antigas rivalidades que se avivam ao menor pretêxto. E entre as

autoridades sanitárias dos dois países, Brasil e Argentina, incômodas dissensões se erguem a cada instante. Rio não tem a reputação do que se pode chamar um "health resort", mas, na qualidade de bons vizinhos, não perdem os argentinos a oportunidade de dar à capital do Brasil uma reputação bem peor sem dúvida do que a merecida. Em Montevideú a "Saúde" patenteia extrema desconfiança para com os navios que tocam no Rio. Assim é que o *Portugal*, das "Messageries Maritimes", se viu forçado a uma quarentena de dez dias, por ter perdido um passageiro entre Rio e Montevideú, na sua última travessia, embora não se soubesse exactamente ondê embarcara o indivíduo, nem de que jeito. O caso, bem que duvidoso, foi classificado pelas autoridades uruguaias entre os de febre amarela.

Essa recordação de um fato recente assombrava os espíritos a bordo do *Plata*. Quando se soube, em Lisbôa, que o barco depositaria malas postais no Rio, houve murmúrios; mas quando se veio a saber, mais tarde, que o vapor transportava um passageiro para o mesmo pôrto, os semblantes se anuviaram; finalmente, quando o paquete teve que entrar na enseada do Rio, embora por algumas horas apenas e sem estabelecer comunicação com a terra, muitos rostos empalideceram, amarelaram, e

quando se revelou que decididamente o correspondente do "Journal des Débats" ia desembarcar a indignação succedeu ao estupor. Formaram-se grupos, conciliábulos animados realizaram-se por toda parte, chegando-se sempre, através de um raciocínio tão altamente sutil que se evaporaria em caminho caso o transmitisse a meus leitores, a seguinte e lamentável conclusão: se deixarmos desembarcar no Rio esse jornalista, seremos considerados suspeitos em Montevideu; é preciso portanto impedi-lo de descer.

E o bom comandante Baule teve que sofrer o assalto de seus passageiros que haviam jurado conservar-me em sua companhia. Entremettes, a embarcação que devia levar as malas acostara e o comandante me fêz passar silenciosa e rapidamente — como uma simples carta — pela portinhola de comunicação.

Por certo sinto-me imensamente grato a êsses amáveis argentinos por terem mostrado tanto apêgo à minha pessoa, mais ainda, porém, sou reconhecido ao comandante Baule por me ter permitido chegar ao Rio antes de todos na qualidade de representante da imprensa francesa.

Trazia eu uma carta de apresentação para o diretor da alfândega marítima, o guarda-mor. Introduzido imediatamente em seu escritório, deparei

com o chão juncado de flôres e a sua secretária coberta de enormes ramalhetes. Minutos após surgia o guarda-mor, escoltado pelos seus ajudantes e precedido por dois contínuos que jogavam pétalas de flôres a seus pés. Cada qual, em seguida, abraçou calorosamente o chefe; discursos se fizeram ouvir e lágrimas discretas umedeceram os olhos de todos. E' que eu chegara no dia de aniversário dêsse alto funcionário.

Essa cerimônia comovente, a contemplação dêsses rostos enternecidos, dêsses gestos expansivos, levaram-me a esquecer a política. Não sentia, em verdade, nenhuma tragicidade no ambiente; ainda sob o encantamento do magnífico panorama da enseada a mim revelado à luz fulgurante da manhã, enleado ainda no movimento do pôrto, e no negro formigueiro dos inúmeros carregadores vagando pelo cais, esquecera-me de tentar descobrir nessas novas fisionomias os vestígios de um republicanismo recente. Não me lembrava mais de que vinha ver a Revolução em ação. No fundo essa minha atitude era muito desculpavel. Nessa cidade de ruas estreitas, movimentadas, povoadas de semblantes alegres, de rostos risonhos, nessas ruas de fachadas vistosas, não percebia eu quaisquer "sinais dos tempos". Experimentava, mesmo, até certo ponto, uma estranha sensação: parecia-me, ao percorrer a rua da Alfânde-

ga, a rua Primeiro de Março ou a famosa rua do Ouvidor, que me achava na City de Londres, transportada sob um céu egípcio e adaptada a um molde oriental.

Tive a infelicidade de abrir um jornal e logo a política me açambarcou. Acabo de passar três dias indagando, ouvindo, anotando os testemunhos para compará-los entre si. Não tenho tempo hoje para adotar uma ordem sistemática, nem a pretensão de esgotar o assunto. Esboço tão somente certos aspectos.

A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la. Mas aconteceu que os que fizeram a revolução não tinham de modo nenhum a intenção de fazê-la. E há, atualmente, na América, um presidente de república à força.

O presidente do último ministerio imperial, senhor de Ouro Preto, que foi um excelente ministro da Fazenda, era também um homem extremamente autoritário. Sentindo amolecer a mão do Imperador e prevendo uma transmissão do poder, entendera presidi-la depois de assentar o seu poder pessoal em sólidas bases. Não bastam em tais casos ambição e energia; é preciso saber conquistar partidarios, ligar aos seus os interesses alheios e, o que é mais útil ainda, recusar-se a si próprio o prazer de colecionar inimigos. . . Ouro Preto, que sempre desconfiara dos

militares, os quais lhe retribuiram a desconfiança na mesma moeda, pôs na cabeça quebrar a força do exercito, reduzi-lo à impotencia. Seu plano, ao que se comentava, consistia em dispersar os regimentos afastando-os da capital para os confins do Imperio e em seguida dissolver o exercito. A Guarda Nacional o substituiria; ela tinha apenas seus quadros, por ora, mas esperava reunir dois mil guardas nacionais a 2 de dezembro. O ministro da Guerra deveria passá-los em revista no dia do aniversario do Imperador.

Enquanto tais projetos tomavam corpo e o primeiro ministro se preparava para executa-los, espalhou-se o boato de que o Imperador pensava abdicar a 2 de dezembro em favor da condessa d'Eu, à condição de renunciar ela imediatamente a seus direitos e aos de seus filhos em beneficio do principe D. Pedro Augusto de Saxe-Cobourg, filho mais velho da segunda filha do Imperador. Parecia pouco provavel que a condessa D'Eu de bom grado sacrificasse seus direitos e principalmente os de seus filhos, mas o certo é que a imensa maioria dos brasileiros estava resolvida a não admitir que o Conde D'Eu se aproximasse do trono. Pretendia-se agir e teria havido, fatalmente, a 2 de dezembro, uma revolução de Palacio, talvez mesmo um movimento popular.

As medidas tomadas ou preparadas pelo visconde de Ouro Preto contra o exercito, jogaram os officiaes descontentes nos braços de alguns chefes republicanos dispostos a tomar a liderança e a insuflar nos velhos partidos sua pequena revolução. Ora, um "honesto soldado", chefe natural dos descontentes do exercito, porque fôra dos mais severamente tratados, acabava de voltar ao Rio de Janeiro. O marechal Deodoro da Fonseca é filho de um official que se distinguio à frente de um regimento na guerra do Paraguai. Partira com seus sete filhos para combater Lopez, e sua mulher e sua filha o haviam acompanhado como enfermeiras. Ha dois anos, em consequencia de conflitos sangrentos occorridos nas ruas do Rio entre o exercito e a policia, e que duraram varios dias, Deodoro, que manifestara abertamente seu descontentamento ante a attitude da policia e do governo, foi enviado para os confins do Imperio com a missão de observar a fronteira da provincia de Mato Grosso. Ao voltar, ha três menses, era inimigo declarado de Ouro Preto, tal qual este dos militares. Mais de uma vez solicitou Deodoro ao Imperador a demissão de um ministro tão hostil ao exercito e tão suspeito; em vão. Porisso, quando os republicanos fôrão propôr a Deodoro "fazer alguma coisa" antes de 2 de dezembro, afim de evitar o golpe que se pre-

parava, já estava Deodoro maduro para a revolução. Esta rebentou ao tentar o visconde de Ouro Preto fazer embarcarem para o norte os batalhões duvidosos. Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil; era contra Ouro Preto e não contra a monarquia. Mas não levava em consideração seus aliados, os republicanos.

No início do movimento, ao recusarem embarcar as tropas, com o apoio dos alunos das escolas Naval e Militar, todos conquistados salvo algumas exceções, Ouro Preto telegrafou ao Imperador, que se achava em Petropolis, a duas horas e meia do Rio de Janeiro. A comunicação foi interceptada pelo medico do Imperador, senhor Mota Maia, cujo papel nesses acontecimentos é julgado com severidade. Desde a grave doença do Imperador, em Aix, conquistara o senhor Mota Maia um lugar importante no espirito e na vida do soberano; a pretexto de poupar a saude de seu augusto paciente intervinha elle nos negocios do Estado. Quando a noticia chegou ao Imperador era tarde demais. D. Pedro desceu ao Rio immediatamente. Deodoro tentou então comunicar-se com elle na esperança de obter a demissão do ministério e talvez de salvar o Imperador de uma catastrophe. Dessa feita, porém, outros que não o senhor Mota Maia intervieram; o Imperador ficou de quarentena, tal qual em Buenos Aires

um simples passageiro do Rio. A Republica estava proclamada.

Deodoro deve ter sofrido em sua alma de leal soldado; desejara apenas derrubar um ministro detestado e punha abaixo um soberano querido! E, para cumulo de amargura, via-se presidente à força da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Afirmam que os remorsos não lhe são estranhos e que sua própria mulher se encatrega de aviva-los no seu lar.

A monarquia caíra; colheram-na sem esforço, como um fruto maduro. Ninguém ergueu um dedo para protestar. Conheço um homem de coragem, e que disso dera provas: a 15 de novembro tentou organizar a resistencia; sondou cêrca de cinquenta pessoas entre os mais firmes sustentáculos da monarquia (na vespera) não encontrando uma só que attendesse ao apêlo. No Rio o povo sofreu com passividade a revolução; sabia vagamente que se apressava uma operação a fazer-se mais cêdo ou mais tarde. Nas províncias, os grandes proprietários, os fazendeiros amoitaram; falou-se em cumplicidade, mas se houve cumplicidade, foi a do silêncio e da força da inércia. Poderiam ter-se levantado, jogado na balança todo o pêso de sua influênciã em prol da monarquia; não o quiseram fazer por-

quê esta lesara os seus interêsses. Mas não fizeram mais do que "não fazer nada"...

Tudo auxiliou os chefes do movimento. Tiveram todas as ditas. Devem ter ficado êles próprios espantados de arrombar tão facilmente uma porta que acreditavam fechada. De dez pessoas a que se pergunte como a grande mudança se operou, dez ou quasi dez são levadas a crêr que isso se fez espontaneamente... Ninguem o compreendeu ainda e talvez jámais o compreenda. Em todo o caso, os membros do novo governo devem esforçar-se sinceramente por destruir essa idéia, perigosa, e que não pode deixar de germinar nos espíritos do país, de quão pouco se faz necessario para tomar o poder.

Não tive ainda tempo de estudar de perto todos os atos do governo desde o inicio de sua entrada em função. Tanto quanto me é permitido julgar, o primeiro mês foi de tranquillidade. Os membros do governo encheram as colunas do *Diario Oficial* com uma respeitavel série de decretos. Empreenderam remodelar a legislação, refundir as instituições. Encontram-se em posição delicada, pois na qualidade de governo provisório detêm o poder por delegação de si próprios e, permitam-me acrescenta-lo, infelizmente tambem do exercito e da marinha, como se comprazem em lembra-lo a miude

nos seus atos publicos. Só poderão consultar a nação num futuro assaz remoto e até lá estão condenados, afim de completar sua obra a consolidar a Republica, a legislar por decretos, sem nenhum controle. Como os meios que possuem de verificar se a opinião os apoia são muito imperfeitos, precisam, afim de não cometer erros graves, uma felicidade pelo menos igual à que tiveram a 15 de novembro e uma prudencia que os revolucionarios raramente revelam noutras latitudes e que desejaríamos continuasse sempre presente nessa maravilhosa e privilegiada região. Não é a prudencia, ela tambem, um dom dos Deuses?

Uma sedição militar rebentou, a 19 de dezembro, em um dos quartéis do Rio. Soldados do 2.º de Artilharia, aproveitando-se da ausencia de seus officiaes desfraldaram a bandeira Imperial e gritaram "Viva o Imperador". Entrincheiraram-se em seguida em seu quartel. Cercaram-nos e mandaram a tropa ao assalto. Houve então uma fuzilaria que durou cêrca de meia hora. Falava-se de uma quarentena de mortos, todos soldados rãos, mas o governo cobriu a occorrença de um misterio difficilmente penetravel. A imprensa calou ou muito pouco disse. O telegrafo foi severamente fiscalizado. E pude ver, ontem, que o ministro brasileiro em Londres desmentiu esse fato que chegara a transpirar ape-

sar de tudo. Esses soldados revoltados eram em numero de oitenta mais ou menos e, na maioria, embriagados. Afirma-se que manifestavam seu descontentamento por não terem recebido um soldo tão elevado quanto lhe haviam prometido; diz-se também que teriam recebido dinheiro de partidarios, por intermedio do próprio irmão do senhor de Ouro Preto.

O fato em si não tem grande importancia, mas creio que o governo somente lucraria com a divulgação da verdade completa, tanto mais quanto não é ela muito terrivel. Arrisca-se, com o silencio: a perturbar os espiritos e a deixa-los divagarem.

Decretos de degredo foram publicados contra o Imperador, o senhor de Ouro Preto, o irmão deste e Silveira Martins.

A saude do chefe do governo, Deodoro, é muito fragil. Dizem mesmo que se acha profundamente abalada. O marechal voltou cansadissimo de sua estada na região malsã da fronteira de Mato Grosso.

II

AS CONSEQUÊNCIAS DO MOTIM DE 19 DE DEZEMBRO — O SISTEMA DO SILÊNCIO — A DOENÇA DE DEODORO — AS MEDIDAS DE EXCEÇÃO — O DECRETO CONTRA OS CONSPIRADORES: A DITADURA — O PERÍODO GOVERNAMENTAL DO GOVERNO PROVISÓRIO — OS NOVOS ELEITORES — A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA: UMA CRISE IMINENTE.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro.

Depois do motim de 19 de dezembro era de esperar-se algum castigo a título de exemplo. Se castigo houve, porém, foi administrado em segredo e não constituiu exemplo portanto. O povo, a quem se escondeu quanto possível a rebelião do 2.º de Artilharia, não foi posto tão pouco a par das medidas tomadas posteriormente. Nem o número nem os nomes dos mortos e feridos foram publicados; nada transpirou em relação às penas sem dúvida impostas aos sobreviventes.

Tais processos misteriosos não podem dar bom resultado; o governo não tinha interesse nenhum em esconder o fâto de oitenta soldados se terem revoltado, da ordem ter sido restabelecida e um castigo exemplar determinado. Os incidentes do dia 19 e seguintes teriam sem duvida provocado emoção no primeiro momento, mas o povo teria compreendido que não se tratava em suma senão de um incidente, ao passo que procura êle descobrir qual o objectivo do governo ao dissimular tais occorrencias; sua imaginação trabalha, e com razão, pois o governo não parece ter sufficiente confiança em si próprio; donde panico na bolsa ha dois dias e depressão desde então.

Como a enfermidade de Deodoro parece ter provocado no estrangeiro certa inquietação, vou aduzir alguns pormenores a respeito. O marechal achava-se doente e acamado quando o foram buscar para pôr-se à frente do inopinado movimento de 15 de novembro. Às três horas da tarde a revolução estava terminada. Êle desceu do cavalo e voltou para o leito. Quando, às quatro horas, os directores dos principais bancos do Rio de Janeiro, lhe foram perguntar quais as medidas que pensava tomar para preservar suas caixas e seus edificios contra quaisquer violencias, o marechal só pôde receber o decano da corporação. Ha cinco semanas

sua saúde se mantem oscilante e os ministros se viram forçados, mais de uma vez, a se reunir em sua residencia particular.

Tenho informações seguras de que seu medico estima possa êle viver ainda varios anos. Trata-se de um temperamento de ferro que só cederá lentamente à ação do veneno absorvido nos pantanos de Mato Grosso. Mas se Deodoro viesse a desaparecer duvidosa seria a attitude do exercito que êle tem em suas mãos firmes e que se sente por êle dominado. Ao que parece, Deodoro já tomou suas precauções, tendo designado seu sucessor.

O primeiro mês de governo provisório foi bastante calmo. O estado de sitio existia de fúto mas nada advertira o publico de que uma disciplina mais severa seria imposta. Sem duvida os novos presidentes de provincias eram quasi todos officiais — escolhidos, em verdade, dentro da engenharia militar, entre aqueles que maiores serviços prestaram ao país, abrindo estradas, traçando ferrovias e linhas telegraficas — mas nenhuma occorrença desagradavel viera forçar a mão do governo que tomara o poder quasi sem esforço e que não procurava em absoluto provocar resistencias para esmagalas. O Governo sabe que a opinião publica lhe abriu um crédito a longo prazo e que só o julgará pelas suas obras; porisso pôs-se ao trabalho. Mas ocorre o mo-

tim de 19 de dezembro; Ouro Preto publica em Lisboa um manifesto violento; as desconfianças ressurgem, as coleras se acendem; as medidas de rigor e exceção são lembradas e aceitas. O sonho de certos membros do governo provisório se esvai; era necessario ir até o fim da ditadura brutal que se impunha. Foi então que se tomaram as medidas rigorosas em questão: decretos exilando o Imperador, Ouro Preto e seu irmão; decretos relativos à venda dos bens imoveis da familia imperial no prazo de dois anos, supressão da lista civil e dos subsidios imperiais, estada na Europa imposta a Gaspar Silveira Martins.

Num ponto a opinião publica é unanime: ella quer que o exilio do Imperador seja um exilio digno, que a questão financeira se resolva tão generosamente quanto possivel; ella acha, aliás, que não é necessario limitar a dois anos o prazo para a venda das propriedades do Imperador. Parece que o governo procura um meio de voltar atrás em relação a essas medidas tomadas *ab irato*. Como quer que seja a Constituinte terá a esse respeito as intenções mais conciliadoras.

O degredo do senhor de Ouro Preto e de seu irmão não espantará ninguém. Essa medida estava na logica das coisas. Quanto a Gaspar Silveira Martins, parece um erro o seu exilio, um erro come-

tido sob o dominio do temor, mau conselheiro. Muito popular na sua provincia (Rio Grande do Sul), uma das que dão certa inquietação ao governo, aquella em que mais se teme ver nascer e alastrar-se um movimento separatista; tribuno eloquente a quem bastaria uma palavra para arrastar consigo a provincia; ex-senador do imperio, pouco sympathico ao novo governo, o senhor Martins tem todas as qualidades requeridas para tornar-se suspeito. Convidaram-no energicamente — por decreto — a ir viver durante algum tempo na Europa; e em seguida o embarcaram.

Cêdo ou tarde ia o governo vêr-se obrigado a proclamar o estado de sitio, já existente de fáto. A 23 de dezembro, um decreto attribuia a uma comissão militar (a ser constituida pelo ministro da Guerra) a applicação de penas militares contra a sedição, a todos os individuos que conspirassem contra o governo; que, por palavras, escritos ou átos, aconselhassem ou provocassem revolta civil ou militar; ou que tentassem amotinar os soldados por meio de boatos ou pondo-os em estado de embriaguês... E' a ditadura com todos os seus rigores. Um governo de fáto não podia vangloriar-se de governar por outros meios; é esse um mal necessario a que a população parece resignada. Ela abriu credito a longo prazo aos republicanos, e la espera deles que man-

tenham a ordem; qualquer outra consideração deve por óra subordinar-se a esta. E' necessario dizer, entretanto, que para homens novos, estranhos à pratica governamental, o exercicio de um poder tão extenso, sem contacto possível com a opinião pública, não está isento de perigo. No dia seguinte ao do decreto contra os conspiradores, o unico jornal de opposição editado no Rio, a *Tribuna Liberal*, órgão do senhor de Ouro Preto, teve que sustar a sua publicação. Os outros jornais, a pretexto de imparcialidade, mantêm-se mudos.

Amigos do governo, membros do *Centro Positivista* do Rio, a que pertencem ou pertenciam dois dos novos ministros, Demetrio Ribeiro e Benjamin Constant, fizeram questão de proclamar seu amor à liberdade de pensar e escrever.

O governo provisorio tem à sua frente onze meses de reinado; como esperar que escape à lei comum e não cometa erros graves durante um período tão longo, em que talvez ninguem erga a voz para adverti-lo? De bom grado rendo homenagem à moderação relativa com que se houve até hoje, mas o espirito de prudencia tem limites mais estreitos ainda do que a paciencia e neste clima seria vão confiar em longos esforços: após o esforço vêm a indolencia, a apatia, seguidas de terriveis despertares.

O perigo me parece tanto mais sério quanto o prazo de onze meses, que o governo provisório fixou êle próprio, só foi adotado a instancias do ministro da Fazenda, muito bem colocado para julgar das consequencias de um adiamento indefinido. Afirmam que certos membros do governo provisório desejavam dois anos de ditadura e mesmo cinco. Felizmente fixaram-se o mês de setembro para as eleições e o de novembro para a reunião da Constituinte.

Era sem duvida impossível escolher data mais proxima. Não se podia esperar que o governo republicano chamasse os duzentos e vinte mil eleitores do Imperio (1,5 % da população), o corpo eleitoral mais restrito talvez do mundo, para resolverem sobre o destino da Republica. Começou por abolir o censo; é agora eleitor qualquer cidadão de 21 anos que saiba lêr e escrever. Em seguida naturalizou em massa os imigrantes chegados nos ultimos anos e uma multidão de estrangeiros residindo no Brasil ha muito tempo ou aqui retidos em virtude de seus interesses. Deram a esses estrangeiros um prazo de seis mêses para recusarem a nacionalidade brasileira que lhes é oferecida. O governo provisório resolveu desse modo o problema em estudo ha muitos anos e a que nenhum ministro conseguira ainda dar solução. A applicação do decreto da chamada "gran-

de naturalização" apresenta inumeras dificuldades. Voltarei ao assunto mais tarde. Desde já se torna evidente que oito a nove menses não serão demais para levar a cabo o recenseamento eleitoral em territorio tão extenso quanto o do Brasil.

Discute-se muito a questão de saber si o governo provisorio teve razão de impôr, a todos estrangeiros presentes no territorio da Republica a 15 de novembro de 1889, a necessidade de se apresentarem diante de um funcionario brasileiro para recusar explicitamente a nacionalidade brasileira. Desejavam alguns uma naturalização tácita; parece-me que o fim teria sido attingido e objeções bastante graves afastadas si a seguinte disposição fosse tomada: serão cidadãos brasileiros todos os individuos que se encontravam no territorio do Brasil a 15 de novembro de 1889, a menos de se acharem inscritos num consulado de país estrangeiro. Era facil, de resto, pedir aos consules das diversas potencias listas de seus súditos estabelecidos no Brasil.

No telegrama que o senhor Rui Barbosa enviou recentemente a um jornalista republicano de Lisboa, Latino Coelho, o ministro da Fazenda do governo provisorio, no intuito de protestar contra o manifesto lançado por Ouro Preto, disse entre outras coisas: "A prosperidade nacional se desenvolve num ritmo crescente". Acontece entretanto que os

negocios se acham paralizados no Rio de Janeiro e que as liquidações de fim de ano são particularmente difíceis. Mas seria injusto attribuir esses males á Republica. Seria tão pouco exato dizer que o governo nascido do movimento de 15 de novembro favoreceu o desenvolvimento da prosperidade nacional quanto afirmar que a inquietação óra reinante no Rio, no mundo dos negocios, se originou dos acontecimentos recentes. Em materia economica é inutil tentar discernir tão rapidamente as causas; os efeitos são muitas vezes lentos e ninguem póde vangloriar-se de já ter conseguido observar as consequencias economicas do novo estado de coisas estabelecido neste país.

III

O RELATORIO DO MINISTRO DA FAZENDA.

Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1890.

Falava-se, ha dias, no mundo dos negocios, de um relatorio que o ministro da Fazenda deveria endereçar ao chefe do Governo Provisorio. Aguardava-se o documento com certâ impaciencia. Os negocios dominam tudo neste país e os homens de negocio cansam depressa de um regime de decretos; a mais robusta confiança acaba se abalando quando o publico percebe, finalmente, que tudo se acha á mercê de um governo, de fâto irresponsavel; os nervos mais otimistas não resistem à prova da leitura renovada todas as manhãs, e, sempre passivel de comportar alguma surpresa desagradavel, do *Diario Oficial*.

O governo teria podido continuar a impôr ainda durante muito tempo esse regime ao povo brasileiro sem que ninguem tivesse meios de manifestar o desejo de uma modificação; porisso mesmo, e simples-

mente porisso, todos se mostraram gratos às boas intenções do sr. Rui Barbosa. Sentiria êle a necessidade espontanea de limitar os seus proprios poderes, de se traçar uma linha de conduta, de architectar um plano cuja execução pormenorizada todos pudessem acompanhar de perto? Desejaria tranquilizar a opinião publica, já tomada de certo nervosismo, provar ao mundo dos negocios que sabia para onde o conduzia sabendo para onde ia?

Ninguém ousava alimentar tal esperança, mas todos esperavam assim mesmo. O relatório foi publicado, em todos os jornais ao mesmo tempo, ontem, 31 de dezembro, dia dessa terrivel liquidação tantas vezes adiada e tão temida. Não esconderei aos meus leitores que a primeira impressão não pairou muito longe de uma desilusão.

Esse longo trabalho, não isento de merito literario, é mais obra de jornalista que de estadista; si o sr. de Ouro Preto ainda fosse ministro e o sr. Rui Barbosa redator chefe do *Diario de Noticias* ninguém se recusaria a prestar homenagem ao talento do polemista; mas as circunstancias são diferentes. O tom do relatório do ministro da Fazenda do Governo Provisorio se assemelha por demais ao dos dois telegramas enviados a um jornalista revolucionario de Lisboa. Pode-se censurar ao sr. Rui Bar-

bosa não se encontrar ainda à vontade na pele de sua nova personalidade.

O documento intitulado "O tesouro a 15 de novembro de 1889" é um relatório do estado das finanças no dia da revolução que implantou o regime atual. Abre com a crítica assaz virulenta à política financeira da monarquia e em especial de seu último ministro da Fazenda. Se o Governo Provisório tem que lutar contra sérias dificuldades, ninguém pensa em condená-lo antes de vê-lo à obra e não era sem dúvida necessário, a fim de justificar as medidas que porventura venha a tomar, uma declaração de que tudo o que foi feito anteriormente foi mal feito. Enganar-se-ia mesmo esse governo se imaginasse que para conquistar a confiança e a aprovação de todos preciso se faz requerer a condenação integral de todos os atos do Governo Imperial. O que se espera dos homens de 15 de novembro é menos uma vã sentença condenatoria das coisas do passado que sérias garantias em relação ao futuro.

As pessoas bem informadas sabiam que Ouro Preto, embora surpreendido e derrubado em pleno trabalho de reorganização financeira, deixara o Tesouro em situação prospera e em estado de atender a todos os compromissos. As cifras publicadas pelo sr. Rui Barbosa não são de natureza a fazê-las mudarem de opinião. O sr. Rui Barbosa observa

que os compromissos deixados pelo Imperio são pesados e que seu carater urgente torna difficil a tarefa do Governo Provisorio neste periodo de transição; e solicita de todos os cidadãos um apoio que as mais sabias medidas administrativas não supriam. Mas êle observa tambem, e nesse ponto todos serão acordes, que o país tem suficientes recursos e uma vitalidade capaz de suportar o peso da carga.

A Divida Consolidada eleva-se a 814.000 contos (1 conto — 2833 francos, ao par): não é como se vê um fardo esmagador para um país cujos recursos naturais são infinitos. Não é inutil observar que a Divida Consolidada tem sua origem, em grande parte, em despesas cujo objetivo não é outro sinão o de mobilisar os recursos naturais do país: estradas de ferro pertencentes ao Estado e de um valor de cerca de 170.000 contos, ou seja mais de um quinto da divida consolidada; garantias de juros pagos às Companhias de estrada de ferro, devedoras, em consequencia, de cerca de 30.000 contos ao Estado. O Estado é tambem proprietário, nas cidades, dos serviços de aguas e de outras obras que aumentaram a divida mas que poderiam, em caso de precisão, si cedidas a companhias particulares, concorrer com o produto da venda para a redução dessa mesma divida consolidada. Quando tivermos acrescentado que a divida externa foi convertida

em títulos com juros de 4 %, reembolsáveis em 56 anos, e que a dívida interna alcança juros de 6 %, poderemos concluir que muito poucos países se hão de vangloriar de uma dívida consolidada em tão favoráveis condições.

No seu relatório o sr. Rui Barbosa coloca no título "Dívida Flutuante" a importância de 7.840 contos; mas dos pormenores fornecidos resulta que, dessa importância, 4.500 contos provêm do resgate do papel moeda e são reembolsáveis em obrigações com juros de 4 %, e que o resto só figura na contabilidade do Estado em virtude de uma operação do Tesouro realizada em proveito da cidade do Rio de Janeiro (O Estado, julgando útil fiscalizar o emprego dos fundos de um empréstimo contraído em Londres pela cidade do Rio, impôs a condição de serem os mesmos depositados em seus cofres e entregues à administração municipal na medida das necessidades justificáveis): tais importâncias não deveriam figurar portanto na Dívida Flutuante.

O Estado tem outros compromissos: de acôrdo com um contrato recém firmado com os bancos agrícolas, deve êle emprestar a essas instituições de crédito, sob fórma de subsídios à lavoura, 60.000 contos. Mas essa importância não é exigível de uma só vez; o pagamento poderá fazer-se por prestações e à condição de que os bancos agrícolas dobrem

a importancia emprestada em proveito dos lavradores. Aliás os 60.000 contos prometidos pelo Estado já não são inteiramente exigíveis, porquanto 52.000 contos (26.000 emprestados pelo Estado) já foram fornecidos à lavoura. Admitindo-se porém que os contratos devessem ser executados integralmente, os 60.000 contos só poderiam ser exigidos à razão de 20.000 por ano.

Para atender a esses compromissos, que recursos legou a Monarquia à Republica? Inicialmente 65.000 contos devidos ao empréstimo 4 % de 1889, 20 % dos quais pagaveis a 15 de janeiro de 1890, 25 % a 15 de fevereiro e 20 % a 5 de abril. Por outro lado, em seu relatório, reconhece o sr. Rui Barbosa que o exercício de 1889 se fechou a 31 de dezembro com um superavit de 4.000 contos. O Tesouro possuía, de resto, a 15 de novembro de 1889. os seguintes recursos disponíveis:

Em dinheiro nos cofres publicos	7.523	contos
Em conta corrente no Banco do Brasil	2.674	"
Com os agentes do Tesouro em Londres	21.362	"
Nos Estados Unidos, para a aquisição de prata a ser cunhada	2.995	"
	<hr/>	
	34.554	"

Tais recursos eram suficientes para garantir os serviços da Dívida tanto no Brasil como na Europa até junho de 1890; e as receitas ordinárias de 1890 atenderiam às despesas ordinárias do mesmo período.

A 15 de novembro de 1889 a secção do Tesouro que corresponde à nossa Caixa de Depósitos e Consignações era responsável por depósitos de diversas naturezas, num total de 80.000 contos mais ou menos, de que somente pequena parte era exigível à vista: as principais parcelas desse total assim se distribuíam:

12.000 contos recebidos sob forma de impostos para alforria de escravos, importancia já então sem objetivo mas de posse definitiva do Tesouro: 25.000 contos provenientes dos depósitos na Caixa Economica: 15.000 contos provenientes da Caixa dos Órfãos: o restante representava cauções. Esses 80.000 contos constituíam a Dívida Flutuante real.

O ministro da Fazenda avalia em 179.000 contos o papel moeda em circulação.

Qualquer observador imparcial admitirá sem dificuldades que semelhante situação financeira não é nem obscura nem embaraçosa. E' preciso louvar o sr. Rui Barbosa pelo energico arrazoado inserto em seu relatório em prol de uma politica de economia. Só nos parece igualmente passivel de aplausos a decisão que o ministro declara ter tomado de jamais

influir no mercado; acrescenta êle ser inutil procurar sustentar artificialmente o cambio. Confia na prosperidade do país; o cambio voltará naturalmente ao par.

Muitos são de opinião que ao publicar a 31 de dezembro um documento dessa natureza e redigido em termos tais, não se mostrou o ministro consequente. Não era sem recceio que se aguardava essa liquidação de 31 de dezembro de 1889 que, em virtude da baixa de toda especie de titulos negociaveis no mercado do Rio, inspirava sérios cuidados. O momento era, sem duvida, mal escolhido para lançar um relatório que não podia por certo provocar uma impressão tranquilizadora. Observaremos, juntamente com a *Gazeta de Noticias*, que o ministro da Fazenda perdeu, com a publicação do relatório, uma bela oportunidade de provar que está resolvido a não influir no mercado.

Si o sr. Rui Barbosa não viu prejudicada a sua reputação de brilhante e incisivo polemista, desiludiu até certo ponto aqueles que esperavam dêsse êle provas de seu "state manship" (1). E tendo aceito a incumbencia de dirigir as finanças do Estado durante longos menses ainda, motivos havia para que

(1) Em inglês no texto. Em portuguez: sua capacidade de estadista.

se exigisse dele uma exposição de seu ponto de vista, de seu programa. Tem êle um plano financeiro? A pergunta permanece sem resposta, o que é lamentavel. As alusões, as ameaças esparsas em seu relatório, não podem passar por um sistema nem substituir um programa. O sr. Rui Barbosa é hostil à politica do visconde de Ouro Preto; está no seu direito; mas a que politica se filia então? Ameaça, é certo, de smantellar o actual regime de bancos agricolas e emissores, mas não nos diz como pretende reconstruir. Pensa realmente em suprimir os empréstimos aos lavradores, em suspender o resgate do papel moeda? Mas como se arranjará, nesse caso, para rescindir os contratos firmados entre o governo anterior e os bancos? Seria isso respitar a declaração, por êle proprio feita logo depois da Revolução e publicada com sua autorização no Brasil e no estrangeiro? Farse-ia essa rescisão sem indenizações?

Questões dessa ordem não deveriam ser colocadas — e só se comprehendera que o fossem pelo proprio ministro — sem que recibessem solução immediata e precisa.

O mundo dos negocios, surpreendido em pleno trabalho pela Revolução, deu ao governo Provisorio prova de confiança voltando à actividade sem apreciavel interrupção. Por outro lado forneceu aos homens de 15 de novembro o mais eficiente apoio, tra-

balhando sem desanimo em pról da prosperidade do país; mal teve tempo para lamentar que a mudança verificada não se processasse dois anos mais tarde, quando os importantes empreendimentos iniciados no correr de 1889 já deveriam achar-se em vias de conclusão, tendo o Brasil atravessado tranquilamente o período de transformação economica em que a Revolução o surpreendeu. Ao Governo — e em particular ao ministro da Fazenda — cabe pelo menos o dever de não perturbar a obra desses preciosos auxiliares.

IV

O BRASIL NO VERÃO — A VIDA NO RIO — O
BAIRRO DOS NEGÓCIOS — A RUA DO OU-
VIDOR — O CARATER FLUMINENSE — A
SOCIEDADE DE PETROPOLIS — MONAR-
QUISTAS DE ONTEM, REPUBLICANOS DE
AMANILã.

Desde a minha chegada, a política tomou conta de mim e não mais me largou. Mal deixou-me tempo para contemplar um instante a natureza; apresentava-me homens unicamente. O pouco que me foi dado vêr do ambiente pitoresco em que o homem se agita — devagar — vi-o de relance. Nenhum instante tive o lazer de me sentir um simples turista à procura de panoramas, de paisagens encantadoras ou grandiosas. Viesses eu na qualidade de amator de belezas naturais e logo teria percebido que não podia escolher peor momento. Falando com franqueza, é quasi impossivel vêr o Brasil nesta época do ano; o sól causticante não permite sequer ao europeu olhar em torno de si; espalha sobre todas as coisas uma luz tão crúa, tão violenta, que tudo offende a retina e quasi repele o olhar; à insolação su-

cedem, repentinamente, violentos temporais que afogam o horizonte numa bruma intensa. E já agora não espantarei mais ninguém si disser que não posso ainda me orgulhar de ter abraçado de um golpe de vista a baía do Rio, nem de lhe ter analisado as minucias com o olhar.

Aqueles dentre os meus leitores que, mais felizes do que eu, tiverem visto o Brasil no inverno, sob um sol menos inimigo, e se sentirem induzidos a censurar-me com certa injustiça, hão de, em vista mesmo da estação em que estas notas apressadas se escrevem, concordar em conceder-me o benefício das circunstancias atenuantes.

Rio é principalmente uma cidade de negocios; para nela permanecer na época do grande calor é necessario em verdade que sérios interesses se achem em jogo. Toda a vida da cidade se concentra no bairro dos negocios, entre a rua 7 de Setembro e o cáis do porto. As ruas estreitas; as casas pequenas e de apparencia pobre; as fachadas, outróra pintadas de côres vivas, desbotadas pela chuva, sujas de poeira e de lama; as janelas e portas ausentes ou eternamente abertas; as taboetas mal desenhadas; os mostruarios poeirentos, a calçada esburacada, sulcada de poças lamacentas após as enxurradas; lages informes mais perigosas do que uteis; e essa rêde de becos, onde cada edificio abriga escritorios de ban-

cos ou lojas de negociantes, sem cessar percorrida por apressados homens de negocios de rostos carrancudos; tudo contribue para dar a essa parte do Rio o aspecto da City de Londres, mas de uma City transposta para um plano oriental, onde interesses quasi tão consideraveis se discutem, onde os negocios constituem a unica preocupação mas a indolencia e o fatalismo se revelam na sordidez dos logradouros, no aspecto miseravel dos prédios, na carencia absoluta de conforto.

Em um clima mortifero, numa cidade onde o termometro atinge às vezes 40° à sombra, onde os beijos do sol são, na canicula, tão ardentes que fulminam, obstina-se o brasileiro em viver e se vestir à europeia (2). Trabalha durante as horas mais

(2) Essa observação já não poderia ser feita hoje. Os habitos cariocas mudaram por completo sob a influencia da pratica do esporte. O uso generalizado do terno branco é entretanto muito recente e quasi todos os viajantes do século passado se referem ao absurdo da indumentaria brasileira. Gilberto Freyre tambem a comenta, attribuindo-a à influencia inglesa que, com o parlamentarismo, nos deu tambem o chapéu rito e a pesada casemira da sobrecasaca. O mesmo se poderá dizer do horario de trabalho que, em contraste com a indumentaria, não foi adaptado ao clima. Tais aspectos exteriores da civilização nos impressionam ainda demasiado e a eles nos apegamos irracionalmente. O calor nos humilha, porisso procuramos negar-lhe a dureza com a submissão a usos e costumes inadequados ao nosso meio e que não constituem, em absoluto, caracteres inerentes à civilização, mas tão somente traços culturais especificos.

quentes do dia; vai ao escritório de 9 às 4 tal qual o comerciante londrino; passeia de sobrecasaca preta e chapéu alto, impondo a si próprio esse martírio com a mais completa displicencia. A despeito da experiencia pensa tão pouco em se submeter às condições da vida tropical quanto a municipalidade do Rio em sanear a cidade, periodicamente devastada pela febre amarela. Com isso trazem nos rostos a marca dos sofrimentos a que o clima sujeita as mais robustas constituições e que a existencia, tal qual é vivida no Rio, não atenúa. Nesse regime e nesse clima todo esforço, mesmo momentaneo, é exhaustivo; prolongado, logo torna-se mortal. E no entanto fazem-se no Rio muitos negocios e grandes negocios; mas em verdade fazem-se mais ou menos por toda parte, sem cerimonia nem formalidades. Muito se espantariam os acionistas de tal ou qual banco, cujo capital se eleva a varias centenas de milhões, se vissem, num local que um vendeiro de uma cidade provinciana de terceira classe desprezaria, trabalhar em mangas de camisa o habil financista a que entregaram seus capitais. Fazem-se negocios; o resto pouco importa.

Bem no centro desse bairro dos negocios acha-se a famosa rua do Ouvidor que os habitantes do Rio consideram seu "Boulevard des Italiens". E' preciso muita indulgencia para conceder-lhe tão somente o titulo de rua; a limpeza publica de Paris a classifi-

caria na categoria dos becos. Sem calçadas ou passeios, com apenas oito metros de largura, apresenta de ambos os lados lojas recém pintadas de cores vivas, mostruários empanturrados de mercadorias alemãs, "camelote" barata, ou vitrinas de joalheiros, naturalmente muito bem guarnecidas de pedras preciosas, além das casas ricas de algumas personagens importantes da colônia francesa, cabeleireiros, modistas, donos de restaurantes (3). Aí se encontram as sedes de todos os jornais do Rio. Por essa garganta, estreita passa e repassa uma multidão agitada e descuidada (durante o dia inteiro a circulação de carros é proibida); lá pelas duas horas a onda de gente se faz mais compacta e em certos pontos grupos de desocupados obstruem a passagem; e nas fisionomias cansadas surge de quando em vez um reflexo de alegria provocado por alguma notícia pacientemente esperada durante horas.

(3) O comércio brasileiro, principalmente o do luxo, esteve até pouco antes da primeira grande guerra, nas mãos dos franceses. A influência francesa só começou a decair depois da guerra, com a conquista dos nossos mercados pelos norte-americanos. E passando do campo comercial para o intelectual, essa penetração ináqui, feita também através do cinema, acabou por suplantá-la completamente a francesa. Hoje um simples golpe de vista nos prospectos dos editores ou nas estatísticas das bibliotecas revela essa primazia do inglês, do americano.

O interesse, para o funcionário em disponibilidade, o bacharel e o político à cata de uma colocação; a curiosidade vulgar e displicente; a moda imperiosa para os vagabundos elegantes ou que assim se imaginam; eis os motivos que reúnem esses imprudentes sob um sól terrível, numa viela em que o calor acumulado se torna muito rapidamente intolerável, numa hora do dia em que na Índia fazem prudentemente a sesta. Poucas mulheres na multidão. Os ciumentos costumes portuguezes ainda dominam este país; a mulher vive enclausurada dentro da sua residencia, a qual, por felicidade, tem janelas para a rua (4)...

O traço mais marcante do carater brasileiro é sem duvida a indolencia; indolencia ou fatalismo, conciente ou não, esse traço transborda sobre os demais. Ao estrangeiro que embarque para o Brasil eu aconselharia armar-se de tanta paciencia quanto lhe seria necessaria em um país muçulmano.

(4) Tais costumes com raizes na vida colonial tambem chocaram grandemente os viajantes do seculo passado. A allusão ás jangals para a rua parece ligar-se ás observações do outro francez, Charles d'Expilly, que por aqui andou e escreveu um livro em que se vangloria de mirabolantes aventuras amorosas. Inutil frisar quanto se evidenciam superficialis tais comentarios. A honestidade, a santidade por assim dizer, das nossas avós não podia ser compreendida pelos viajantes chegados do paizes onde já ha centenas de anos reinava a mais completa licença. Era-lhe imprescindivel explicação por uma corpesação maliciosa.

Somente o interesse, e ainda assim um interesse urgente, pode sacudir essa apatia. O segundo traço marcante do carater brasileiro parece revelar-se na camaradagem amavel das relações entre homens, uma afabilidade que nada perturba, uma espantosa facilidade de acesso; nenhuma arrogancia nos semblantes, mãos sempre estendidas, acolhedoras, nenhuma precaução contra os intrusos ou os demasiado e inconvenientemente familiares. Num país onde a imprensa é não raro de uma violencia sem igual e ataca pessoalmente os adversarios, é de se admirar a maneira pela qual qualquer pessoa passa da rua à sala de um redator-chefe através das salas abertas e sem que ninguém o impeça. O mesmo ocorre com o banqueiro importante ou o rico comerciante. Parecem ignorar todos o valor do tempo, parecem não ter o que fazer, e no entanto seus jornais saem à hora certa e seus negocios se processam regularmente. Como, de que maneira? E' um segredo.

Não conheço nenhum país onde as classes se misturam de igual modo e vivam juntas sem a menor cerimonia (mesmo na vida publica nenhum vestigio de preconceito de côr), e no entanto poucos países haverá em que se observe tão profundamen-

te arraigado o furor dos títulos pomposos (5). Nos últimos tempos de seu governo, Ouro Preto, bom psicólogo, fazia condes e barões às dúzias e distribuía cruces a mancheias. Mas assim como as pessoas enobrecidas não se mostram altivas para com seus amigos e conhecidos, assim também não se revelam mais fieis para com os que as agraciaram. O sr. Ouro Preto caiu sem que os barões erguessem um dedo para sustenta-lo (6).

O numero de pessoas "ilustres" é incalculavel neste país e se a população atinge quinze milhões de habitantes igual numero existe de "pessoas distintas". O gosto pelos epitetos é tão vivo quanto o amor aos títulos, mas nada disso tem consequências; talvez apenas se sintam em maiores dificuldades do que alhures, quando se apresenta a oportu-

(5) A observação é perspicaz, muito embora escape ao autor as causas sociais desse amor aos títulos. Com efeito, sempre constituiu a afirmação de nobreza uma das preocupações mais sérias de nessa população, sobretudo em São Paulo, Pernambuco e Bahia. Mas compreende-se que assim ocorresse porquanto, sem o preconceito racial que defendeu o imigrante inglês contra a mestiçagem e com a obrigação legal de provar sangue limpo para alcançar as posições de mando, o colono português importava muito o braço. Ser nobre equivalia a ser branco, cristão velho e possível candidato aos cargos elevados.

(6) Há um certo simplismo nesta observação. Os condes e barões não defenderam o império por falta de gratidão, defeito generalizado no homem e não caracteristicamente brasileiro, mas por falta de convicção ideológica.

nidade de um elogio, para encontrar um que já não tenha servido mil vezes.

As manifestações de amizade, de alegria e entusiasmo, assumem as formas mais exuberantes; após alguns dias de aclimação o estrangeiro acha certo encanto picante nas mesmas. Estou convencido de que os neo-budistas descobririam uma base de verdade filosofica nessa uniformidade de entusiasmo pelas grandes e pequenas coisas que se manifesta uma vez vencida a apatia inata; tambem estou convencido de que admirariam o ceticismo adormecido no fundo do coração daqueles que ontem beijavam chorando as mãos de D. Pedro II e hoje se prosternam diante do cavalo de Deodoro.

Os costumes são amenos e humanos e esse é o bom lado da medalha de que a indolencia constitue o reverso; tem-se aqui horror ás violencias inuteis e mesmo, o que é de lamentar até certo ponto, ás violencias — digamos resistencias — necessárias.

Seria eu incompleto, e o que é mais grave, ingrato, si não dissesse que o brasileiro é natural e cordialmente hospitaleiro; logo coloca o estrangeiro á vontade e não ha o que não faça para agrada-lo. A hospitalidade assim comprehendida e num clima dessa ordem tem um valor dobrado.

Subamos a Petropolis com os 300 ou 400 negociantes, banqueiros, advogados, medicos, cujas

famílias fugiram da canícula para esse refugio montanhoso e que diariamente descem ao Rio de Janeiro. A viagem dura nada menos de duas horas e meia. Inicialmente o passeio de barca a vapor através da baía; o espetaculo seria maravilhoso e ninguém se fatigaria de contempla-lo se o sol não cessasse ao ilumina-lo e si os temporais quasi diarios não o escondessem constantemente em certa época do ano. No fundo da baía, em Mauá, o passeio continua por estrada de ferro; após meia hora de uma louca corrida entre carrascals, árvores de fórmãs estranhas e cipós, o trem, ao chegar ao pé da montanha, se adapta a uma cremalheira; ofegante e bufando sobe, então, levando esses homens de negocios, exhaustos pelos esforços e o calor do dia, entre as belezas comparaveis às que o turista procura no Rigi (7) e aqui encontra com o mar, as ilhas da baía e a luz resplendente a mais.

Em Petropolis a temperatura é suportavel; a tarde é mesmo fresca e o ar vivificante; as noites são reparadoras. Mas tudo isso se paga; chuvas torrenciais durante varias horas e quasi cotidianas envolvem todas as coisas numa atmosphera permanentemente úmida. Petropolis é uma colonia alemã

(7) Pico nos Alpes Suiços, a 1800 metros de altitude. Achá-se situado no cantão de Schwiz e ao seu cume se tem acesso por uma estrada de ferro de cremalheira.

que a vontade imperial transformou em cidade de recreio povoada de palacetes elegantes e habitada por tudo quanto o Brasil possui de mais rico e nobre. A cidade, muito extensa, porquanto cada casa tem seu jardim, acha-se construída no fundo de inúmeros vales convergentes dominados por montanhas cobertas de florestas.

Tenho ainda em memória a estranha impressão que experimentei ao encontrar logo no primeiro dia nas ruas de Petropolis rostos redondos de alemães, de olhos sempre azues e cabelos sempre loiros; constituem eles o povo miúdo da periferia da cidade.

Eu esperava admirar plantas exuberantes nos jardins e flôres maravilhosas; fiquei um pouco decepcionado. Em verdade as ruas são perfumadas pelos efluvios errantes das magnolias em flôr; em verdade o antigo palacio imperial, enorme edificio quadrado sem grande carater, é cercado por uma fila de palmeiras em fórma de penacho e de troncos gigantescos, colocadas como que de sentinela; mas as flôres estranhas e belas ficaram nas florestas das vizinhanças; ninguem se dá ao trabalho de colhe-las siquer; outras flôres, de veludo e sêda, flôres aladas, flôres vivas, vêm ao encontro dos indolentes de Petropolis: borboletas admiraveis, beija-flôres de pescoços brilhantes de pedras multicores,

trazem-lhes como um éco nas belezas perturbadoras escondidas na floresta natal.

Que dizer da sociedade de Petropolis? Garantem-me que ela existe; desejo acredita-lo mas por enquanto está morta, adormecida ou escondida. Não se mostra nem se diverte. Perdeu a sua mola matriz juntamente com a condessa D'Eu. Foi atingida de uma maneira mais ou menos profunda pela revolução e pela liquidação de dezembro. Não por não se terem aqui, como em toda parte, se conformado com os "fatos consumados". Mas é cedo ainda para que retome seu modo de vida habitual com as festas e o mundanismo de outróra. Cada qual se contenta com dizer na intimidade que "isso tinha que acontecer", à espera do momento, já próximo aliás, em que não será por demais indecente confessar-se republicano.

RIO NÃO É O BRASIL — UMA EXCURSÃO AO INTERIOR — DO RIO A S. PAULO — A CIDADE DE S. PAULO — OS PAULISTAS; TIPO E CARACTER — O ESPÍRITO PÚBLICO — A CAMPANHA ABOLICIONISTA — A REPÚBLICA FEDERATIVA; COMO A ENTENDEM OS PAULISTAS — O TRABALHO DE RECONSTRUÇÃO — SANTOS, PORTA PARA O MAR.

S. Paulo, 13 de janeiro.

Rio, Côte, como se dizia no tempo do Império, Capital Federal, como se diz hoje, Rio de Janeiro não é o Brasil nem dêste pode dar uma idéia. Rio é uma cidade cosmopolita; é o porto mais importante da América do Sul, para o qual todas as potências comerciais trazem seus produtos manufacturados e onde embarcam uma quantidade de café equivalente a $2/3$ do consumo mundial. E' o paraíso dos turistas, na bôa estação quando o sól é clemente; aí encontram, grandiosamente enquadrados, um porto e uma cidade muito pitorescos, pois,

para além desse bairro de negocios de que tentei dar uma idéa, observa-se um florescer de residencias sorridentes ou suntuosas, esparsas em torno da enseada ou povoando as fraldas montanhosas e mergulhando todas numa vegetação luxuriante. Mas é apenas a embocadura de um rio cujas nascentes se encontram nas provincias agricolas e produtoras.

Esse rio, imaginei que fosse necessario subi-lo para ter uma idéa exata do verdadeiro Brasil e parti para a ex-provincia — hoje Estado, mas faz ainda tão pouco tempo que tomarei a liberdade de chama-lo pela antiga denominação de provincia — de S. Paulo. Tive como guia o francês que talvez melhor conheça o Brasil. Residindo no país ha mais de dezoito anos, o sr. Charles Morel estudou-o como observador benevolente. Em seu jornal "L'Etoile du Sud", unico periodico francês no Brasil (8), trabalha ha oito anos para tornar conhecida essa região que êle ama. S. Paulo me atraía muito especialmente por ser a mais rica e adiantada de todas as provincias.

(8) Houve posteriormente inumeros periodicos em lingua franceza no Brasil. É interessante observar que o ultimo existiu em S. Paulo e foi dirigido pelo sr. Hollender, tradutor juramentado. A influencia franceza era nessa época tão grande, em que pese a opinião do autor, que certos jornais do Rio, como o "Jornal de Comercio", publicavam artigos em francês e mantinham, nessa lingua, algumas seções informativas.

A distancia entre o Rio e S. Paulo, capital da provincia do mesmo nome, é de 596 quilometros por via ferrea. Nessa época do ano a viagem, feita de dia e que dura treze horas, é das mais penosas. Por mais belo que seja o percurso em muitos trechos, o pó (o leito da via ferrea é desprovido de "ballast") e o calor sufocante estragam por completo o prazer do espetaculo. A linha, de bitola larga do Rio até Cachoeira, numa distancia de 265 quilometros, atravessa inicialmente os suburbios da capital, feios e sujos como todos os suburbios do mundo, como todos os similes, simile cidade, simile campo, como tudo o que já não tem a atividade dos centros e não se impregna ainda da grande calma rural. Em Belem, a 62 quilometros, a estrada alcança o sopé da montanha, e através de curvas, declives e mais de dez tuneis, vence a garganta de quarenta quilometros. Essa terrivel Serra do Mar amedrontou os ingleses, os quais, tendo empreendido ligar Rio a S. Paulo, não ousaram ultrapassar Belem. Engenheiros brasileiros tentaram-no e o conseguiram; sua obra, que já tem mais de vinte anos, era uma maravilha na época em que a terminaram. Para os engenheiros do Gothard (9) a coisa não

(9) Tunnel de 15 quilometros, entre a Suíça e a Italia, ligando a cidade de Goschenen à de Airolo.

passaria de uma brincadeira; mas se a empresa parece hoje menos ousada nem porisso são os profundos vales da Serra menos belos. Transposta a montanha, a linha acompanha o vale do Paraíba, serpenteando ao lado do rio. Não posso deixar de admirar a ousadia dos engenheiros brasileiros que construíram as vias ferreas do Brasil. Curvas de 60 a 80 metros de raio são feitas a uma velocidade de 70 quilômetros horários e o trem mal sai de uma entra noutra em sentido inverso e é espantoso que não descarrile; o comboio tem, em verdade, uma flexibilidade de anélida; o material rodante, quasi todo de madeira leve e dura, salta e pula com uma elasticidade salvadora. E tais fatores é que permitiram fazer com que penetrasse por toda a parte, nessa imensa região, e mediante despesas pequenas, a via ferrea. A estrada acompanha a curva de nível, sem se preocupar com a linha réta, perdendo tempo e terreno num país em que tais coisas são de pouco importancia, mas contornando afinal todos os obstaculos naturais que seria impossivel vencer de outro modo sem enormes despesas. Assim percorri mais de quinhentos quilômetros na provincia de S. Paulo, sem deparar com uma unica obra de arte em toda essa região acidentada. Porque não cons-

truímos dessa maneira as nossas estradas de ferro eleitorais (10)?

O trecho da provincia do Rio, atravessado pela estrada, é pouco cultivado. De longe em longe uma fazenda cercada de magras plantações de café e de milho; o mais das vezes no meio de um pequeno campo de mandioca, arroz, e milho, uma choça de negro ou de miseravel colono, feita de pau a pique, taipa e reboco, à sombra do opulento penacho das bananeiras. Em Cachoeira, 500 metros de altitude, a estrada, que passa a ser de bitola estreita, entra no imenso planalto paulista. Planalto ondulado, ladeado pelas montanhas altas e azuis de Minas Gerais, em grande parte coberto de florestas ainda virgens, de campos nus ou seneados de arbustos raquiticos, com timidias tentativas de culturas e, por toda a parte, às centenas, feitos de terra avermelhada, e tal qual bonés pontudos de palhaço, os tumuli, não raro de 80 centímetros de altura, edificados pelas formigas (11).

(10) Ignoramos o sentido exato da expressão "chemins de fer électoraux". Talvez alluda o autor a interesses politicos que teriam orientado a construção de certas estradas de ferro francesas.

(11) A confusão é muito comum nessa época. Ao capim (termite) chamava-se formiga branca, denominação ainda corriqueira no interior.

A estrada abandona o vale do Paraíba para enveredar pelo do Tietê. S. Paulo está perto. Nas colinas desse planalto que atinge quasi 800 metros de altitude construíram os paulistas sua capital que já transborda pelos campos vizinhos. A cidade de S. Paulo tinha apenas 25.000 habitantes ha dez anos; tem hoje cêrca de 60.000, talvez mais. (A estatística ainda tem muito a progredir neste país para que atenda às legitimas curiosidades dos interessados (12)). Trata-se de uma cidade movimentada, de ruas calçadas com regularidade e cuidadosamente conservadas, ladeadas de edificios construídos com solidez e à moda europeia. O clima não é nunca demasiado quente em virtude da altitude; as noites são suaves e reparadoras; no inverno o termometro aproxima-se do ponto de congelação. Ha assim uma época do ano em que a saúde se retempera. Neste momento, ao passo que no Rio a gente se sente morrer, em S. Paulo vive-se. Donde essa diferença entre o fluminense e o paulista. Este é em geral um homem grande e forte, de largos ombros e traços energicos; adotou (fáto característico)

(12) Acêrea da precariedade dos dados estatísticos leiam-se os relatorios dos presidentes das provincias nas vespéras da Republica e mesmo posteriores á sua proclamação. Em verdade tal falta perdura ainda em nossos dias apesar dos grandes esforços dispendidos, de 1920 a esta data, para dotar o país de um serviço eficiente.

o chapéu de feltro de largas abas e usa-o altivamente. Tem uma compreensão muito nítida de seus interesses e dizem que é egoísta. É prático em tudo e talvez seja essa a qualidade que mais lhe agrada ver conferirem-lhe.

Os paulistas desempenharam na historia do Brasil um papel a parte; foram os primeiros colonos. E tambem os primeiros a abandonarem a pirataria. Renunciaram aos métodos do reino, empregados pelos conquistadores portuguezes ávidos de ouro e pedras preciosas, pouco preocupados com a prosperidade material do país e prodigos do sangue dos indigenas. Puseram-se a rotear a terra para cultivá-la; era uma revolução. Tinham pela frente os donos autoctones, a valente e poderosa raça guaraní. Aliaram-se aos chefes por meio de casamentos e a colaboração se tornou possível. Entraram no interior, exploraram a floresta virgem e atravessaram as montanhas de Minas. O mineiro, habitante da provincia de Minas (quasi do tamanho da França) e que se tornou o rival do paulista, é seu primo consaguineo (13).

(13) Absurda e superficial essa apreciação. Que entendendo o autor por "pirataria"? Si a "entrada" contra o indio pode ser considerada acto de piratagem o paulista foi um dos ultimos a se redimir. Por outro lado somente em fins do século XVIII abandonou o paulista a sua vida de aventuras para dedicar-se á agricultura. E não o fez por

Hoje em dia o paulista continúa a dar exemplos excelentes a seus concidadãos das outras provincias. Foi em S. Paulo que se preparou com maior previdencia a passagem do regime da escravidão para a do trabalho livre. Foi nessa provincia que os esforços mais sérios e mais felizes se fizeram em prol do incremento da imigração. Nela tambem a cultura do café é orientada com mais metodo e cuidado; foi em S. Paulo ainda que me coube depa-

temperamento mas por effeito da exaustão das minas. Sua ntividade não pode ser attribuida ao clima, que muito melhor é este mais ao sul e tais zonas ainda continuam em atraso, inclusive a da colonização alemã, mas sim nos fatores economicos e nas condições geograficas (posição favoravel no planalto, rios navegaveis de penetração, etc.) que tornaram possível uma mais rápida colonização e lucrativo o trabalho do homem. Não foi o clima nem foi a raça que fizeram o progresso do S. Paulo, mas foram, isso sim, as possibilidades de riqueza immediata. O ponto de vista do autor se entrosna na teoria de determinismo climatico que, tanto quanto o determinismo racial, não passa de uma teoria leviana, quasi literaria. Os estudos sociologicos hodiernos a destróem e os conhecimentos que temos agora da origem e decadencia das civilizações antigas não a comprovam tão pouco. A riqueza de exploração immediata e facil é ainda o grande fator do progresso dos povos, o que se confirmou plenamente durante o *rush* da borracha no Amazonas. Tivessemos continuado donos absolutos da borracha e outras seriam atualmente as condições de vida e de prosperidade do norte do país. A historia do açúcar demonstra a validade desta afirmação com referencia ao nordeste, conforme se vê dos trabalhos de Gilberto Freyre.

rar com os primeiros sintomas de uma doença de que o Brasil não morrerá tão cedo: a economia (14).

O paulista é empreendedor e prudente a um tempo. Acolhe o progresso e o adota depois de submetido á experiencia com bons resultados. Não é em absoluto amador do sistema da "tapeação" (15) e prefere desempenhar o papel do cágado ao da lebre; aprecia as coisas sólidas mas só confia nos começos modestos. A cidade de S. Paulo desenvolve-se com uma rapidez extraordinaria para uma cidade do interior; nada entretanto de ficticio nessa febre de crescimento. E vendo os paulistas ao trabalho somos levados a confiar em sua obra.

Conta a provincia um milhão e meio de habitantes, mas poderia conter e enriquecer dez vezes mais. Durante os quatro ou cinco ultimos anos conseguiu-se encaminhar para suas terras varias cente-

(14) S. Paulo teve com effeito a primazia na introdução do imigrante em substituição do braço escravo. Entre os pioneiros da imigração subvencionada devem-se citar os nomes do Vergueiro e Antonio Prado. Dos resultados das primeiras tentativas diz bem a obra de Davatz (*Memorias de um colono* — Ed. Livraria Martins); mas nas experiencias posteriores redundaram na solução da crise do braço e na salvação da lavoura cafeeira. A providencia paulista talvez se explique tambem pelas condições então existentes em S. Paulo (disponibilidades financeiras principalmente) mas o facto indiseutivel é que ella preservou da ruina a lavoura.

(15) Em francez: "de jeter de la poudre aux yeux".

nas de imigrantes, principalmente portugueses e italianos.

O espirito publico não pode deixar de se revelar original numa região em que os caracteres são, felizmente, tão rijos e de tão bôa tempera. Devo confessar que, involuntariamente sem duvida e como que por reação, acentúo os traços característicos do paulista; estou comparando aqui os brasileiros entre si; mais tarde terei a oportunidade de apreciar em conjunto o espirito publico nacional. Censuram comumente aos paulistas sua aspereza na defesa de seus interesses. Não lhes podem censurar o seu amor á sua pequena patria mas lamentam que eles a coloquem não raro á frente da grande. Mais do que as outras, sem duvida, S. Paulo sentia o peso do jugo do poder central e se impacientava; e aspirava á autonomia. Penso que aos paulistas pouco se lhes dava que a Corte — tão longinqua — desaparecesse com a dinastia desde que a esse preço lhes fosse possível conquistar a independencia federativa.

Para os propagandistas republicanos a luta se apresentava facil em S. Paulo e, pelo que me é dado observar agora, o partido republicano já se achava fortemente organizado no tempo da monarchia. A mocidade academica era uma presa fácil (S. Paulo é séde de uma Faculdade de Direito —

a outra se encontra em Recife — e a Faculdade paulista tem cêrca de quatrocentos alunos). Verificando-se a abolição, os fazendeiros tornaram-se os aliados dos republicanos, os amigos, envergonhados talvez, dos inimigos desse poder que os lesava em seus mais vivos interesses.

Ha em S. Paulo um pequeno mundo de jornalistas, homens de letras, estadistas ainda no ovo — todos bachareis ou doutores. E S. Paulo conta oito jornais em que se expande o furor jornalístico. Nossa literatura é muito apreciada no meio dessa mocidade que fermenta. Lêem-se os nossos poetas e os nossos mais modernos romancistas; não juraria que os compreendam sempre a contento, mas conhecem-nos; citam-nos, recitam-nos e os amam. Dizei ao sr. José Maria de Heredia que ha alguns dias apenas publicava o "Diario Mercantil" de S. Paulo, em bom lugar e no texto original — para que traír, comentava o homem de bom gosto que dirige esse periodico — seu belo soneto arcaico o "Bon Huchier de Nazareth"? Mas estou certo de que os senhores Emilio Zola e Georges Ohnet prefeririam que os apreciassem menos e os pagassem em dinheiro de contado. Trata-se na verdade da defesa de toda a classe dos literatos; não existe com effeito convenção literaria entre a França e o Brasil. Mal um romance sensacional aparece em Paris e já um grande

jornal do Rio ou da provincia dêle se apossa, o traduz e o publica; e sem grandes despesas faz assim imensa publicidade à custa de nossos escritores.

Os paulistas reivindicam a honra de terem sido os primeiros mais ardentes propagandistas da campanha da abolição. De S. Paulo partiam missionarios que iam pregar nos meios favoraveis; incitavam os negros ao abandono do trabalho e dos senhores e davam-lhes as possibilidades de escaparem. E quando o governo, cedendo às reclamações instantes dos fazendeiros, ordenou a intervenção do exercito afim de capturar os fugitivos e entrega-los a seus proprietarios, o exercito favoravel aos abolicionistas, dizem alguns, desgostoso com a tarefa, afirmam outros, opôs às ordens a força da inercia, e a abolição legal tornou-se uma necessidade inclutavel.

Eu tinha grande curiosidade em conversar com os paulistas acêrca da federação; que ideia teriam de[la]? foram eles mais ardorosos a reclamarem-na, eram seguramente os mais interessados em obtela. Minha impressão é de que, em sua maioria, para não dizer sua totalidade, têm eles ideias muito vagas a esse respeito; em S. Paulo todos estão satisfeitos com o fato da republica ter sido proclamada, mas acham que depois da revolução a politica tomou, nas preocupações e atividades de todos, um lugar que não lhe costumavam conceder. Tem-se pressa

em liquidar as questões de principios e de direito constitucional; tem-se pressa em saber em que pé dansar afim de recommençar, como outróra, a fazer negocios.

Os novos estados, e principalmente o de S. Paulo, mostram-se bastante impacientes por se reorganizarem. Parece-lhes já que a Republica demora muito em satisfazer as esperanças a que deu nascimento. Nada até agora foi mudado a não sey o nome das coisas e os funcionarios. O Presidente da provincia foi substituído por um governador de estado, especie de verdadeiro ditador em virtude dos poderes extraordinarios que lhe foram conferidos. Mas as assembléias provinciais desapareceram tal qual o Parlamento do Rio. O governador muito occupado com "republicanizar" o funcionalismo, recompensar os devotamentos, dar provas de sua lealdade e recebe-las, não tem tempo para traçar um programa politico. Em verdade acha-se, tal qual o Presidente da Republica, numa situação bastante difficil e que se assemelha terrivelmente a um impasse. Afir-mam as antigas provincias que ellas se tornaram estados de um dia para outro; assim desejam ellas agir. Mas é preciso esperar que a Constituinte se reuna e que a constituição federal seja votada; somente então cada estado poderá por sua vez pensar em se constituir a seu modo, dentro dos limi-

tes que a constituição federal não deixará de traçar. Não ha paciência, por mais robusta que seja, capaz de resistir a tão longa prova; ora ha já muito tempo as provincias reclamam sua autonomia. Um estadista que occupa posição preponderante em S. Paulo e foi duas vezes ministro na monarchia, o sr. Antonio da Silva Prado, disse-me que é necessario, custe o que custe, encontrar uma rápida solução. A seu ver o governo provisório deveria promulgar a constituição federal logo que ella fosse elaborada pela comissão encarregada de redigi-la; a Constituinte seria chamada mais tarde a discuti-la e adota-la, com ou sem emendas; entremettes, cada Estado poderia tratar da sua propria constituição, iniciando a sua nova vida; assim se veria abreviado esse periodo demasiado elastico do provisório (16). Não tentarei justificar à luz do direito se-

(16) O governo provisório deu, posteriormente, satisfação a esse desejo, e foi mesmo mais longe. Resolveu, ao que se diz, publicar em todos os jornais do Brasil o projecto da constituição a ser adoptado. A discussão se iniciará e no dia das eleições, a 15 de Setembro, o elector, presumivelmente a par do assunto, pelas discussões que terão durado varios meses, e creza de decidir com conhecimento de causa, deverá escrever no seu boletim de voto, ao lado do nome do candidato, um *sim* ou um *não* caso aceite ou recuse o principio republicano e, em bloco, a constituição publicada e adoptada pelo governo. Si houver maioria de *sim* a constituição entrará immediatamente em vigor e a assembléa poderá delibetar desde logo na qualidade de assembléa legislativa. Si houver maioria de *não*, o que é muito improvavel, a as-

melhante processo; não saberia como fazê-lo. Mas sou obrigado a reconhecer que uma especie de razão de estado, de necessidade superior, convida o governo do marechal Deodoro a apressar a solução da crise.

Neste momento as disposições parecem excellentes nas provincias; o vento sopra no sentido da conciliação. Interesses rivais, que uma espera prolongada excitariam, podem ser conciliados; é possível ainda falar em nome do entusiasmo provocado pelos acontecimentos de 15 de Novembro, de concessões reciprocas às provincias transformadas em estados e ciumentas umas das outras. No futuro talvez seja tarde demais.

Os paulistas têm, na vida publica, o mesmo espirito que na vida particular; desagradá-lhes preocuparem-se todos a tal ponto com a politica pura; desejariam tratar sem mais tardar de alguns problemas no campo dos seus interesses. Insisto em que é indispensavel não deixar durante muito tempo os espiritos na ignorancia ou na incerteza: a 16 de Novembro os republicanos haviam proclamado em S.

sembléa eleita funcionará como constituinte. Ha grande differença entre isso e a medida puramente provisoria reclamada pelo sr. Prado: creio que o plebiscito, para não dizer o calote, inditado pelo governo provisório, seria um máo meio para uma republica legal (Nota do autor).

Paulo a sua republica, pouco se lhes dando o resto do Brasil. A republica de S. Paulo já tinha o seu hino nacional e a sua bandeira. Esta não desapareceu por completo; é preta, branca e vermelha, mas não estão ainda de acôrdo quanto às disposições das côres. A imprensa paulista discute com o maior sangue frio as vantagens que o Estado de S. Paulo tirará de um regime federativo. S. Paulo era a vaca leiteira do Imperio; dela tirava o tesouro grande parte de seus recursos. Todo esse dinheiro não irá mais para o Rio; bôa parte ficará em S. Paulo onde já se discute o seu emprego. Fala-se tambem de um novo agrupamento de estados; o Paraná se reuniria a S. Paulo, de que foi outrôra separado; Minas, que não tem porto, anexaria o Espírito Santo. Alhures, ao Norte ou ao Sul, outras esperanças devem ter nascido. Uma coisa é certa: as antigas provincias anseiam por uma autonomia maior. "Antes a separação do que uma Republica centralizada", afirmavam em S. Paulo pessoas muito influentes.

De S. Paulo fui a Santos que serve de escaudouro maritimo para toda a provincia de S. Paulo. Depois do Rio de Janeiro, Santos é o maior centro de exportação de café do Brasil. As vendas da Alfandega podem servir de medida à prosperidade da provincia: elevavam-se a 4.417:685\$000 em 1878;

em 1884 alcançavam 7.457:411\$000 e em 1887 atingiam 11.737:431\$000. Santos está situado apenas a setenta e nove quilômetros de S. Paulo, por estrada de ferro que atravessa a Serra do Mar. No quilometro 49, contando-se de S. Paulo, a altitude é de 798 mts.; oito quilômetros adiante a estrada passa a 19 mts. apenas acima do nível do mar. Para vencer essa passagem gigantesca um trem descendente é amarrado a uma das extremidades de um cabo metálico, prendendo-se a outra extremidade ao trem ascendente; ambos se movem sobre um plano fortemente inclinado. O cabo, enrolado em torno de um cilindro, é posto em movimento por uma máquina a vapor fixa. A distancia foi dividida em quatro partes, como uma escada de quatro degraus imensos. Essa estrada, admiravelmente construída e conservada, é uma verdadeira mina de ouro para a Companhia Inglesa que a explora (a Companhia distribuiu 22 % de dividendos a seus acionistas, no ano passado).

Santos conta apenas dez a doze mil habitantes. É simplesmente um entreposto marítimo. A cidade é má e nela só residem os negociantes presos a seus interesses. Os maiores navios podem chegar ao cais mas este é hoje insufficiente e as embarcações são forçadas a aguardar sua vez para procederem ao desembarque.

VI

UMA EXCURSÃO AO INTERIOR DA PROVINCIA DE S. PAULO — 300 QUILOMETROS RUMO AO OESTE — UMA FAZENDA DE CAFÉ — UMA PLANTAÇÃO ERGUIDA DENTRO DA FLORESTA VIRGEM — O RENDIMENTO DO CAFEIEIRO — CAFEIEIROS EM ORDEM DE BATALHA — A COLHEITA DA CEREJA E O PREPARO DO GRÃO — O TRABALHO LIVRE SUBSTITUINDO A MÃO DE OBRA ESCRAVA — A IMIGRAÇÃO: A SITUAÇÃO DO IMIGRANTE — OS PRETENSOS COLONOS — A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL — O IMIGRANTE DEVE COLONIZAR POR CONTA PRÓPRIA E NÃO SER APENAS O SUBSTITUTO DO ESCRAVO — OS BENEFÍCIOS QUE TIRARIA O BRASIL DE UMA IMIGRAÇÃO BEM ORIENTADA — OS FEUDOS E A PEQUENA PROPRIEDADE — O DIREITO DE PROPRIEDADE — NECESSIDADE DE REHABILITAR O TRABALHO.

Santa Veridiana (Estação de Lage), 13 de janeiro.

Eu teria lamentado o resto da vida deixar o Brasil sem visitar uma plantação de café. Pois quem quiser ter uma idéia exata da situação do país e

do futuro que lhe é reservado deve procurar a chave do problema na própria fazenda.

Manifestei o meu desejo ao sr. Antonio da Silva Prado, a quem a politica jamais impediu de gerir com grande solicitude sua grande fortuna territorial, e êle deu-me uma carta para o administrador de uma de suas fazendas, situada na zona oeste da provincia de S. Paulo.

Essa fazenda de Santa Veridiana é famosa em toda a provincia de S. Paulo; passa por ser uma daquelas em que a cultura do café é melhor orientada e as terras mais férteis. A cêrca de 300 quilometros de S. Paulo acha-se ela ao alcance da Mogiana, a nove horas de estrada de ferro da capital. Até Campinas, a maior cidade da provincia depois de S. Paulo (17), localidade em pleno progresso, muito movimentada, a estrada é de bitola larga. A partir de Campinas a bitola é estreita e a estrada a

(17) Campinas conservou sua posição de segunda cidade até depois de 1920. O recenseamento desse anno consigna 115.662 habitantes para o municipio (inclusive Americana). Na mesma época Santos (municipio) tinha 102.589 habitantes. Já no recenseamento de 1934 Campinas aparece com 133.819 habitantes (exclusive Americana) e Santos com 142.059. É provavel que bem antes do municipio de Santos sobre-exceder o de Campinas em população já a cidade de Santos estivesse em segundo lugar. Mas a ausencia de dados acerca da população urbana, no recenseamento de 1920, não nos permite uma afirmação segura.

mais economica das que até agora se construíram no Brasil (não se gastou mais de 70.000 francos por quilometro); depois de desferrolar uma fita de curvas ousadas através de regiões férteis e bem cultivadas, ela envereda por essa parte ocidental da provincia, tão rica e fecunda, de que os paulistas se sentem com razão orgulhosos. A floresta virgem alterna com belas plantações de café.

A terra torna-se uniformemente vermelha, de um belo vermelho tijolo; constitue-se de uma especie de greda que ao secar-se ao sol de janeiro se desfaz em fino pó que cobre de uma camada ocre coisas, animais e homens. E' essa a terra pródiga que devolve centuplicado o que se lhe confia.

A vida é muito ativa nessas imensas extensões de terra; os trens estão quasi sempre repletos de viajantes, mesmo nessa época do ano em que o próprio brasileiro só por necessidade enfrenta o suplicio sufocante da estrada de ferro. De longe em longe surge uma estação (as das cidades de certa importancia não raro bem construidas, as outras o mais das vezes assaz primitivas); mal se percebem algumas casas esparsas em torno, mas a estação se encontra sempre cheia de viajantes ou de curiosos, homens do interior que aí vão respirar um pouco de ar da capital. Por toda a parte esses paulistas energicos, ho-

mens do trabalho, simplesmente vestidos e de aspecto vigoroso (18).

Na estação de Lage aguarda-nos um tróle puchado por duas bestas. É o tróle composto de dois pares de rodas reunidas por duas taboas em V servindo de suporte a dois assentos muito rusticos; é a carruagem ianqui capaz de passar em qualquer trecho dos caminhos esburacados do interior. A fazenda está situada a um quilometro da estação. Em volta de um imenso pátio vêem-se edificios comuns, de tijolos, e casas de residencia, simples mas comodas; mais adiante, duas longas filas de pequenas casas, em numero de oitenta mais ou menos: as casas dos colonos. De todos os lados os cafeeiros em ordem de batalha, grandes manchas de verdura sombria cortadas pelos espaços mais claros, ligeiramente amarelados, do inseparavel comensal do café, o milho; e, dominando as fórmias arredondadas e atarracadas dos cafeeiros e os caules elegantes dos

(18) As estatísticas de 1886 (v. Roteiro do Café, Sergio Milliet) já denunciavam o empobrecimento da zona norte (Vale do Paraíba) que produz então apenas cerca de 20% do café colhido no Estado. Nessa época achava-se em pleno desenvolvimento a zona da Mogiana, que, juntamente com a região de Campinas e a Paulista, fornecia cerca de 25% da produção. Nessa zona da Mogiana, convém frisar mais uma vez, o café precedeu a estrada de ferro. Esta enveredou pelo sertão a serviço dos fazendeiros já instalados. Ribeirão Preto ao ser alcançado pela ferrovia (em 1886) já conta 10.000 habitantes.

pés de milho, desenhando seus perfis no alto das colinas ou perdidos na imensidade dos prados, retos ou retorcidos, grandes troncos calcinados, desgalhados, ultimos vestigios da floresta virgem vencida pelo fogo e abatida pelo machado. A cêrca de um kilometro da residencia, soberbas palmeiras, arvores espessas, emaranhados de cipós, a mata virgem à espera do brandão do pioneiro. A região é admiravel; profundamente ondulada, de aspectos muito variados, de contornos multiformes, com altas montanhas azuis de linhas suaves no horizonte, tem-se a impressão de que a terra exhala um perfume perturbador de mocidade e de vida. A altitude de mais de 700 metros atenúa o rigor do clima e os colonos aí encontram o céu e o sól da Italia. As manhãs são claras, as tardes deliciosas. Passeej a cavallo durante horas por entre as plantações e sob esse mesmo sól que no Rio de Janeiro me teria cegado e acabrunhado; aqui a luz não me incomodava e pude olhar e contemplar á vontade.

Ha vinte e cinco anos era a região coberta de mata virgem exclusivamente (19). O sr. Antonio Prado abriu em seu seio uma clareira de 600 alqueires; a plantação é atravessada pela estrada de ferro numa extensão de seis kilometros; conta

(19) Os primeiros dados estatísticos ponderaveis são de 1854, assini mesmo para a baixa Mogiana.

atualmente 400.000 pés de café, dos quais 280.000 em plena produção (de 5 a 35 anos). Nesse sólo maravilhosamente fecundo o cafeeiro permanece produtivo até cincoenta anos. Mas tal qual a videira, reserva êle ao produtor estranhas surpresas; a fazenda Santa Veridiana, que vai dar este ano cêrca de 45.000 arrobas de café (1 arroba — 14 quilos mais ou menos) produziu 8.000 no ano passado; e em 1888 a colheita foi de 42.000 arrobas. Calculando-se a arroba a 7\$500, a colheita de 1890 deverá render 300 contos (1 conto — 2.700 francos mais ou menos); deduzindo-se 60 contos para o custeio, pode-se avaliar em 240 contos o lucro liquido de um ano como esse; é um juro respeitavel, embora o aparelhamento industrial necessario ao preparo da cereja depois de colhida, os edificios e as plantações, representem uma consideravel inversão de capitais.

Percorri essas filas regulares de arbustos de folhagem lusidia, de um verde escuro e de linhas arredondadas, que atingem e ultrapassam três a quatro metros entre vinte e trinta anos; plantados a intervalos de quatro metros, apresentam-se cuidadosamente mondados junto às raizes (20); arrancadas às ervas daninhas, os cafeeiros surgem como um

(20) Cironção.

exercito na parada. As cerejas, verdes ainda e que passarão a vermelho sangue, contêm o precioso grão e se amontoam nos galhos, presas aos ramos, em alternancia com as folhas.

Em maio ou junho se iniciará a colheita; as cerejas, recolhidas em cestas, serão jogadas num reservatorio cheio d'agua collocado no alto de um imenso plano inclinado (21), pavimentado e orientado para o sôl; aí serão elas primeiramente desembaraçadas da polpa pela ação da agua; em seguida os grãos espalhados no terreiro secarão ao sôl e serão carregados para uma tulha. Uma especie de draga a vapor aí os virá buscar para fazê-los passar para uma máquina destinada a desembaraça-los das ultimas pelucias que ainda os recobrem; serão ao depois classificados por ordem de tamanho através de uma especie de peneira cilindrica. Assim classificado e ensacado, o café estará pronto para ser entregue ao consumo. A estrada de ferro o levará para os mercados de Santos e Rio de Janeiro.

Descrevi muito grosseiramente e sem nenhuma competencia tecnica uma fazenda modelo. Mas não pretendo insinuar que tudo seja admiravel.

Como o sr. Antonio Prado conseguiu manter sua fazenda em tão belo estado, através da crise

(21) Lavadouro.

da abolição, enquanto outros cultivadores da provincia do Rio abandonavam suas culturas por falta de braços e inumeros fazendeiros de S. Paulo lutavam contra dificuldades não raro insuperaveis?

Foi o trabalho livre, substituindo em tempo util a mão de obra escrava, que produziu esse milagre. Toda a habilidade e todo o mérito do sr. Antonio Prado consistiu em prever de ha muito que o negro libertado não seria mais um auxiliar seguro e que se fazia imprescindivel preparar o futuro e recrutar braços. Era na Europa — reservatorio humano — que se devia ir busca-los. Os paulistas, e o sr. Antonio Prado entre os primeiros, vêm ha muitos anos incentivando por todos os meios a imigração alemã, italiana e portuguesa.

No dia seguinte ao da abolição, os negros desapareceram; para êles a liberdade significava, naturalmente, a liberdade de não fazer coisa alguma e de mudar de ambiente; dirigiram-se para as cidades onde agora vivem, os homens não se sabe como e as mulheres do que facilmente se imagina. Muitos emigraram para as provincias do norte onde o elemento negro domina, e em S. Paulo vêem-se hoje muito poucos negros.

Qual a situação do colono, do imigrante europeu que os substituiu? Desembarca êle no Rio ou em Santos com a familia, todos exhaustos por uma

longa viagem. São então hospedados na Hospedaria dos Imigrantes, imenso quartel construído para esse fim, e aí aguardam que os fazendeiros venham contrata-los. O imigrante chega desprovido quasi por completo das coisas mais essenciaes e lhe entregam uma pequena casa de tijolos, limpa e alegre, construída pelo fazendeiro do oeste paulista. Este fornece-lhe os objéto de primeira necessidade e lhe abre um credito. O colono não paga em verdade o aluguel de sua residencia, mas já de inicio se acha endividado. A situação para o coitado parece de abundancia, após a miseria, e êle saca sem contar contra o armazem da fazenda. Infelizmente alguns proprietarios incitam os colonos a comprarem, afim de segura-los pelas suas dividas que são forçosamente pagas em trabalho.

Em Santa Veridiana, onde as coisas se processam com toda regularidade, os colonos se chamam ainda assim endividados em sua maioria. Sobre oitenta familias apenas vinte e oito possuíam um ativo maior do que o passivo. As outras familias chegaram há somente catorze mêses e não conseguiram ainda libertar-se das dividas dos primeiros tempos em que gastaram sem produzir.

Eis as condições de trabalho: o proprietario paga pela monda de 1.000 pés, 12\$000 réis; ha cinco mondas por ano e um homem pode mondar

cêrca de 350 pés de café (22). Na colheita cada sacco de cinquenta litros é pago à razão de 300 réis e um homem pode colher, em um ano como este, em que não ha carencia de material, mil cestas de 50 litros. Em 1888 numerosas familias receberam 3 contos como resultado da colheita.

Cada familia tem sua caderneta — com debito e credito — que constitue uma copia dos registos da fazenda. Ao credito são levados o trabalho fornecido pelo colono e os seus, o produto dos animais de criação própria que tenha vendido ao fazendeiro, o produto da venda do milho, dos feijões e dos legumes que tem licença para plantar em determinadas terras ou entre os cafeeiros novos; ao debito é levado tudo o que lhe foi entregue para a sua alimentação e vestimenta. Estudei várias cadernetas e os registos da fazenda.

Eis a situação de um chefe de familia (4 pessoas) estabelecido na fazenda a 6 de março de 1887: a 31 de dezembro de 1887 é devedor de 329\$000; a 31 de dezembro de 1888 sua divida se acha extinta e êle recebe 90\$000; em 31 de dezembro de 1889 recebe 103\$000, a que devem ser acrescidos os lucros da venda de produtos de criação e de culturas próprias que não se anotam na

(22) O autor quer referir-se à *carpa*.

escrita da fazenda. Outro exemplo: um chefe de família (7 pessoas trabalhando) estabelecido na fazenda ha quatro anos. Conseguiu economizar 3:000\$000 (mais de 8.000 francos) colocados a juros; possui além disso cinco ou seis bestas e cavalos, sete rezes e trinta porcos; tem a seu crédito na fazenda 500\$000.

Por mais dependente que seja (o colono se compromete a não cultivar café por conta própria) essa situação corresponde, para o imigrante italiano, sempre em más condições financeiras, a um progresso material notavel. O imigrante é tratado com doçura, constitue um lar. As pequeninas casas se compõem de duas peças; numa se encontram o fogão e os utensilios de cozinha, as provisões; na outra se localizam as camas feitas de táboas presas a quatro pés fincados na terra batida; pelas paredes caiadas algumas recordações da pátria, os inevitaveis crômos, os santinhos. Observei mesmo, num desses casebres, toda uma biblioteca, quinze volumes delgados e sujos entre os quais, para meu maior espanto, as epístolas de Cícero. . . O que me faz lembrar que em Dakar descobri no quarto de um modesto carteiro — quarto mobiliado apenas com um leito, uma bacia, uma cadeira quebrada — um "Jardin des racines grecques" em cima do soalho embolorado.

Em Santa Veridiana cada colono tem seu jardimzinho, sua pequena horta, onde cultiva seus legumes, e um galinheiro não raro muito bem guardado. Aí vive êle feliz durante alguns anos, mas extintas as dividas e dono de algumas economias, sente-se tomado de ambição. Esse homem que fugiu à miséria e à servidão social cansa-se de se ver mantido dentro dos limites estreitos da dependência, de não passar em suma de um criado; quer tornar-se proprietário, quer estar em sua casa e tentar fortuna a seu modo. Porisso é raro que um colono permaneça mais de cinco a seis anos numa fazenda; na primeira oportunidade êle se aproxima da cidade afim de experimentar suas forças no pequeno commercio, na pequena industria ou comprar e cultivar uma chacara nos suburbios.

E aqui tocamos nisso a que chamarei "questão social no Brasil". Os fazendeiros compreenderam que ao faltar a mão de obra escrava só poderiam salvar-se mediante a mão de obra livre importada da Europa. Os paulistas, muito atentos aos seus interesses, incentivaram a imigração; mas não souberam tratar convenientemente o imigrante. Vêem nele apenas o substituto do escravo, o instrumento da própria fortuna e mais nada. E é somente por estranho abuso de palavras que o denominam colono. O que fazem, na realidade, é perpetuar o an-

tigo sistema colonial, com pequenas modificações, mas não colonizar:

O proprietário que deixa o velho mundo, para fugir às condições demasiado duras que lhe impõe a sociedade, precisa encontrar na sua nova pátria algo mais que um proletariado menos penoso. O Brasil, tão longamente deprimido pela escravidão, tem necessidade de braços sólidos; si os quiser atrair terá que jogar jogo franco. São-lhe imprescindíveis energias viris para povoar seu imenso território, rotear e colonizar suas terras virgens; apele portanto para os homens vigorosos, mas acolha-os como auxiliares preciosos do desenvolvimento nacional e os trate como cidadãos livres.

Infelizmente o Brasil, por muitos aspectos, é ainda um país novo; no entanto já se ergue à sua frente um problema contra o qual os países do velho mundo imaginam não raro ser os únicos a se debaterem impotentemente — o problema do latifúndio. Em todos os recantos acessíveis do país a terra está nas mãos de grandes proprietários: os fazendeiros. Descendentes dos capitães portuguezes que receberam da corôa portuguesa enormes feudos, querem ocupar léguas e léguas de terra, todas as terras cultivaveis; o Estado, mais pobre do que muitos países do velho mundo, não tem terras que possa distribuir aos imigrantes. Até os ultimos anos

mal existia a pequena propriedade; somente nas imediações das cidades consentem os fazendeiros em dividir seus feudos para vendê-los a bom preço (23).

Uma tal situação não poderia perdurar indefinidamente sem se tornar nociva ao desenvolvimento do país, tanto mais quanto inumeros proprietarios não passam hoje em dia de pobres diabos vivendo sordidamente num recanto de seus domínios; desprovidos de recursos, sem energia necessaria pa-

(23) O problema do latifundio, debato-se quasi sempre, entre nós, à luz de doutrinas mais ou menos interessadas em doformar a realidade dos fatos. E com facilidade se doformatam porquanto os dados são totalmente insufficientes. Pode-se dizer (V. Roteiro do Café — Sergio Milliet, ensaio sobre o desenvolvimento da pequena propriedade) que a falta de censos precisos limita a nossa pesquisa do assunto nos ultimos anos. Na época em que estere no Brasil, o autor não podia julgar da situação a não ser através de informações vagas e pessoais, subjetivas portanto. Em verdade o desenvolvimento historico tem por base as capitánias e as concessões de grandes glebas. Tude isso, porém, se modificou com rapidez sob a pressão das condições economicas. O café foi um fator da importação do latifundio, mas a imigração, agindo em sentido contrario, estabeleceu certo equilibrio. Com referencia a S. Paulo pelo menos, pois quanto ao Nordeste da cana o fenomeno inverso ainda perdura. E' necessario, ao tratar-nos da pequena propriedade e do latifundio, termos sempre presente no espirito as condições de produção da região estudada, a atividade comum aos habitantes. E' natural, assim, que a criação do gado fortaleça a intangibilidade do latifundio, como é natural que a policultura, que substitue, em geral, o café nas zonas antigas, favoreça o desenvolvimento da pequena propriedade. Em 1889 qualquer tentativa de colonização pela distribuição do terras teria malogrado lamentavelmente.

ra valorizar suas terras, immobilizam-se em detrimento do bem estar coletivo. Qual o remedio? O visconde de Taunay, que estuda essas questões, com toda a elevação de um espirito superior e todo o ardor de seu amor à patria brasileira, propõe a criação de um imposto imobiliario, sobre todas as terras. O imposto seria leve para os proprietarios industriosos que fazem jús ao titulo de proprietarios pela exploração de suas propriedades; o proprietario indigno, que vive na ociosidade, ver-se-ia incapacitado de pagar os impostos e suas terras reverteriam ao Estado.

Mas os fazendeiros formam uma classe até agora poderosissima; quando ha anos se tratou de arrecadar com rigor o imposto imobiliario inumeros desafiaram os poderes publicos. E' verdade que o censo alto, que lhe era favoravel, desapareceu. Novas camadas atingem a administração pública e o interesse coletivo acabará prevalecendo. Mas ousarão os republicanos tentar a aventura? Não recuarão eles diante do perigo de se alienarem os aliados da vespera?

Não me parece destituido de interesse observar que existem nas provincias de Paraná e Sta. Catarina numerosas colonias de pequenos proprietarios, imigrantes alemães em sua maioria. Mas como tais provincias tiveram que comprar as terras ce-

diças aos colónos, os lotes são demasiado pequenos não ultrapassando uma superficie de cinco hectares. Mas são essas tentativas experiencias isoladas, infelizmente.

A escravidão não perdurou tanto tempo no país sem produzir amargos frutos. E' de grande urgencia rehabilitar o trabalho livre, restaurar a dignidade humana. E' preciso que os colonos fundem familias que sirvam de exemplo e mostrem o valor da familia pura, liberta de contactos aviltantes e corruptos com o elemento servil. Eis uma reforma scientifica que deve ser estudada e levada a cabo com perseverança; ela exige os esforços patrioticos de todos os cidadãos cujo ideal republicano visa uma verdadeira restauração nacional.

VII

A PARTIDA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA MONTEVIDEU E BUENOS AIRES — A QUESTÃO DAS MISSÕES — TRATADO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA — O SR. QUINTINO BOCAIÚVA E A AMIZADE ARGENTINA — O GOVERNO PROVISÓRIO, A "FRATERNIDADE AMERICANA" E A EUROPA - AS CONCESSÕES AO EXERCITO — A "ACLAMAÇÃO" DE 15 DE JANEIRO — OS PROJETOS DO SR. RUI BARBOSA — A LIQUIDAÇÃO DE DEZEMBRO — O NEPOTISMO — A "GRANDE NATURALIZAÇÃO" — A SEPARAÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro.

O sr. Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, embarcou hoje, em companhia do ministro plenipotenciario argentino no Brasil, sr. Moreno, a bordo do "Riachuelo". Essas personagens se destinam a Montevideú, onde deverão encontrar-se com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina. E os ministros dos dois países assinarão o tratado dito "das Missões", que acaba de ser con-

cluído entre os dois governos; o sr. Quintino Bocaiúva prosseguirá em seguida até Buenos Aires. A julgar pelos telegramas que nos chegaram do Prata, o sr. Quintino Bocaiúva deverá receber, em territorio argentino, na qualidade de Ministro da Republica dos Estados Unidos do Brasil, a mesma acolhida triumphal que aí teve como jornalista revolucionario e adversario figadal do governo monarchico. Pode parecer estranho, à primeira vista, que os diplomatas argentinos e brasileiros escolham a capital de um terceiro país para a assinatura de um tratado que lhes diz exclusivamente respeito; parecerá não menos estranho que um governo de fáto, que se intitula a si próprio e com razão "provisorio", com dois meses apenas de vida, tenha imaginado dever liquidar tão rapidamente uma questão tão complexa e na qual a honra nacional se acha em jogo. O territorio das Missões, encaixado entre os rios Paraná e Uruguai, limitado a sudoeste pela provincia argentina de Corrientes, a oeste pelo Paraguai, a este e sudeste pelas provincias brasileiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, deu lugar, durante longos anos, a interminaveis contestações entre o Brasil e a Republica Argentina. O desentendimento, que data da occupação espanhola e portuguesa, por um triz não degenerou mais de uma vez em conflito. O Governo Mo-

narquico em seus ultimos dias reconhecera que se fazia necessario acabar com esse pomo de discórdia para que enfim toda desconfiança cessasse entre os dois Estados interessados. Uma comissão constituída de delegados argentinos e brasileiros deveria, de acôrdo com a convenção estabelecida, estudar o terreno e tentar o traçado da linha fronteiriça; si não chegasse entretanto a um entendimento a questão seria entregue a um arbitro. Entretanto, proclamou-se a republica e não se tardou em saber aqui que o sr. Quintino Bocaiúva consentiu em assinar um acôrdo nas bases seguintes: a fronteira será traçada em obediencia a uma linha réta tirada da confluencia dos rios Chapim e Iguassú até a dos rios Chapeco e Uruguai. Ora, o Brasil não cessára, mediante apresentação de provas concludentes de seus direitos, de reclamar os limites naturais a ceste dessa linha formados pelos rios Pepiri-Guassú e Santo Antonio; e os officiais brasileiros declaram que essa fronteira natural é a unica defensavel. De acôrdo com o tratado que acaba de ser assinado, a Republica Argentina adquire um belo pedaço de territorio, que até agora os mapas brasileiros assinalavam com razão como parte integrante do Brasil. E o territorio argentino, que já penetrava como uma cunha entre as provincias de Paraná e Rio Grande do Sul, vai penetrar

mais avante ainda. A provincia do Rio Grande do Sul, cujas tendencias separatistas todos temem, ficará dóravante presa ao Brasil, unicamente pela estreita nesga de terra santa catarinense, ainda diminuida, tal qual um fruto maduro que ameaça cair antes do tempo e do qual se afinasse ainda o pedunculo. . .

Mas por que motivo liquidar uma questão em pendencia ha tanto tempo? Por que razão o sr. Quintino Bocaiúva, que nasceu na Argentina e aí viveu durante toda a sua mocidade, mostra-se tão apressado em agradar os argentinos? Por que se mostram os argentinos tão impacientes em assinar um tratado que só poderá ser definitivo quando fôr ratificado pela Assembléia Nacional, isto é, daqui a um ano? Para que essa pomposa viagem, essa troca solene de assinaturas? Por que comprometer o porvir a ponto de tornar difficilimo, sinão impossivel, ao futuro presidente brasileiro desfazer o que os ministros dos dois países tiverem feito em Montevideu (24)?

(24) O litigio diplomatico achava-se proximo de sua solução quando sobreveio a República. Os estudos da comissão mista haviam terminado em 1888; a 25 de maio desse ano o Brasil propôs à Argentina a resolução da difficuldade pelo arbitramento a ser entregue ao presidente dos Estados Unidos, o que fôra accito pela Argentina a 7 de setembro de mesino ano. Respondendo às criticas feitas

É-se levado a crêr aqui que essa viagem ministerial, essa entrevista de Montevideu, essas festas de Buenos Aires, escondem um plano de profunda e alta politica. Não estou no segredo dos deuses, mas estou convencido de que si os diplomatas do governo provisório meditam jogar sua expansiva amizade à cabeça dos argentinos, não estão longe de cometer um erro. Desde a proclamação da Republica no Brasil as relações entre os dois países são muito cordiais; não era necessario procurar obter mais. A arrogancia argentina não deve preocupar os brasileiros; estou intimamente persuadido de que o Brasil nada tem a temer da Argentina durante muitos anos ainda. Os argentinos se debatem numa tremenda crise interna, financeira e politica, que não parece aproximar-se do fim; estão assim demasiados preocupados com seus negocios para pensar em criar sérias dificuldades à jovem republica brasileira. E mesmo que viessem a tomar uma attitude aggressiva o Brasil teria meios para reagir à altura.

Os jornalistas de talento que ocupam os cargos mais destacados no Governo Provisorio pare-

sobre o tratado que assinou em 25 de janeiro de 1890 com o governo argentino, o Governo Provisorio publicou a 18 de fevereiro um longo artigo no *Diario Oficial* informando o público de que o tratado seria conservado secreto até a instalação da Constituinte.

cem-me guiados, em relação à politica exterior de seu país, por idéias mais ou menos utopicas. Nos artigos de seus jornais, nos seus discursos, nos considerandos de seus decretos, vê-se demasiadamente surgir a "fraternidade americana". Ha sem duvida certa verdade nessa idéia, mas ela seria por certo prejudicial ao Brasil si seus governantes viessem a ignorar a Europa. A "fraternidade americana" fará sem duvida com que se beba muito champanhe, se gaste muita tinta e se pronunciem inumeros discursos, mas não bastará para que a Republica Argentina envie emigrantes ao Brasil para colonizá-lo, nem capitais para explorar-lhe as riquezas naturais. E o futuro do Brasil depende dos capitalistas e imigrantes europeus (25).

(25) Os imperialismos europeus, em plena expansão, no fim do século XIX, encaravam com desconfiança a politica pan-americanista. Receavam lhes escapasse, com o progresso da idéia da fraternidade americana, os nossos mercados em beneficio dos Estados Unidos e mesmo dos próprios países latino-americanos. Em suma, *mutatis mutandi*, perdurava na Europa o ponto de vista português que nos impedira a criação de quaisquer industrias e fechara nossos portos à livre concorrência dos países exportadores. Inglaterra, França, Alemanha, que lutavam então si na conquista dos mercados da America do Sul, uniam-se numa especie de Santa Aliança mascarada para afastar do seu "campo de batalha" ideologias nacionalistas ou simplesmente perigosas nos seus interesses. Mas a idéa da fraternidade americana venceu o leço orienta a politica das Americas.

É evidente que o gesto teatral do ministro das Relações Exteriores não provocou os aplausos do povo brasileiro. O sr. Quintino Bocaiúva percebeu agora, no momento de partir, que as pessoas que o cercavam o faziam mais para cumprimentar o amigo pessoal do que o negociador do tratado das Missões. A cêna foi fria; o passageiro do "Riachuelo", advertido pela atitude de seus amigos, partiu sem entusiasmo. A chegada ao prata será sem duvida mais brilhante do que a partida do Rio.

A imprensa, muito discreta e quasi muda desde o famoso decreto contra os conspiradores, reassumiu certa liberdade de expressão com referencia à questão das Missões; ousou mesmo iniciar uma opposição. Sente que a opinião publica a sustenta. Quanto aos militares, mostram-se muito excitados; não querem ouvir falar em ceder aos argentinos a menor parcela do territorio brasileiro.

A attitude do governo provisorio em relação ao exercito é muito interessante. Pode-se dizer que não se mostrou ingrato para com êle e em verdade lhe deve tudo, a propria existencia. Foi um diluvio de promoções no exercito e na marinha. Os uniformes foram modificados sem economia de europeis ou de galões. O soldo da tropa foi consideravelmente melhorado; os vencimentos dos officiaes foram aumentados quasi de 40 % e os próprios efetivos do exer-

cito dobrados, o que é muito mais grave. Eu não estou muito convencido de que o Brasil tenha necessidade de um exercito duas vezes maior do que o que já possui, mas, supondo-se que esse aumento seja necessario, seria de uma prudencia elementar se guardasse para realiza-lo que houvesse cessado por completo a efervescencia. Podemos, entretanto, tranquilizar-nos até certo ponto na esperança de que o decreto não entre em vigor antes de muito tempo. O senhor Rui Barbosa que aludiu a economias imprescindíveis, no seu relatório financeiro, não se acha por certo disposto a fornecer os recursos necessarios ao aumento repentino do exercito no momento em que apesar de seu apelo à economia os soldos são dobrados.

É preciso reconhecer que na monarchia o exercito não occupava o lugar a que com justeza aspirava. Foi essa, aliás, uma das causas principais da revolução. Mas é dever do chefe do Estado moderar-lhe o ardor das ambições e ultrapassa-se a medida certamente quando se autoriza a convocação de officiais e soldados das forças de-terra e mar para manifestações barulhentas nas ruas ou em logradouros publicos; a coisa torna-se quasi perigosa no caso de fatos como os que ocorreram hontem.

No dia 15 de Janeiro, uma grande manifestação militar, cerca de mil homens da tropa dela

participavam — foi organizada em honra dos três membros militares do governo. Uma verdadeira multidão se apinhava nas ruas. Em dado momento aconteceu que essa multidão civil e militar “aclamou” o marechal Deodoro, generalissimo do exercito, o tenente coronel Benjamin Constant, brigadeiro e o contra-almirante Vandenkolk, vice-almirante. Cedendo à pressão popular expressa através de um simples major, o governo assinou, na hora, os respectivos decretos.

Se tais cenas devessem produzir-se o governo provisório desiludiria inumeros brasileiros que tanto aqui, como na Europa, acreditam na sua firme intenção de manter a ordem antes de tudo, à espera do momento de entregar o governo a um substituto legal.

Ha dias o marechal Deodoro escolheu entre seus colaboradores dois vice-presidentes para o governo provisório, no intuito de substitui-lo oportunamente na ordem da seguinte designação: Rui Barbosa, ministro da Fazenda; Benjamin Constant, Botelho de Magalhães, ministro da Guerra. Rui Barbosa, ministro civil, é assim o sucessor do marechal Deodoro. Era difficil colocar em primeiro lugar um simples tenente-coronel (Benjamin Constant não fôra ainda “aclamado” general de brigada) para

comandar, na qualidade de chefe de Estado, todas as fôrças de terra e mar.

Desde o primeiro dia o sr. Rui Barbosa vem ocupando no governo uma situação preponderante: tomou-a êle próprio e a opinião pública não a desautorou. Trata-se de um homem cheio de talento, de grande atividade e boas intenções, mas que sofre o isolamento moral a que a ditadura o condena. Está entregue a suas próprias inspirações ou ao acaso dos conselhos interessados, pois se acha, não pode haver duvida, cercado e assaltado por inumeros "amigos" (os homens na sua posição encontram sempre uma cohorte de admiradores) mais empenhados do que recomendaveis e que não se fartam de oferecer opiniões e serviços. Mas os homens cujo apoio o ministro da Fazenda deveria desejar e cujos conselhos teria vantagem em ouvir, aguardam naturalmente que os consultem. O sr. Rui Barbosa não pode deixar de sentir quanto sua posição é delicada e sua responsabilidade grande. Afirmou no seu relatório financeiro que se dispunha a modificar o sistema de emissão de papel moeda; achasse êle em presença de compromissos assumidos pelo Estado e que não lhe é possível romper sem dar aos interessados onerosas compensações; e como destruiu um sistema tem que erigir outro. Percebeu certamente que bolir na circulação monetaria de um

Estado era coisa mais delicada do que pensava inicialmente, porisso fez correr o boato de que partiria para Minas, fechou-se em casa e trabalha. Da medida que tomará depende, ninguem o duvida, a prosperidade ou a ruina do país. E' lamentavel que decisões dessa importancia estejam à mercê de um homem que, por mais inteligente que seja, não teve nenhuma aprendizagem do poder. Si, como eu creio, o sr. Rui Barbosa tem consciencia das terribes responsabilidades que pesam sobre os seus ombros, deve lamentar muitas vezes que o destino lhe reservasse tarefa tão pesada.

É impossivel medir as consequencias da liquidação de dezembro. O "krach" tão temido não se produziu pela razão muito simples de que os corretores não têm responsabilidade legal e não existe lei que obrigue o comprador de um valor em bolsa a recebe-lo no vencimento. Vinte e cinco corretores não pagaram suas diferenças, mas nem porisso se encontram menos bem de saúde. As pessoas honestas, que cumpriram seus compromissos, foram ludibriadas, pois ao lado delas muitos compradores a termo se contentaram com negar o compromisso, ou declarar simplesmente que não podiam mantê-lo. Uma lei regulando a responsabilidade dos corretores se impõe. Entrementes os negocios se tornaram muito incertos e ninguem sabe para onde

vai nem em que pé está dansando. E tal situação perdurará enquanto o mercado não tiver sido expurgado dos títulos de especulação — ações de companhias fantásticas — com que foi inundado em 1889 (26). Contudo o cambio sobe sozinho e tende a aproximar-se do par.

Uma das censuras mais justas que se lançavam ao regime decaído era a do nepotismo e da proteção. Os republicanos não parecem muito ansiosos por evitar tais erros. É natural que se proceda a certas modificações no funcionalismo; mas no próprio interesse do novo governo é preciso que o publico não veja succeder aos favoritos do imperio toda uma teoria de pequenas dinastias republicanas.

O governo provisório entregou-se, desde os primeiros dias, a uma série de reformas "cientificas" que a maioria de seus membros não cessára de reclamar em seus artigos e em seus discursos. Não se deve dar grande importancia às palavras, pois não vejo como invocar a ciencia do direito com referencia à "grande naturalização" a não ser para protestar contra. Tornam-se, por intermedio dela, cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que se encontravam no territorio da republica a 15 de Novembro, a menos que declarem, no prazo de seis

(26) *Primórdios do aucillamento.*

mêses, perante a camara municipal da sua residencia, que desejam conservar sua nacionalidade de origem. Para os individuos aqui chegados após o 15 de Novembro o prazo concedido é de dois anos.

Justifica-se esse decreto mediante a seguinte argumentação: perpetua por meio de uma grande confraternização universal a data de 15 de Novembro; assimila de um golpe uma multidão de imigrantes, de súditos estrangeiros domiciliados no país e aos quais somente teria faltado uma oportunidade para se naturalizarem; atende aos legítimos escrúpulos daqueles que, embora dispostos a aceitar a naturalização oferecida, teriam sentido repugnância em renegar sua nacionalidade de origem. Deixa-se ao tempo o cuidado de transformar todos em cidadãos brasileiros. Mas o novo direito brasileiro não tardará em se chocar contra as leis de todos os países do mundo que se baseiam no principio de que, para perder a nacionalidade ou adquirir outra, o homem deve manifestar-se expressamente. Como obrigar-me, a mim estrangeiro, a um esforço para conservar uma nacionalidade, que somente aos outros convem retirar-me, si não se pode admitir que eu me torne brasileiro e permaneça ao mesmo tempo francês, inglez ou italiano? Tal súdito estrangeiro, perdido no fundo do Amazonas, ignora o decreto ou não tem nem tempo nem meios de em-

prender uma longa viagem para fazer sua declaração na municipalidade vizinha; o governo brasileiro entrará em conflito com o país de origem desse estrangeiro caso não queira o individuo participar de um juri ou submeter-se ao serviço militar no Brasil, dentro de alguns anos.

Muitos estrangeiros se absterão de declarar que não aceitam a nacionalidade brasileira; não lhes convém ferir os sentimentos de seus amigos do país; por outro lado pensam que o silencio não os compromete a coisa alguma; não lhes desagrada ser tratados no Brasil, como súditos brasileiros, mas elles esperam permanecer ao mesmo tempo súditos de seus países de origem. E si nesta qualidade participarem de uma guerra europeia, por exemplo, protestará o governo brasileiro como seria justo que o fizesse? Reclamará a repatriação de seu súdito?

Reconheço de bom grado que alguma coisa devia ser feita, que o Brasil deveria facilitar e apressar a assimilação dos elementos estrangeiros, mas poderia e deveria ter evitado bulir na vespeira dos processos internacionais (27).

(27) Não se deve esquecer que os caldos objetivos acôrea da assimilação do imigrante são recentísimos. Si nada se fez então foi por não se saber o que fazer. Quisquer medidas tomadas, em lugar da grande naturalização, teriam sido julgadas com idéntica severidade. Mesmo porque não teriam passado, na melhor das hipoteses, de simples

A segunda reforma "científica" consiste na separação da Igreja do Estado; com isso proclama o governo provisório a liberdade dos cultos. O Estado continuará a outorgar aos padres católicos, atualmente em exercício, vencimentos durante toda a sua vida, e subvencionará durante um ano ainda os seminários. A Igreja Católica, à qual a Constituição Imperial concedia privilégios exorbitantes, acha-se assim colocada em pé de igualdade com as demais. Todas as Igrejas podem doravante administrar sua religião; a todas a personalidade civil será concedida dentro dos limites da lei sobre os bens de mão morta. Sob o regime da Constituição Imperial as igrejas não católicas eram apenas toleradas; não podiam praticar o seu culto senão em "edifícios que não aparentem a forma exterior dos templos"; até a reforma eleitoral de 9 de janeiro

experiências. Estranha o autor que se legislasse, então, sem atender para a realidade. Mas as doutrinas sociais e políticas mais acreditadas na época preconizavam todas a transformação da sociedade por meio de leis e decretos, de construções mais ou menos artificiais, pseudo científicas. A sociologia estava na infância; era ainda simplista e grosseiramente esquemática e só muito mais tarde é que viria penetrar a complexidade dos fatos sociais. Mesmo hoje, que já se conhecem alguns dos processos sociais mais importantes da assimilação, pouco se fez, não só entre nós, mas em qualquer país do mundo, para resolver cientificamente o problema. É portanto natural que houvesse erros, e erros graves, na legislação social do Governo Provisório.

de 1881, os dissidentes não eram elegíveis e, como eleitores, gozavam de um direito illusorio pois só podiam exercê-lo à condição de jurar pelo Evangelho que manteriam a religião catolica. Até primeiro de abril de 1888, os registos do estado civil estiveram nas mãos do cléro e segundo a opinião geral esse cléro é ignorante e desprestigiado. Aos que só conhecem do Brasil o Imperador e no Imperador o turista em viagem pela Europa, cheio de curiosidade pela ciencia, ha de parecer estranho que o mesmo homem tenha oposto a força da inércia àquelles que reclamavam, para honra do Brasil, o abandono desses usos de outra época. Breve se terá a oportunidade de estudar o papel desempenhado por D. Pedro II: facil será provar, então, que na Europa se tinha de seus principios politicos, de seus processos de governo, a idéia mais inexata.

VIII

O PLANO FINANCEIRO DO SR. RUI BARBOSA —
ANALISE DO DECRETO DE 17 DE JANEIRO
DE 1890 — BANCO PARA TODOS OS FINS
— BRASIL EM AÇÕES — UM HOMEM DE
NEGÓCIOS — ABORTO OU CRISE.

Rio de Janeiro, 19 de janeiro.

A grande obra veio à luz: ontem, 18 de janeiro, publicou o *Diário Oficial* uma dissertação do sr. Rui Barbosa intitulada: *Emissão e Crédito*, seguida de um longo decreto que transtorna por completo o sistema financeiro e econômico do Brasil. É impossível não render homenagem à capacidade de trabalho e ao gênio fecundo do ministro da Fazenda da República dos Estados Unidos do Brasil. Resolveu êle em três dias todos os problemas diante dos quais os estadistas do Velho Mundo se esfalfaram. Vejamos: o decreto de 17 de janeiro de 1890 teve por objetivo determinar as condições em que os bancos de emissão poderiam estabelecer-se no território da república. O país é dividido, por

decreto, em três zonas que constituirão respectivamente o campo de operações de três bancos emissores a serem criados: 1) a zona norte, compreendendo desde o Estado da Baía até ao do Amazonas; o capital do banco a ser criado nessa região, que terá sede na Baía, será de 150.000 contos; 2) a zona central compreendendo os estados de Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina; a sede do banco será no Rio e o seu capital de 200.000 contos; 3) a zona sul, com os estados de Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás; com sede em Porto Alegre, este banco terá um capital de 100.000 contos. O capital total dos três bancos eleva-se a 450.000 contos, ou seja, ao cambio de vinte e sete dinheiros (par), a 1.285 milhões de francos.

O capital realizado mediante prestações que não deverão ser inferiores a 10 %, será convertido em apolices do Estado, inalienáveis, que servirão de garantia para emissão de papel moeda.

Em troca do direito de emissão (só poderão exercer esse direito dentro dos limites de uma importância igual aos títulos adquiridos, sem entretanto ultrapassar o máximo de 450.000 contos) o bancos se obrigam a: 1) reduzir, a contar do começo de suas operações, 2 % no juro das apolices e aumentar a essa percentagem mais $\frac{1}{2}$ %, anual-

mente, de modo a que no sétimo ano o Estado já não pague mais juros sobre as apólices que constituírem o capital dos três bancos; 2) constituir com uma cota, nunca inferior a 10 % dos lucros brutos, um fundo para representar o capital em apólices; sobre esse fundo serão contados juros anuais de 6 % (provenientes dos lucros dos bancos) acumulados semestralmente e assim em 50 anos, que é o prazo da concessão aos bancos, as apólices terão sido amortizadas.

O ministro espera conseguir desse modo uma economia de juros, na importância de 58.500 contos, durante os seis primeiros anos de funcionamento dos bancos e calcula que nos 44 anos seguintes essa economia atingirá 660.000 contos. E acrescentando a tais economias de juros a amortização do capital realizado, que avalia em 300.000 contos, o ministro prevê a extinção da dívida no total de 1.018.000 contos, no prazo de 50 anos.

Além do direito de emissão, outras vantagens são concedidas aos bancos: 1) — Seus bilhetes gozarão de todos os privilégios de que goza o papel-moeda do Estado; 2) — poderão efetuar quaisquer operações bancárias ou comerciais, industriais ou agrícolas; 3) — terão preferência na construção de estradas de ferro e outras obras e melhoramentos projetados pelo Governo.

Serão tais bancos, portanto, bancos de depósito e de descontos, de emissão, de crédito agrícola e imobiliário e, ainda, empresas concessionárias de obras públicas, sociedades de vendas de terras (*land-companies*) e de colonização, de saneamento, etc. Deve-se acrescentar que o Governo lhes outorgará, à discrição, concessões de terras, à condição de serem nas mesmas estabelecidos núcleos de colonos; que as empresas colonizadoras assim constituídas estarão isentas de impostos; que as sociedades industriais organizadas por esses bancos gozarão igualmente de isenção de direitos alfandegários; que o material rodante ou destinado à construção e manutenção das estradas de ferro concedidas a esses bancos não pagará direitos de entrada, etc.

Os bancos se comprometem a emprestar à lavoura, a juros nunca superiores a 6 % e comissão de $\frac{1}{2}$ %. Para auxiliar tais empréstimos concorrerá o Governo com as importâncias dos juros que receber dos bancos a título de redução da taxa de juros das apólices, de acordo com o sistema exposto acima. Após o prazo de seis anos, durante o qual esses juros serão progressivamente reduzidos a zero, o Governo contribuirá para auxiliar os empréstimos com uma importância igual à metade dos juros das apólices que constituirão o fundo social dos bancos; com esse auxílio os bancos formarão um fundo

especial para garantia dos serviços das letras hipotecarias que emitirem em virtude dos empréstimos à lavoura e serviços auxiliares.

Os bancos deverão ainda converter em especies metalicas, à vontade do portador e à vista, não somente as notas que emitirem, um ano depois do cambio atingir e manter a taxa par de 27 ou mais, porém, ainda, as notas do Governo, que houver em circulação, sem direito a indenização alguma.

Sem ter a ousadia de julgar em três horas, nem mesmo em três dias, sistema tão colossal, e embora deixando à experiencia os direitos de pôr à prova os méritos sem duvida extraordinarios dessa obra gigantesca, vou tomar a liberdade de arriscar algumas observações.

À primeira vista e despiço de todos os seus ouropeis profissionais, o plano do sr. Rui Barbosa mostra-se, na sua imponente nudez, como nada mais nada menos que uma transformação do Brasil em sociedade anonima. Em França, onde muitas idéias, boas e más, se lançaram, que posteriormente se alastraram pelo mundo inteiro, as pessoas de bôa memoria não deixarão de observar que tal projéto provoca uma sensação de "já visto". Não será talvez necessario remontar o curso do tempo além de 1717, quando um tal sr. Law pretendeu fazer semelhante

operação com a região do Mississipi (28)... Não acabou mal esse grande homem?

E' pouco provavel entretanto que a rua do Ouvidor se transforme na rua Quincampoix; os homens praticos, aqueles de quem se procura tirar o dinheiro para transforma-lo em papel, dirão que em suma esses bancos só podem esperar lucros da exploração das concessões industriais e agricolas que obtiverem do Governo, pois, ao fim de seis anos, deixarão de receber juros das apolices que constituirão seu fun-

(28) LAW João. Banqueiro escossês, inspector geral das finanças de França, n. em Edimburgo em 1671 e m. em Veneza em 1729. Filho de um ourives banqueiro, demonstrou uma aptidão precoce para o calculo, estudou em Edimburgo e viveu em Londres, de onde, condenado à morte, depois à prisão perpetua por ter morto em duelo Eduardo Whiston, fugiu em 1695. Estudou finanças em Amsterdan, percorreu a Europa, propondo a todos os governos uma nova organização do credito e desenvolveu os seus projetos nos dois *Ensaíos*, publicados em Edimburgo (1701-1709). Desatendido por toda a parte, mesmo na cõrte de França, atraiu todavia a atoução do duque de Orleans, o quando este foi regente, obteve autorização para fundar em Paris, a titulo de casar'io e por sua conta e risco, um *Banco geral* (1716). Tendo tido exito tal tentativa, Law obteve a concessão da Luiziana, e criou a *Companhia do Ocidente* (1717), que recebia por vinte e cinco anos o mono polio do commercio na America do Norte. Enfim, em 1718, o banco tornou-se *Banco real*. Law fundiu as companhias do Senegal, das Indias occidentais e da China em sua companhia do Ocidente, que foi transformada em *Companhia perpetua das Indias* (1719): comprou a concessão do fabrico das moedas, das herdades e dos officios do recebedores gerais. Cada um desses progressos era acompanhado de uma nova emissão de açoes.

do social e, ainda por cima, terão de ganhar o suficiente para amortizar seu capital no prazo de 50 anos. Ora, o "Diario de Noticias", órgão do Ministro da Fazenda, em artigo de fundo naturalmente favoravel ao decreto de 17 de janeiro, afirma que os acionistas dos três novos bancos receberão dividendos anuais de 5 %, e como as apólices do Estado dão essa renda sem que o portador se exporia aos riscos dos acionistas desses bancos organizados para, segundo seus próprios estatutos, se lan-

Seuhor de todas as receitas publicas, Law foi nomeado inspector geral (1720). Mas, após uma agiotagem desenfreada, produzia-se a baixa, e o exagero do numero das ações depreciou-as. Nem o curso forçado das notas, nem as medidas violentas puderam evitar o desastre. Law fugiu para a Belgica passando à Dinamarca, à Inglaterra e à India. Ele próprio, arruinado pelo seu sistema, não cessava todavia de o precezar; imaginava que o numerario pôde ser não só representado, mas substituido pelo papel-moeda, e que este pôde ser multiplicado à vontade pelos governos. Revelou à França o poder do credito, mas desviou por muito tempo os estadistas de lho experimentarem a organização pratica. Como se vê destas notas collidas na Enciclopedia Jackson, não ha motivos para comparar se Law a Rui Barbosa. Os temores do autor eram exagerados, mas num ponto acertou, ao duvidar de que fosse o projeto financeiro posto em vigor. Com effeito, deixando Rui Barbosa, pouco depois, o Ministerio da Fazenda, foi seu plano modificado e, finalmente, esquecido. O plano, como se sabe, provocou violenta crise no seio do Governo Provisorio, com a opposição decidida de Campos Salles e Demetrio Ribeiro. A 30 de janeiro, 13 dias após o decreto sobre os bancos, essa crise chegava a furo e somente a ameaça de demissão do Marechal Deodoro induzia os ministros refractarios a apoiá-lo com modificações.

çarem em empreendimentos mais ou menos duvidosos, ficamos imaginando qual o capitalista que, resolvido a se contentar com um juro de 5 %, dará preferência às ações dos três bancos. . .

O decreto de 17 de janeiro rescinde implicitamente os contratos de empréstimos à lavoura e de resgate de papel moeda assinados na Monarquia entre o Governo e diversos bancos. Muitos destes se organizaram sob o ministério Ouro Preto em vista dos empréstimos à lavoura. O Governo se comprometia então a fornecer a metade dos capitais distribuídos por empréstimo aos lavradores. O decreto não faz referencia a esses bancos nem aos compromissos assumidos para com êles; no entanto o sr. Rui Barbosa attribue aos três bancos, entre outros objetivos, o de efetuar empréstimos à lavoura, coisa de que os bancos a que aludo já se acham encarregados.

Corre o boato de que alguns desses bancos agrícolas se unirão aos estabelecimentos bancarios orientados pelo sr. Mayrinek (29), o qual, no dia seguinte ao do decreto, foi encarregado pelo Governo de proceder à organização do banco de emissão da

(29) Francisco de Paula Mayrinek, nascido em Minas em 1869, faleceu a 1.º de janeiro de 1907. Foi deputado à constituinte e teve enorme prestigio como financista. Morreu pobre, entretanto, após empreendimentos desastrosos. A él se deve em grande parte a criação da Estrada de Ferro Sorocabana.

zona central. Esse sr. Mayrinck, brasileiro de origem holandesa, é um financista muito conhecido no Rio de Janeiro e em todo o Brasil; não peca por excesso de timidez; seus golpes de ousadia são famosos; alguns, de grande repercussão, foram felizes. Compraz-se nos negócios de enorme vulto e de grandes riscos; os projetos modestos, isentos de emoções, lhe repugnam. Si oportunidade houvesse não hesitaria êle em tomar a si a tarefa de transformar a America em sociedade anonima. E eu estou convencido de que o sr. Mayrinck se sentiria envaidecido caso lhe dissessem que o sr. Philippart não passa, a seu lado, de um menino (30).

Diante de tudo isso parece-me natural estranhar a má vontade do sr. Rui Barbosa para com Ouro Preto, cujos processos financeiros censura em seu relatório de 31 de dezembro, descrevendo com as mais negras côres a febre especulativa de que se viu tomada a Bolsa nos ultimos dias do Imperio. Pois não passa de especulação isso que êle próprio vai tentar! E nem sequer nos será permitido sosse-

(30) Já escrita esta carta, publicaram os jornais do Rio a Lista das pessoas e instituições de credito que subscriveram a emissão de ações do Banco dos Estados Unidos do Brasil; sobre 500.000 ações mais de 400.000 foram tomadas por Mayrinck, seus amigos, seus parentes e os bancos mais ou menos prosperos de que Mayrinck é presidente. E, finalmente, 6.343 ações se acham subscritas pelo porteiro de um dos bancos do Mayrinck! (Nota do Autor).

gar ante a esperança de que negocio tão arriscado afugente os capitalistas e difficilmente encontre acionistas, porquanto bastará para lança-lo o pagamento de uma primeira prestação de 10 %.

Fica-se desnorteado quando se pensa que um ministro "republicano" tenha ousado, sem nem mesmo convocar uma comissão de homens competentes, modificar de fio a pavio, com uma simples penada, todo o sistema economico de um país. Sem duvida tempo virá em que o Brasil terá de novo um parlamento e um governo legal e responsavel; e como os brasileiros são, em sua grande maioria, gente pratica, ha muita probabilidade de vêr-se, então, destruido o edificio do Law nacional. Si não cair sozinho até lá! Mas o Brasil teria bem podido passar sem essa crise, sem essa sacudidela.

IX

O ACORDAR DO ESPIRITO CRITICO — A IMPRENSA ABANDONA SUA RESERVA — PROTESTOS CONTRA O DECRETO DOS BANCOS — AS CENSURAS AO GOVERNO PROVISORIO — OS ERROS DO PODER E A FORÇA DE INERCIA DO POVO BRASILEIRO — AS DESINTELIGENCIAS NO SEIO DO GOVERNO PROVISORIO — O SR. RUI BARBOSA — BENJAMIN CONSTANT — QUINTINO BOCAIUVA — O MARECHAL DEODORO — AS EXCELENTES INTENÇÕES DO MARECHAL E DE SEU MINISTRO DA GUERRA.

Rio de Janeiro, fins de janeiro.

Sucediam-se os decretos sem que o povo se dignasse sair de sua indiferença habitual. A separação da Igreja e do Estado, o casamento civil haviam passado por cima das cabeças sem sequer faze-las moverem-se; tratava-se de "conquistas morais" e talvez bastasse regozijar-se interiormente. Mas o decreto sobre bancos teve outra repercussão: foi um violento pontapé no formigueiro adormecido; cada qual correu imediatamente a seus interesses,

inquieta, agitado. Num piscar de olhos todo o mundo dos negocios se achava a postos: alguns para tentar aproveitar-se da medida tomada, outros — mais numerosos — para protestarem contra ella. Rio de Janeiro tornou-se durante alguns dias um espectáculo muito curioso.

Após o decreto instituindo a lei marcial e ameaçando com severas penas quaisquer veleidades opposicionistas por meio da pena, de palavras ou actos, contra as medidas tomadas pelo governo provisório; depois que a "Tribuna Liberal", unico jornal francamente hostile foi suprimido, os jornalistas julgaram prudente manter-se calados e os simples cidadãos, de costume faladores e despreocupados com o alcance de suas palavras, tornaram-se reservados, misteriosos até. Mas isso não podia durar meses, pois é preciso que nas ruas, nas praças publicas, nos inumeros bondes que cortam a cidade em todos os sentidos, o fluminense (31) se espanda francamente; é preciso que elle possa tagarelar à vontade; o espirito critico que lhe é natural não poderia dormir ou ser contido durante muito tempo. Quanto aos jornalistas, reduzidos ao registo dos decretos e das pequenas noticias nos seus periodicos, tardava-lhes retomar a pena que outróra corria livremente sobre

(31) Em portuguez no texto. Mas o engano é evidente: deve corrigir-se para carioca.

o papel. O senhor Rui Barbosa aliviou as angústias dessa gente toda. Já a 15 e 16 de Janeiro, por ocasião da partida do ministro das relações exteriores, o despeito provocado pela sua campanha diplomatica das missões principiara a brotar na imprensa. Depois do decreto sobre os bancos, um jornalista brilhante e corajoso, Ferreira de Araujo, deu o sinál de ataque na "Gazeta de Noticias" e todas as linguas se despregaram, e todas as penas se puzeram a correr de novo sobre o papel mas nem todas para agrado do senhor Rui Barbosa. Estava-se persuadido, no publico, de que a liberdade de imprensa fôra suspensa; ora aconteceu que ninguem chamou à ordem os que arriscam o nariz, a cabeça, e em seguida o corpo, fôra de sua tenda, de modo que, sem entendimento prévio, mas com maravilhosa união, em poucos dias todos se achavam mobilizados.

O Banco Nacional redigiu um protestou em regra contra o decreto sobre os bancos de emissão; a 27 realizou-se no Rio uma grande reunião de engenheiros, industriais, negociantes, afim de examinar a situação criada no comercio e na industria pelos privilegios extraordinarios concedidos aos novos bancos; a 24, os republicanos do Rio Grande do Sul presentes no Rio de Janeiro haviam igualmente protestado contra o decreto. A mais grave

censura dirigida ao senhor Rui Barbosa pelo mundo dos negocios pode assim resumir-se: aos engenheiros e industriais o decreto torna impossivel entrar em concorrência com os bancos, pois estes poderão açambarcar todas as concessões de obras publicas ficando aqueles reduzidos a cruzarem os braços ou a se collocarem a serviço dos concessionarios; quanto aos negociantes, como poderão lutar contra os bancos, donos de todos os mercados e com autorização para introduzir sem direitos alfandegarios tudo que seja necessario ao funcionamento das inumeras industrias que terão o privilegio doravante? Finalmente os politicos, por seu turno, vêem no decreto um outro perigo: essa divisão do país em três grandes zonas, não lhes parece de bom augurio; para que criar artificialmente grupos poderosos de interesses que poderão tornar-se de um dia para outro um obstaculo à manutenção da unidade brasileira? E aceitará Pernambuco a hegemonia da Baía? Consentirá o Rio Grande em separar-se de seus vizinhos, ativos e prosperos, para ser ligado às provincias atrasadas de Mato Grosso e Goiaz? Por outro lado, todos concordam em perguntar se o governo "provisorio" exorbita de seu papel com essa medida que compromete gravemente o futuro do país.

Os homens de 15 de Novembro acham-se, eu o reconheço, em situação embaraçosa; mas não será

suficiente dizer que nela se encontram porque nela se collocaram elles proprios. Após um golpe de força ou de habilidade (no caso foi um golpe de habilidade) todo governo revolucionario, naturalmente constituido na sua maioria por teóricos enrigidecidos na opposição, por homens com o cérebro cheio de "idéias" ou de utopias, ansiosos por justificar sua ascensão com reformas barulhentas e brilhantes, deve escolher entre duas soluções: a) contentar-se com viver da manutenção da ordem, entre medidas conservadoras, até a legalização de um novo regime, até que a nação entre naturalmente em novo período de sua história; b) empregar os poderes ilimitados que lhes são outorgados pelas circunstancias para tudo emprender, tudo reconstruir ou remodelar em alguns dias, em algumas semanas. Há na historia poucos exemplos de um governo provisório que após uma revolução vitoriosa tenha adoptado a primeira dessas soluções; é muito mais tentador realisar os sonhos longamente acariciados, traçar um rasto luminoso, constelado de decretos. Nossos republicanos de 1848 não economisaram, que eu saiba, sua prosa; inundaram com ella o "Bulletin des Lois".

A Assembléa encarregou-se em seguida de drenar e canalizar; mas desde então a fonte não mais secou e a caudal se avolumou até a democracia

transbordar (32). Aqui, as consequências das medidas apressadas tomadas pelo governo provisório serão, penso eu, menos duradouras. O efeito actual é que parece digno de ser notado.

Já o comentei à minha chegada: todos se inclinam aqui diante dos factos consumados; todos se conformam; só se pede paz e possibilidade de tratar dos próprios negocios, só se exige do governo que mantenha a ordem. Assim raciocinava o mundo dos negocios, em verdade o mais numeroso e poderoso. Viu ele o governo republicano ao trabalho; observou-o com curiosidade e em geral sem malquerença, mas já hoje não está longe de achar — é sempre a mesma historia — que “não valia a pena mudar de governo”. Esse mundo dos negocios censura aos republicanos perpetuarem os processos que desacreditaram a monarchia em seu declinio; censura-lhes as medidas inconsideradas, as nomeações para os empregos publicos, eivadas de favoritismo; censura-lhes não se consagrarem antes de tudo ao restabelecimento da ordem e da disciplina nas administrações publicas, não porem um freio aos desvios de dinheiros, entregarem-se a despesas inutilmente faustosas (viagem do ministro das relações exterior-

(32) Alusão ao golpe de estado de Napoleão III e à instituição de um governo ditatorial.

res a bordo do "Riachuelo", etc.); finalmente censurá-lhes, ainda, legislarem depressa demais e reformarem com excessiva lentidão os processos administrativos, pois vive-se de boa administração e não de bela prosa, embora inserta no "Diário Oficial".

O governo provisório cometeu erros, é evidente; sofreu o destino comum e seria injusto insistir nesse ponto. Entretanto, dois erros pelo menos poderiam e deveriam ter sido evitados: nada o obrigava a resolver precipitadamente a questão muito delicada (32) das Missões nem a dismantelar o sistema económico e financeiro do país. Talvez mesmo pudesse ter adiantado de alguns meses a data das eleições. Por mais numerosas que sejam as críticas que fiz ao novo governo, desde a minha chegada aqui, um ponto capital precisa ser sublinhado: o estudo consciencioso e imparcial dos homens e das coisas trouxe-me a convicção de que a república, legalmente constituida e sábiamente dirigida — pode-se esperar que assim ocorra — será um progresso real sobre a monarquia. É o que me proponho provar oportunamente pelo estabelecimento do balanço dos erros do Imperio e a análise profunda das causas de sua queda.

Outra observação, também tranquilizadora, deve ser feita: os erros, neste país, não passam o mais

das vezes de meios erros; nada consegue prevalecer contra os interesses dos homens de negocios, negociantes, industriais, fazendeiros, nem contra a força de inercia do povo brasileiro. Um ministro toma uma medida que lesa os interesses da maioria, despreza os conselhos dos homens competentes, recusa-se a considerar os movimentos da opinião publica; o vacuo não tarda em estabelecer-se em torno dele; põe-no de quarentena; seus próprios amigos, sentindo o vento mudar, o abandonam; seus funcionarios opõem às determinações do decreto ou da lei uma resistencia passiva; organiza-se contra ele a conspiração do silencio; nada mais lhe resta do que submeter-se ou demittir-se. E como afinal num país novo tudo gira em torno de interesses, o bom senso, ou melhor a compreensão do interesse, acaba prevalecendo. Não me espantaria em absoluto que o senhor Rui Barbosa, por mais apegado que seja a suas idéias e à defesa de sua obra, devesse sujeitar-se aos argumentos que lhe são apresentados e modificasse profundamente o decreto sobre os bancos. E se mantivesse apesar de tudo os dispositivos menos defensaveis, os que fazem dos bancos de emissão paus para toda a obra e lhes conferem o monopolio de todas as grandes empresas, eu apostaria que tudo,

mais dia menos dia, desapareceria ante a coligação dos interesses contrarios (33).

Os ministros só a si próprios devem temer, só aos seus impulsos e à sua intemperança; encontrarão resistencia e má vontade se cometerem erros de monta. Tudo se conjuga para que elles ganhem a partida mas é preciso pelo menos que se entendam no jogo. Ora, torna-se evidente que o marechal Deodoro se vê a braços com grandes difficuldades para manter a harmonia dentro de seu ministerio; parece mesmo que já não o consegue. Desde alguns dias os ministros não mais se reúnem todos juntos em casa do marechal Deodoro; uns deliberam de manhã, enquanto o ministro da fazenda somente à noite conferencia com o chefe do Estado. Desde o inicio o senhor Rui Barbosa e o ministro da agricultura, senhor Demetrio Ribeiro, não puderam entender-se. O senhor Rui Barbosa intercalou no seu famoso relatório de 31 de dezembro uma frase ameaçadora para o ministro da agricultura; não cessou desde então de empregar seu grande prestigio junto ao marechal Deodoro para fazer com que fosse

(33) A partir de 31 de janeiro o ministro da fazenda reduziu do 450.000 para 200.000 o capital total. Seu sonho durou apenas quinze dias, e ele teve, pouco tempo depois, que retirar dos bancos criados pelo decreto de 17 de janeiro boa parte dos privilegios exorbitantes que lhe haviam sido inicialmente concedidos (Nota do autor).

substituído o senhor Demetrio Ribeiro. E o conseguirá sem duvida (34). Pequeno, nervoso, irritadiço e autoritário, o senhor Rui Barbosa é filho da Baía; nascido sob o sól vertical do Equador, suas paixões são de uma vivacidade extraordinaria, seu estilo é de uma largueza tarasconesa. Diante dessa enorme cabeça sobre esse corpo franzino, desses olhos ardentes, desses gestos exaltados, tem-se a impressão de que o homem está sempre nas vespéras de abortar uma idéia e seu cerebro no ponto de estourar. Seus colegas não tardaram em perceber que ele só tinha um objetivo: absorve-los ou aniquilá-los. Correspondendo diretamente com a Europa (e de que modo arrogante) (35) como se fôra também ministro das relações exteriores, legislando sobre as sociedades anonimas no lugar do ministro da Justiça, açambarcando a pasta da Agricultura com o decreto de 17 de janeiro que concede aos novos

(34) O senhor Demetrio Ribeiro demitiu-se a 20 de janeiro, depois de ter conseguido que o senhor Rui Barbosa reduzisse seu plano financeiro a proporções mais sensatas e diminuisse mais de metade do capital dos tres bancos (Nota do autor).

(35) De que esse modo arrogante de tratar com a Europa não impressionou mal o estrangeiro temos a prova nas amargas reflexões de Eduardo Prado (*Fastos da Ditadura Militar no Brasil*) a proposito de interesse manifestado no *Times* pela personalidade de Rui Barbosa cuja "facunda maneira de argumentar" dava "relevo ao tipo já banal do estadista sul-americano".

bancos todas as prerrogativas desse ministerio, levou ao auge o descontentamento dos seus colegas pela exhibição de seu desprezo por eles. Ao que parece, o decreto de 17 de janeiro não foi discutido no Conselho de Ministros; o Ministro da Fazenda não consultou nem seus colegas nem os homens competentes do mundo das finanças.

Acerca da grave questão da censura à imprensa as opiniões diferem no seio do governo. A lei marcial terá tido por effeito calar a imprensa? O sr. Rui Barbosa responde afirmativamente; Benjamin Constant e outros são de opinião contraria. O Marecha! Deodoro que, em contraste com o homem a quem substituiu na direção do Estado, não tem nenhuma pretensão erudita, observa com muito bom senso: "Eu não entendo nada nessas questões de politica e finanças e preciso instruir-me com a leitura dos jornais. Deixai-os que falem". E assim a imprensa voltou a uma certa liberdade de atitudes.

Essa figura de Deodoro é realmente curiosa. A ela voltei após referir-me em poucas palavras aos dois homens que, depois de Rui Barbosa, me parecem mais marcantes no Governo Provisorio. Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ministro da guerra, é um official pobre da engenharia militar, na verdade mais civil do que militar. Grande matematico, após uma curta aparição na guerra do

Paraguai, viveu o resto de sua existencia ensinando e estudando. Foi durante longo tempo professor na Escola Militar. Sua vida privada é das mais honrosas; tendo a seu cargo uma familia numerosa, sua mãe e suas mãs, lutou corajosamente para sustenta-las. Muito cedo se apaixonou pelas doutrinas de Augusto Comte, de que foi um dos vulgarizadores no Brasil; mas seus adeptos o sobreexcederam. Com o espirito insufficientemente preparado, assimilaram mal essa filosofia e a transformaram, deformando-a, em pretexto para declamações ridiculas e frases varias que somente a eles próprios se cruzem. Benjamin Constant é um espirito honesto, elevado, reto; jogou-se no movimento revolucionario com a convicção sincera de que a Republica abria para seu país uma era de progresso.

Quintino Bocaiuva fez, durante os ultimos anos do Imperio, ardorosa propaganda republicana na imprensa. Era, ao que dizem, um polemista brilhante; desde a revolução, desde que se tornou ministro, absteve-se naturalmente de escrever e não pude comprovar o juizo de seus admiradores. Quanto ao homem, cousa rarissima neste país, é frio, altivo, solene; vaticina do alto do colarinho, de sobreca-saca abotoada e luvas; une às suas atitudes doutrinas gostos aristocraticos. No momento viaja com grande pompa no maior couraçado da armada

brasileira, colhe as honras do triunfo em Montevideú e Buenos Aires; nada lhe parece demasiado bello, nenhuma homenagem exagerada, nenhuma despesa absurda, quando se trata do "principe dos jornalistas brasileiros". E' o aposto'o da "fraternidade americana".

De todos os pontos de vista é o marechal Decodoro um homem simples, de casca um pouco grossa, de educação rudimentar, mal falando o portugûes, porquanto o espanhol lhe é mais familiar. Pertence a esse grupo de officiaes que foram sempre esquecidos e não raro desprezados sob a monarchia e que ora tiram sua desforra de um modo assaz brutal. Mas si não tem uma cultura solida, o Marechal não carece de bom senso. Afirmaram que ficou muito descontente com o jeito que tomaram as cousas no dia 15, quando, numa cena ridicula e perigosa, se viu aclamado "generalissimo pelo exercito e o povo" e disseram-me que estaria resolvido a opor-se à renovação de quaisquer manifestações comprometedoras. Sua verdadeira intenção seria manter a ordem até o dia em que poderá entregar o poder ao seu successor legal; não deseja candidatar-se à presidencia da Republica, pois basta-lhe tê-la feito, embora quasi sem o querer. Sua saúde muito abalada torna-lhe pesado o encargo; aspira ao repouso. Dizem-me tambem que está de accordo

com o seu ministro da guerra, Benjamin Constant, no sentido de evitar o desenvolvimento do militarismo, que ambos temem; e ambos estariam resolvidos a empregar todos os esforços afim de restabelecer a disciplina no Exército e por um termo às pretensões dos oficiais. Cogitar-se-ia mesmo de desembarrasar a capital de um certo numero de batalhões e de devolver às guarnições das provincias os que não são necessarios no Rio. Quanto à Constituinte, que se reuniria em Petropolis, longe dos rumores e movimentos da metropole, deverá ella deliberar com inteira independencia sob a proteçãõ de ambos.

A excellencia de tais intuitõs não deixará de tranquilizar as pessoas pacatas, mas estas não deixarão de insistir para que lhes sejam dadas provas immediatas dessa bõa vontade. Quanto a mim, não hesito em afirmar que si o Marechal Deodoro e seu Ministro da Guerra executarem as intenções que lhes são attribuidas terão merecido a gratidãõ da patria brasileira.

X

A QUEDA DE UM REGIME.

Rio de Janeiro, fins de janeiro de 1890.

A monarquia não foi derrubada, ela desmoronou por assim dizer, e a surpresa dos revolucionários diante de seu triunfo foi tão grande quanto a da Europa à noticia da vitoria da revolução brasileira.

O punhado de republicanos e oficiais descontentes, que conspiraram e arriscaram o golpe de Estado de 15 de novembro, durante longo tempo trabalhara no sentido de destruir o respeito à dinastia, no seio do povo, e a disciplina no Exercito, com o objetivo de dissolver todo o poder social; é-lhes permitida a ilusão de um exito que ultrapassou sua expectativa mas a verdade é que seus adversários naturais, o próprio Imperador e os mais altos dignitários da monarquia foram seus cúmplices inconcientes. O edificio imperial, mal construido (36), edi-

(36) A Constituição era quanto à letra muito liberal. (Nota do autor).

ficado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos nossos; incapaz de resistir à pressão das idéias, das coisas e dos homens novos, já se tornara caduco e tinha seus alicerces abalados. Aqueles a quem abrigava, em vez de reparar a injúria dos anos e dos homens, arrancavam por sua conta mais algumas pedras e contribuíam para a ruína definitiva. Quando um ministro enérgico tentou restaurar o edifício instável acabou de abala-lo ao lançar a picareta; surgiram os republicanos e de pronto o Imperio de esboroou. O povo, agastado por longos anos de um governo paternal e anarquico, assistira passivamente e quasi sem comprehender à cêna rapida. A Europa surpreendida na sua ignorancia teve inicialmente uma idéia totalmente falsa dos acontecimentos e de suas causas: não dá ouvidos às advertencias dos homens, raros aliás, que previam o desenlace fatal. Um brasileiro, pertencente a uma das grandes familias do país, o senhor Eduardo Prado, escrevia, em setembro de 1889 em um artigo realmente profético ("Revista de Portugal", outubro de 1889): "A indisciplina geral, a educação artificial, a organização ainda caótica da sociedade, a insubordinação do exercito, eis as razões que permitem ao Partido Republicano todas as esperanças". Tais são com effeito as principais entre as causas

profundas da revolução; acrescentarei algumas outras: em primeiro lugar o fato de que o Imperador, em quasi meio século de reinado, concentrára todos os poderes em suas mãos e que vindo estas a se enfraquecerem e o cerebro que as comandava a se obscurecer, o Estado soffreu uma *capitis de minutio*; em segundo lugar o fato de que tacitamente pareciam todos concordar em que não haveria um terceiro reinado sem que, de resto, ninguém pensasse nos meios de levar ávante a evolução; finalmente, as causas ocasionais, os erros do fim, perpetrados pelos ministros dos ultimos meses da monarchia e semelhantes aos gestos desordenados de um homem tomado de vertigem e que sente que vai cair.

O povo brasileiro, acessivel à emoção, à alegria como à dor, versatil e sincero, pôde lamentar sinceramente que o seu velho Imperador de quem venerava a grande figura, ao qual se achava ligado por um longo habito, se visse forçado, ele tão ternamente preso a seu país, ele tão brasileiro de coração, a viver seus ultimos dias no exilio. Esse mesmo povo porém pôde com sinceridade não menor aclamar no dia seguinte a Republica e seus chefes.

Filho de um homem violento, bravo até a loucura, galante até o erotismo, D. Pedro II tinha por mãe uma austriaca, filha de Maria Teresa, culta, pedante mesmo, orgulhosa de seu titulo de protetora

das artes e das ciencias, adorando a caça e as aventuras, montando a cavallo como um homem, extravagante de gosto, esquisita no seu genero de vida, comprazendo-se em fazer do dia a noite e vice-versa; não podia ele ser perfeitamente equilibrado. De seu pai herdara a tendencia para a autoridade absoluta e a vontade firme de fazer, em tudo e de todo modo, com que prevalecessem suas idéias; de sua mãe tinha a ambição da omnisciencia. Mas antes de tudo era ele brasileiro na alma, brasileiro no carater; ao meio e à terra do Brasil devia talvez mais ainda que à hereditariedade familiar, sua afebilidade, sua simplicidade de trajés e maneiras, sua lentidão em tomar partido, sua instintiva desconfiança para com a novidade (pois era um pouco reacionario na sua politica sinão nas suas idéias) e, finalmente, a intermitente apatia e a mania de deixar tudo para o dia seguinte. D. Pedro foi generoso até a imprevidencia; gastando pouco consigo mesmo sempre se mostrava disposto a fazer um donativo, a conceder uma subvenção ou uma bolsa. Filho e soberano de um país onde as grandes fortunas não são raras, viu-se no dia do exilio mais rico de dividas que de dinheiro. Juntamente com a palavra "amanhã", que resumia todas as suas hesitações, toda a sua confiança cega no sistema da eterna contemporização, o termo que mais se depa-

rava na sua conversação era: "sei". Não admitia supusessem que ele ignorasse o que quer que fosse na ciência, na arte, na literatura ou na politica. Com essa palavra infeliz muitas vezes impediu que lhe fizessem importantes confidencias ou que chegassem a seus ouvidos conselhos salutaes. O Imperador comprazia-se em fazer crer que o Brasil era êle; a Europa, indiferente ou ignorante acreditara. D. Pedro desempenhou seu papel conscienciosamente até o fim. Conseguiu fazer com que a Europa o tomasse pelo soberano mais paternal, mais liberal, mais isento de preconceitos. Ora ninguem se mostrava mais cioso de seu poder pessoal nem mais habil em persuadir seus ministros de que eles governavam quando nada se fazia sem ser por sua vontade imperial. Por simples espírito conservador, por temor ao desconhecido, durante longos annos opusera a força da inercia àqueles dos seus conselheiros que reclamavam a instituição do estado civil, do casamento civil, da lei sobre a naturalização. Homem de ciencia e voltairiano, não se punha jámais à mesa, entretanto, sem fazer o sinál da cruz e ia regularmente à missa, porque era "um bom exemplo" e talvez, tambem, por uma singular mistura de independencia de espírito e de superstição. Esse homem, a quem todas as portas se abriram de par em par na Europa, e que, por curiosidade, sabia aproveitá-las, não es-

tava longe de pensar que o Brasil devia fechar as suas. Não via com bons olhos a imigração, em grande escala, de europeus; vítima sem duvida de uma longinqua sobrevivencia do velho espirito colonial portuguez, temia que o elemento brasileiro fosse submergido, e os costumes brasileiros desaparecessem ou se alterassem (37). Tinha horror ao pormenor preciso, aos numeros, à estatistica e porisso em grande parte ainda hoje é impossivel obter-se no Brasil uma estatistica de conjunto. Ignorava até o numero exato de seus súditos; não fazia questão de sabe-lo. Conhecia, é certo, profundamente os homens ou pelo menos tinha por eles um grande desprezo; estava persuadido de que são conduzidos pela vaidade e que a opposição mais encarniçada não resiste a um titulo de nobreza, uma condecoração e mesmo uma simples atenção. Era perito em desconcertar ou desanimar seus inimigos; de um republicano convicto fazia um barão; a alguém que sobressaia por seus ataques contra a dinastia, o Imperador, ao encontra-lo num logradouro publico, interpelava com um

(37) Ha até hoje grande confusão entre costumes brasileiros e tradições lusas. É mais de um publicista, ao criticar o elemento italo-paulista ou o teuto-brasileiro, o faz do ponto de vista portuguez. Vismu assim, inconscientemente, não um abresileiramento do alienigena mas a sua lusificação. Grande parte das discussões em torno do problema da assimilação do estrangeiro se deve attribuir a essa confusão.

"bom dia senhor X", obrigando assim a quem jurara jamais se descobrir diante da realza a comprimenta-lo. Como os insectos alados se sentem à noite atraídos pela luz brilhante, agrupavam-se os intrigantes em torno do soberano. O Imperador era um homem mal cercado, embora por muitos aspectos um homem superior. Por mais simples que fosse seu genero de vida, por mais afaveis que fossem suas maneiras, sabia manter-se na sua posição e nunca permitia que seu interlocutor esquecesse a presença do soberano; em publico, no meio do povo, todos os olhares naturalmente se dirigiam para essa alta figura que dominava todo o mundo; ele tinha realmente um belo aspecto (38).

(38) Não é nossa intenção traçar aqui o retrato pormenorizado dessa bela e interessante figura de D. Pedro II; procuramos por em evidencia as causas da queda do seu regime, anotando unicamente os traços que se relacionavam com o assunto, deixando de lado outros, não menos nobres nem menos dignos de serem incluídos numa biografia do Imperador ou numa historia de seu reinado. Quisemos pesquisar e expor com inteira independencia as causas da revolução brasileira; interrogamos com igual attenção os antigos servidores da monarchia e os amigos do novo regime; estamos persuadidos de que nenhum espirito imparcial poderá consurar-nos uma injustiça para com o soberano infeliz que acaba de pedir hospitalidade à França em seu exilio. Nós outros, francezes, não podemos esquecer que ele mostrou sempre sincera afeição ao nosso país e que não hesitou em não-la provar numa época em que o gesto exigia coragem e evidenciava sentimentos realmente generosos (Nota do autor).

Os cincoenta anos de reinado de D. Pedro II foram assinalados por reais beneficios. Ao atingir a maioridade, o Imperador encontrou seu país entregue à guerra civil e à anarquia mais sangrenta; conseguiu por termo a essa situação e durante quarenta anos gozou o Brasil de uma paz interna total. D. Pedro teve sempre horror ao sangue derramado e à guerra. Esta ele a fez, entretanto, mas no intuito de derrubar a ditadura sanguinaria de um Rosas ou de um Lopez. Soube manter seu país immune ao contagio do mal que infestava as republicas hispano-americanas e nisso consistiu talvez o grande pensamento do inicio de seu reinado. Nunca teve quêda para a conquista e reinou para a paz. Durante o meio século em que ocupou o trono, o Brasil realizou progressos lentos mas sérios; poderia e deveria mesmo ter andado mais depressa, porém o caminho percorrido ainda assim é consideravel. D. Pedro II criou hospitais, estabelecimentos de ensino, estradas, canais, portos; o país, imenso, cobriu-se de uma rêde de fios telegraficos; as estradas de ferro, de combinação com a navegação flüvial, decuplicaram as forças productivas do país. O Brasil progrediu, calmamente, sem sacudidelas; talvez fosse melhor que tivesse feito, à custa de uma crise de crescimento e de alguns sobressaltos, sua educação po-

litica e social; estaria mais adiantado hoje e seu povo melhor temperado para a luta.

Muitas energias, muito tempo e dinheiro foram esbanjados pelo Imperador. As grande obras, os grandes empreendimentos, as grandes reformas, nunca eram atacados de frente; iniciavam-se sem plano de conjunto, sem metodo, timidamente. Isso em consequencia de um grave defeito da mentalidade de D. Pedro II: à indecisão de seu carater, à qual se juntava a falta de precisão nas idéias, defeito essencialmente brasileiro. O Imperador era mais ou menos incapaz de distinguir o valor relativo dos homens e das cousas. As questões de principios lhe eram, tal qual a seu povo, totalmente estranhas, tanto em relação à politica como à religião; donde a vantagem de serem a metafisica e o fanatismo religioso cousas desconhecidas no Brasil ou de aí surgirem apenas como accidentes sem consequencias, mas donde tambem o grave inconveniente de aí assumirem grande importancia os pormenores, as pequeninas intrigas, as questões pessoais. E assim ocorria tanto na Côrte como nas reuniões do Conselho. O Imperador era capaz de passar um dia inteiro assistindo aos exames de medicina; apaixonava-se pela nomeação de um professor; e no entanto, em epoca de crise, mal consagrava alguns minutos para

conversar na plataforma devassada de uma estação com o estadista que seria no dia seguinte seu primeiro ministro.

Os partidos tudo esperavam do Imperador e dele tudo temiam porque em seu espírito tudo se restringia a questões pessoais. Ele resolvia como bem entendia as crises ministeriais, chamando ao poder tal ou qual partido sem jamais se preocupar com a maioria existente no Parlamento. Uma vez beneficiado com o apoio imperial o partido escolhido apelava para o eleitorado e, pela pressão ou pela corrupção, alcançava uma maioria esmagadora; e ficava no poder até o dia em que o imperador se lembrava de substituí-lo. Desse modo nunca a opinião pública tinha oportunidade para tomar consciência de si própria, manifestar-se e orientar-se. E a cada mudança de governo, a cada intervenção na posição dos partidos, criava o Imperador novos descontentes. De tal maneira se houve que ao fim de 50 anos descontentara todo mundo. Aliás ele se comprazia em intervir sem cessar na política governamental, nas nomeações de funcionarios, fazendo pender a balança em favor de tal ou qual candidato e nem sempre com rigorosa justiça. A cada vez era uma família que o imperio se alienava, sem a compensação de um numero correspondente de

gratidões. O respeito à pessoa veneravel do Imperador permanecera intacto, mas o respeito ao trôno, à prerrogativa imperial, se achava profundamente abalado. Destruindo todo ceremonial exterior o Imperador desfechava ele próprio um rude golpe contra o prestigio do poder e a hierarquia social; ao pesadissimo jugo e à disciplina severa dos jesuitas succederam rapidamente a indolencia, a indisciplina.

O Imperador cometeu o erro de afixar publicamente sua ignorancia voluntaria acerca das cousas militares, seu desinteresse por ellas; inteiramente devotado às atividades da paz, não tinha a menor estima pela profissão militar. Identico espirito dominava seu "entourage", seus ministros, a sociedade. Os officiais mais de uma vez sentiram os efeitos desse desprezo e dele se lembraram em tempo oportuno.

As medidas preparatorias da abolição foram tomadas ha vinte anos, mas ao aproximar-se a data decisiva o Imperador hesitou. Entrementes, nada se fez para ajudar os lavradores a atravessarem a crise, para encoraja-los a prepararem a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre — transformação de importancia essencial para o futuro do país; a imigração, o unico meio eficaz de que se podia lançar mão, foi atraida quasi contra

sua vontade (39). Foi esse o erro capital de seu reinado, o grande erro desse espírito em geral tão lucido; não percebeu que a abolição podia transformar-se em um desastre pelo qual a monarquia seria responsabilizada si não a anunciasse francamente, si não a preparasse abertamente e a tornasse inofensiva pela canalização prévia de uma caudal imigratoria. Finalmente não soube estabelecer uma distinção entre liberdade e licença: foi liberal, mas de um liberalismo mal compreendido em que se confundiam indolencia com sangue frio de estadista e indisciplina social com liberdade. A pretexto de liberdade de imprensa permitiu que tudo se discutisse no Estado, que nenhuma gloria e nenhuma reputação se mantivessem intactas. Os ataques anônimos, insertos nos jornais mediante pagamento, constituiram o mais seguro agente de desagregação politica; a disciplina, tanto no exercito como no funcionalismo, viu-se profundamente atingida.

Em 1887 o Imperador caiu doente e desde então sua saude sempre foi mediocre; não somente não tinha mais todo seu vigor fisico, porém suas faculdades mentais sofriam eclipses. Mas seus ministros, seu

(39) E' de Alcantara Machado (Alocações Academicas) esta observação incisiva: "O golpe utilitar de 15 de novembro veio como consequencia logica, embora injusta, da lei do 13 de Maio".

“entourage”, todos os que gravitavam em torno do astro imperial, pareciam entender-se afim de esconder ao país e ao proprio Imperador a gravidade de seu estado. D. Pedro continuou soberano sem entretanto reinar, a não ser por intermitencia. A atuação governamental fazia-se sentir de um modo brusco com intervalos de atonia. Achava-se o Imperador na Europa, e a condessa D’Eu era regente, quando a campanha abolicionista assumiu uma gravidade tão aguda que uma rapida solução se tornava necessaria. Os escravos abandonavam em massa as fazendas, a repressão já não era possível.

A politica do governo se mostrava sempre tão hesitante que os lavradores, procurando ganhar tempo, ainda confiavam em alguns meses de sossego. Nessas circunstancias criticas a atitude do Ministério, da Regente e da Côrte, colocados entre as ameaças da rua e as da aristocracia rural proprietaria de escravos, evidenciou uma estranha ausencia de espirito politico, uma falta de franqueza singular. Até o ultimo instante as resoluções do poder permaneceram envolvidas em misterio; os fazendeiros ainda confiavam nos seus escravos para a colheita de 1888 — estava-se em maio e a produção de café prometia ser excelente — quando, em poucos dias, foi a abolição proposta e votada. Grande parte da colheita se perdia. Os fazendeiros não perdoaram ja-

mais o golpe recebido e os abolicionistas, muitos dos quais republicanos, apenas se mostraram gratos pelo fato de ter a Regente cedido ante a sua pressão.

Quando o Imperador voltou depois de ter sentido, em França, passar a morte bem perto, o prestigio da monarchia achava-se tão abalado quanto a saúde do soberano. Seu medico, doutor Mota Maia, dominava-o e lhe regulava minuciosamente a existencia: prohibia-lhe ler os jornais, falar de politica e mesmo receber seus ministros sem autorização expressa. Esse grande país, acostumado a um punho firme, à constante ingerencia do Imperador nos menores atos de sua vida, viu-se abandonado a si próprio em plena crise, quando um mal estar generalizado começava a reinar e que a atuação dos inimigos da monarchia se tornava mais ousada. O dr. Mota Maia careceu de decisão e de clarividencia; duas soluções somente havia, entre as quais era preciso escolher: ou deixar que o imperador governasse como de costume, mantendo-se a par de tudo, embora com perigo de apressar-lhe o fim, ou confessar-lhe que se quisesse prolongar a existencia devia renunciar por completo ao poder pois se tornara incapaz de suportar o encargo sem fraquejar. Da solução intermediaria adotada só podiam resultar consequencias desastrosas. O Imperador ignorava até os mais simples acontecimentos, as próprias polemicas

que maior impressão causavam no seio do povo. A crise ministerial em consequencia da qual o senhor de Ouro Preto chegou ao poder (junho 1889), revelou claramente a desorientação dos partidos e ainda que o Imperador já não estava ao corrente das coisas mais simples da politica. E o pior é que nem porisso deixava ele de intervir no momento decisivo, aumentando inconscientemente a confusão. Quando os successos de 15 de novembro ocorreram ele foi o ultimo a perceber que sua corôa estava em jogo. Não compreendeu então o que se passava nos espiritos e nas ruas e talvez venha a morrer sem o ter comprehendido.

Tive que insistir no carater, no papel e na pessoa do Imperador; a verdade historica a isso me obrigava, mas ella me leva tambem a acrescentar que seria injusto e falso attribuir unicamente ao Imperador todas as causas da revolução, por maiores que tenham sido o lugar por elle occupado e o vazio deixado quando a força lhe veio a faltar. Entre as causas mediatas ou immediatas da queda do antigo regime e do evento do novo é preciso citar os partidos, as capelas politicas, a aristocracia rural, o povo, todo o povo. Uns agiram, outros permaneceram passivos; pouco importa. Todos contribuíram para preparar, fazer ou deixar que se fizesse a revolução.

O regime parlamentar, tal qual foi praticado no Brasil, causou grande mal. Os dois partidos, verdadeiros sindicatos de interesses e de temperamentos diversos, disputavam os favores imperiais. O espectáculo dos últimos anos da monarquia foi este: cada um dos partidos, uma vez de posse do poder, oprimia ou corrompia o eleitorado, aliás muito restrito, e alcançava sempre uma maioria docil; os funcionários subalternos eram substituídos a cada mudança de ministério; o nepotismo e a protecção prevaleciam na escolha dos empregados de toda espécie: a administração era ignorante e negligente; todas as molas estavam frouxas; a desordem e a indisciplina reinavam por toda parte entre civis e militares; em nenhum lugar, "the right man in the right place"; os oficiais de terra tratados como párias, davam ouvidos ao descontentamento; a policia brutal e secundada por verdadeiros bandidos, os *capoeiras* (40), aterrorizava certos dias a capital; uma guarda negra, constituída pela mais baixa camada do populacho de côr, tinha por missão exterminar os republicanos sob o olhar indifferente ou complacente do poder, a pretexto de proteger a Regente contra os atentados dos escravagistas; o Parlamento, sem prestigio, desperdiçava tempo em dis-

(40) Em português no texto original.

curso intermináveis confiando principalmente nas intrigas dos bastidores; o povo mergulhava na ignorância; as faculdades de Direito e Medicina fabricavam desclassificados às duzias; todos os poderes se achavam concentrados de fato no Rio em detrimento da prosperidade e da boa administração das províncias; em suma era a desordem, a anarquia legal.

Por ocasião de minha viagem a S. Paulo fui visitar o governador; indicaram-me um palácio de granito e estuque de proporções imponentes. Depois de ter subido uma escadaria monumental entrei numa imensa peça nua, apenas mobiliada com algumas cadeiras e uma mesa; dirigi-me para o governador sentado à mesa e como eu me espantasse de ser obrigado a manter-me à distancia, em virtude de uma poça d'agua provocada por uma goteira, disse-me ele sorrindo: "estamos aqui num edificio construido pela monarchia e pelo governo central; mas olhai para fóra e vêde a nossa obra, a obra dos paulistas." Mostrou-me então, pela janela, no mesmo largo, dois edificios novos, sem pretensão mas de boa pedra, construidos pela provincia de S. Paulo afim de neles se abrigarem os departamentos da Fazenda e do Correio. O palácio do governador, eis a imagem do regime imperial em seu declínio; os edificios praticos e solidos, obra da propria pro-

víncia, eis o ideal que a republica deve ter em vista. O Brasil tal qual o reinado de Pedro II o fizera, o povo brasileiro tal qual o formaram a hereditariedade e o meio, não eram de força a reagir contra um golpe revolucionario.

A monarchia caiu; poderá erguer-se novamente? será possível uma restauração? Não o creio. Antes de tudo em proveito de quem se faria ela? Do ex-imperador? Impossível. Da condessa D'Eu? Nem ela nem o marido são populares, nem têm partido. A ela censuram-lhe as ideias religiosas extremadas, seu circulo clerical, sua politica durante a regencia. O conde D'Eu, chefe supremo do exercito, não tinha o exercito a seu favor mas ao contrario contra si, pois pusera na cabeça criar uma Guarda Nacional. Parece ter sido durante toda a sua carreira uma ideia fixa essa do soldado cidadão (41). Já durante a campanha do Paraguai todas as suas atenções se voltavam para os voluntarios. O exercito regular não podia ter por êle gran-

(41) A ideia do cidadão soldado não foi peculiar ao Conde d'Eu. Ela nasceu com os principios democraticos da Revolução Francesa e constituiu, desde então, o alicerce dos exercitos nacionais. Sua applicação no Brasil talvez fosse prematura e, principalmente, inadequado o processo posto em vigor.

des simpatias. Apesar de todos os seus esforços para se tornar querido no povo e na sociedade mundana o vacuo se fazia em torno dele. Por inhabilidade ou falta de sorte não conseguira vencer as prevenções. Nunca deixaram de considera-lo um estrangeiro. Seus filhos não eram interessantes. Quanto ao Principe Pedro Augusto, filho da princesa de Saxe-Coburgo, segunda filha de D. Pedro II, e que durante onze anos até nascer o primeiro filho da condessa D'Eu occupou o lugar de herdeiro da corôa, attribuiam-lhe profundas ambições. Era visivelmente o favorito do Imperador e não se resignava em esquecer, conforme elle proprio confessava, que fora durante tão longo tempo o successor legal de seu avô. Mas elle não tem o estofó de um pretendente e o provou aos olhos do mundo durante os ultimos acontecimentos.

Finalmente, e essa me parece a melhor razão, ninguém pensa no Brasil numa restauração. Não ha nem havia fidelidade à monarchia no país. Quasi todos os brasileiros, antes de 15 de novembro, concordavam em que não haveria um terceiro reinado; apenas se inquietavam em saber de que maneira, por occasião da morte de D. Pedro, se daria a passagem do Imperio à Republica. A questão está resolvida. Os antigos partidos se puseram em

campo para conquistar as novas camadas de eleitores e construir a republica de modo a nela viverem comodamente. O povo brasileiro tratado até agora como um menor vai iniciar uma nova vida. Como se acha preparado para ela?

XI

ESPIRITO PUBLICO, ESTADO SOCIAL, COSTUMES E INSTITUIÇÕES

O CARATER NACIONAL — SOCIEDADE ORGANICA --- A FAMILIA -- O PAPEL DA MULHER — A EDUCAÇÃO — UMA ELITE — A IMPRENSA — O REGIME PARLAMENTAR E OS COSTUMES POLITICOS — CENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA PROVINCIAL — A ADMINISTRAÇÃO — O CLERO — O EXERCITO E A MARINHA — A OBRA DA REPUBLICA.

Uma grande doçura matizada de melancolia eis o traço dominante do character nacional; meigo e triste é o brasileiro; assim o fizeram o clima, a raça, a vida social, a historia. Remontando apenas algumas gerações descobrem-se, entre os antepassados de muitos brasileiros, deportados, aventureiros portuguezes, não raro indios e homens de côr. Esses filhos de flibusteiros, de condenados, de corsarios, de negreiros cruéis e sanguinarios mostram-se chejos de mansuetude, inimigos de toda violencia; têm

horror ao sangue. Assim à sua ausência de preconceito de côr ou casta, de orgulho social, à sua facilidade de acesso corresponde uma carencia completa de hierarquia, de respeito de disciplina social, à cloçura dos costumes corresponde uma lamentavel apatia. Reina aqui essa apatia de um modo universal, incoercivel, somente comparavel nos seus efeitos ao fatalismo muçulmano ou ao nilismo budista. Talvez seja a força mais ponderavel deste país, essa da inercia. O estrangeiro não prevenido, que contra ella se choca, perde tempo e trabalho; nenhum poder humano seria capaz de derrubar o obstaculo, é preciso contorna-lo.

Alem do mais, e como que por contraste, o brasileiro é de um nervosismo estranho, nervosismo filho da anemia. Passa sem transição da imobilidade à excitação, da indiferença à mais viva emoção; uma procissão, um cortejo, um discurso o extasiam até o entusiasmo, até o delirio. Aprecia os longos discursos, quer os pronuncie, quer os ouça; e embebeda-se de palavras. Vemo-lo de lagrimas nos olhos suspenso aos labios de um orador, mas afaste-se este e a chama se apaga immediatamente; já não hesita em contar-nos que o orador era um homem insignificante.

Os dons naturais do brasileiro contribuem ainda para incentivar essa indolencia inata; e ele tem em

geral a intelligencia viva e agil, uma grande facilidade de assimilação. Infelizmente essas preciosas qualidades são neutralizadas por uma grande leviandade e certo desdem pelas coisas sérias, pelas idéias de grande alcance. Aprecia pouco a leitura e os poucos livros que folheia — mediocres traduções de romances parisienses o mais das vezes galantes — não são de natureza a mobiliar-lhe o espirito ou a temperar-lhe o character.

Nada é mais raro nesse país do que o character; é comum encontrarem-se homens pacientes perseverantes, trabalhadores mesmo, mas muito diferentes dos que conhecemos; fazem seu caminho suavemente, aumentam pouco a pouco e como por acaso o campo de sua actividade, confiando mais nas circumstancias do que em si próprios, e acabam realisando grandes coisas atravez de uma bela vida. Lembram esses imensos carros de bois que encontrei no interior. A um enorme vagão feito de uma plataforma cercada de uma grade alta e colocada sobre um eixo grosseiro de madeira com rodas inteiriças, são atreladas sete a oito juntas de bois; o pesado veiculo avança lentamente através da solidão; as rodas mal engraxadas cantam suas notas graves e monotonas. E o homem acompanha. Na Europa isso seria a volta à barbarie, aqui é a civilização e assim foi que ella penetrou até os Andes.

Apatia, fatalismo; paciência, resignação; quatro palavras que se encadeiam. O fáto consumado tem, sinão grande prestígio, pelo menos força irresistível. Toda a sabedoria política do brasileiro se resume na sua resignação diante do fáto consumado; ou após reflexão, sinceramente, ou por simples falta de energia todos se inclinam e se submetem. Ninguém, mesmo entre os que foram mais beneficiados pela monarquia, tentou resistir à revolução. A 15 de novembro os chefes republicanos, que sem duvida conheciam bem o meio, passearam sem apreensão nas ruas da cidade, entre a multidão espantada, curiosa e pacífica. Não houve no momento entusiasmo nem indignação. Algumas semanas mais tarde, quando a velha Imperatriz, a "Mãe do povo", que era muito querida de todos, faleceu, no exílio, a resignação ante o fáto consumado foi tal que poucos ousaram, entre todos os que sentiram sinceramente a morte, confessar publicamente sua aflição ou deixar transparecê-la (42).

(42) Que diria o autor tão cioso do carater dos povos e tão severo em seus juizos, do estado do espirito das populações europeias? Inutil me parece sublinhar, após este paralelo, a superficialidade jornalística de sua apressadissima psicologia coletiva. Momento ha na vida dos povos, de apatia e resignação; mas todos têm, tambem, seus dias de civismo e de resolução. Destes periodos gloriosos não carece a nossa historia, digna de ombrear com as das demais nações.

O Imperio vivera de paz e de inércia; não permitira que a educação política das massas se fizesse, não dera oportunidade para que o espirito publico se formasse, tomasse consciencia de si próprio e se manifestasse. No momento azado o espirito publico fallhou. Como muito justamente observou Eduardo Prado, o povo brasileiro nunca teve a sua idade heroica (43); não atravessou uma dessas crises de crescimento de que o povo sai engrandecido, amadurecido, mais alegre e mais forte; não teve na sua historia essas experiencias que temperam os caracteres. Assim se explica seja o brasileiro tão incapaz de entusiasmo prolongado quão indiferente ao fanatismo; nunca teve a oportunidade de bater-se por uma idéa e a vontade de fazê-lo não medrou nele. A metafisica politica e o fanatismo religioso não têm a menor influencia sobre êle; nem o jacobinismo, nem a teocracia poderiam implantar-se e florescer no sólo brasileiro.

O Brasil é imenso; os laços que unem seus filhos no espaço é fragil; o ardor que se acende no coração do brasileiro logo se apaga e no entanto existe um sentimento nacional, um patriotismo; não é uma torrente rapida e impetuosa mas sim uma

(43) A opinião de Eduardo Prado é puramente gratuita. Os fatos demonstram o contrario, a começar pelos da epopéa bandeirante.

agua quieta que transbordaria com força si os diques viessem a romper-se. Esse patriotismo, esse verdadeiro sentimento nacional, manifestou-se nos primeiros anos da guerra do Paraguai e certamente acordaria de novo si amanhã o orgulho e as pretensões argentinas ultrapassassem a medida.

Nos ultimos anos de Imperio reinava um mal-estar geral; tudo ou quasi tudo ia mal; por toda a parte desordem e desleixo; era a anarquia legal. O mal não desapareceu. Tem raizes profundas, pois não se prendia apenas à ação de um homem, do Imperador, nem à influencia de um regime político, a monarquia, mas, como ocorre ainda, ao estado da própria sociedade. O "commowalth" (44) brasileiro durante mais de um século baseou-se na escravidão; ao faltar esta encontrou-se sem alicerces, atacado pelos males que a sujeição do homem acarreta, e procurando uma nova fórmula e uma nova base. A sociedade brasileira trocou um sistema bárbaro e inhumano pelo desconhecido; voltou ao estado inorganico; é um protoplasma em que as células giram em busca de uma lei de agrupamento, de um centro de atração. Já não havia coesão, não ha mais classificação.

(44) Em inglês no texto. Em português, a sociedade, a comunidade, o estado.

Como consequencia fatal da escravidão, a familia — no sentido estreito e elevado em que a comprehendemos — deixara de ser a celula social: não tinha os limites precisos nem a disciplina moral que dela fazem o elemento primordial das sociedades modernas. Maculada pelo contacto permanente do escravo perdera a sua pureza e chefes de familia havia que introduziam em seu lar os filhos naturais tidos no commercio com as escravas (45). A mulher legitima, inerte e resignada, sofria tais afrontas sem se revoltar; parecia mesmo ter perdido a consciencia da humilhação. A autoridade do pai e a dignidade da mãe eram assim profundamente atingidas e entre as crianças o respeito filial e o orgulho domestico se esvaíam.

A escravidão teve sobre a sociedade inteira, e não apenas a familia, uma influencia dissolvente: corrompeu a noção do dever e do respeito, deshonrou o trabalho, enobreceu o ócio, abalou a hierarquia e destruiu a disciplina social. Segundo a opinião corrente, trabalhar, submeter-se a uma regra qualquer, é coisa de escravos. O portuguez, antepassado do brasileiro, nunca teve aversão às raças de côr,

(45) Um velho paulista contava que há cerca de quarenta annos todos os professores de direito da Faculdade de S. Paulo — o alguns eram eclesiasticos — tinham concubinas. (Nota do autor).

nem repugnancia pela união com a mulher preta. No Brasil, a promiscuidade de raças e condições de ha muito é completa, porisso a instituição da escravidão e o contacto com ela foram tanto mais perniciosos para o equilibrio social, a pureza da raça e a dignidade do lar.

A mulher não foi um fermento ativo, como nos Estados Unidos, ou a guarda esclarecida e vigilante do lar, como na França. Tratada como inferior, enclausurada por um marido ciumento, desprovida de instrução, abafada na sua personalidade, devotou-se aos cuidados da casa. Indolente ao excesso, contentou-se com a parte mediocre que lhe era reservada, não procurando alargar seu horizonte nem melhorar a sua condição.

Nessa sociedade governada pelos interesses materiais de uma oligarquia de grandes proprietarios rurais, exploradores de escravos, os interesses morais do povo jamais foram atentamente considerados e seriamente defendidos. A instrução primaria, embora entregue às provincias, era negligenciada. Não se forneciam a essa massa imensa de camponeses, de operarios agricolas e urbanos; de libertos, de escravos, de miseraveis que vivem de bananas e farinha, entregues a si próprios e à sua preguiça, os meios suficientes para tira-los da ignorancia e eleva-los à uma condição mais digna e mais humana.

O ensino secundario, menos sacrificado, era dado em alguns estabelecimentos publicos e em numerosas instituições privadas nos grandes centros. A despeito dos programas bem feitos e agradaveis à primeira vista, a mediocridade dos professores, a indolencia dos alunos e a indisciplina tornavam os resultados insufficientes. Todo o esforço, todo o apoio do poder visavam o ensino superior. Ricamente subvencionado e aparelhado com laboratorios, bibliotecas, museus, não pode fazer o mais das vezes si não desclassificados; era um frontão demasiado rico e pesado para o edificio fragil e mal construido que o devia suportar. O estudante, insufficientemente preparado, sem uma base sólida, assimila mal a ciencia que lhe é prodigalizada nas faculdades. Não lhe faltam entretanto pretensões e os falsos doutores, os bachareis, transbordaram naturalmente das profissões liberaes, já apinhadas, para a politica. Facil lhes é ofuscar com sua ciencia barata um povo analfabeto. Alguns desses bachareis, intoxicados pelo abuso de um licôr demasiado forte para o seu cerebro de neófitos, se desequilibraram e se devotaram inteiramente às filosofias mais místicas e obscuras. Assim é que o Cointismo ortodoxo, agonisante na Europa, ressuscitou no Brasil entre ouropeis e ridiculos atributos. A Imprensa foi inundada de artigos, o publico de discursos, numa algaravia pseu-

do científica. O contraste entre a ignorancia ingenua das massas e a falsa e pretenciosa ciência de um grupo se tornou mais evidente e o mal estar social mais agudo.

Infelizmente a educação do carater e a educação fisica acham-se tambem tão abandonadas quanto a do espirito. Nos estabelecimentos escolares a disciplina estreita dos jesuitas não foi substituida por coisa nenhuma; nenhum esforço se fez para reagir contra a moleza de temperamento nacional; os exercicios corporais permaneceram desprezados no reinado de um principe que nem sequer sabia montar a cavalo; os descendentes de uma classe efeminada e anemica foram abandonados à sua indolencia nativa.

A educação é tão defeituosa no Brasil que muitos chefes de familias ricas mandam seus filhos se educarem na Europa. A attitude dos paulistas, gente ponderada e pratica, é digna de nota em relação a este ponto: êles derrogam ao habito nacional que exige seja um rapaz de bôa familia educado na França; sentem os paulistas tão agüidamente a necessidade de restaurar a disciplina, que confiam à Alemanha o cuidado de tornar seus filhos respeitosos da regra e da hierarquia, ao mesmo tempo que bem aparelhados de saber para a luta pela vida.

Há nesse país homens de cultura requintada, donos de uma ciência sadia e profunda; seu espirito é filho do espirito francês; seus mestres são nossos mestres, nossos sábios, e êles reivindicam com orgulho tal parentesco intellectual. Essa elite não destoaria entre as elites de nossas sociedades mais cultas. Esses homens veêm com justeza, com elevação e horizonte; si na republica lhes derem o lugar que lhes é devido, si os palradores vazios e barulhentos lhes deixarem a palavra, êles poderão influir da maneira mais feliz no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Será justo, será prudente, julgar um povo pelos jornais que lê? E' possível duvidar-se, e quem, em França, teria a coragem de dizer que um povo possui os jornais que merece? Mas a imprensa de um país, o papel que ella desempenha, a influencia que ella exerce e os meios que emprega são elementos para julgar uma nação. A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anarquico de D. Pedro II: por um lado alguns grandes jornais muito prosperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma, e antes de tudo, como uma empresa commercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o circulo de seus leitores para aumentar

o valor de sua publicidade do que empregar sua influencia na orientação da opinião publica. Tais jornais ostentam uma certa independencia, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso *Figaro*, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negocios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um politico e só são lidos si o homem que os apoia está em evidencia ou é temivel.

Nos jornais mais lidos os anuncios invadem até a primeira pagina: transbordam de todos os lados; o espaço deixado à redação é muito restrito e, nesse campo já diminuto, se esparramam pequeninas noticias pessoais, disque-disques e fatos insignificantes; o acontecimento importante não é em geral convenientemente destacado, porque ao jornalista como ao povo, como ao ex-Imperador, falta uma concepção nitida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem êles de um criterio, de um metodo. A imprensa em conjunto não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorancia e à sua apatia. Os dois maiores jornais brasileiros, o "Jornal do Comercio" e a "Gazeta de Noticias" realizam excelentes negocios; têm tantos anuncios

que não lhes bastando as terceira e quarta paginas, dedicam-lhes um suplemento. O "Jornal do Comercio" é uma especie de "Times" sem virilidade: é o Times sem os *leading articles* (46); um bom repertorio de fâtos, um conjunto util. de documentos. A "Gazeta de Noticias" é muito diferente; sua imparcialidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator chefe o dr. Ferreira de Araujo (47) e nisso está a sua força. O dr. Araujo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegancia e sobriedade raras; colloco-nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem êle temperamento, caracter, espírito elevado, intelligencia largamente aberta. Julgou de pé o Imperio, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional: proclamada a Republica, estabelecida a ditadura, conservou sua independencia de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o unico, em seu jornal e no seu pais,

(46) Em inglês no texto. Pequenos artigos da redação em que se procura orientar a opinião publica acerca dos principais acontecimentos.

(47) José Ferreira de Araujo, nascido no Rio em 1847. Medico de grande cultura, foi proprietario o director da "Gazeta de Noticias" onde defendeu a abolição e a Republica.

a ter uma idéia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa.

Desmoralizou-se a imprensa com a publicação em suas colunas ineditoriais, sob o título de "a pedidos", de libelos infames, de ataques anônimos contra personagens publicas ou privadas e instituições, publicações essas pagas pelos interessados, entre os quais a policia se encontra não raro. Não insisto nesse ponto desagradavel; mas os brasileiros devem ter em vista que esse recanto mal afamado dos jornais, onde o leitor, levado por uma curiosidade malsã, deita o olhar em primeiro lugar, é um ponto gangrenado do corpo social; é preciso estirpa-lo a ferro e fogo.

O povo brasileiro recebeu ha mais de meio século um presente bastante perigoso: uma constituição parlamentar. D. Pedro I não percebeu sem duvida que entregava a mãos grosseiras e inhabeis um instrumento delicado de metal fino, cuja lamina aguçada iria feri-las ao ser utilizado. Para um governo parlamentar faltavam ao povo costumes politicos, o habito do "self-governement" (48), e ao espirito publico uma orientação definida, uma educação su-

(48) Em inglês no texto. Governo proprio. Capacidade de escolher seus dirigentes.

ficientemente adiantada; em suma carecia o povo de uma consciencia de si próprio.

Em consequencia, o governo pessoal que sobreviveu à proclamação da Constituição degenerou em anarquia pacífica, o regime parlamentar transformou-se no país em politica de clans, no Parlamento em intrigas de bastidores e mexericos interminaveis. Contudo o funcionalismo graduado permanecia em geral sadio. Deste ponto de vista pode-se estabelecer uma differença muito marcada entre o Brasil e as republicas hispano-americanas; enquanto nestas o partido que se apossa do poder explora cinicamente o crédito do estado e os altos cargos que occupa, e seus chefes não abandonam o lugar sinão depois de alcançarem fortunas escandalosas, no Brasil os ministros deixam o poder de mãos limpas, alguns mais pobres ainda do que ao assumi-lo. Mas não escapam em geral a uma incuravel fraqueza do carater brasileiro, a condescendencia para os parentes e amigos; citarei como exemplo o sr. João Alfredo que depois de ter sido varias vezes ministro vive hoje mais que modestamente e, no entanto, durante a sua passagem pelo poder, foi violentamente atacado e severamente julgado por não ter sabido resistir ao apetite de sua camarilha.

O Governo Imperial nunca se decidiu a adotar nas suas relações com as provincias uma linha de

conduta francamente definida: é impossível dizer se seus atos provinham de um pensamento centralizador ou de um principio contrario; o "laisser-faire" alternava com o excessivo rigor; donde uma incerteza fatal ao desenvolvimento rapido e espontaneo das provincias. No imenso territorio brasileiro, sob os climas mais diversos, formaram-se nucleos de independencia, ambientes originaes; algumas provincias progrediram, não sem ousadia e felicidade, como S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul. Fôra necessario ao Governo Central um punho firme mas habil, uma larga inteligencia das diferentes necessidades e das energias desiguais desses membros de um mesmo corpo; mas nenhuma dessas qualidades se encontraram nele. A autonomia provincial existia legalmente; na pratica foi fiseada ou anulada. Nem as justas impaciencias, nem os vigorosos impulsos, nem as reclamações instantes das provincias jovens, ativas e prosperas, conseguiram quebrar a força de inercia do poder central. As partes mais vivas do Imperio sentiram-se tomadas por um vago malestar que acabou por se acentuar e tomar vulto sob a formã republicana no que ela têm de mais justificavel e irresistivel. Porisso, nas provincias mais adiantadas, a queda do Imperio foi saudada como uma libertação, como a chegada de um regime mais

inteligente das necessidades provinciais — a Republica Federativa em suma.

Sob o imperio de uma constituição tomada de emprestimo, quanto ao regime parlamentar, ao sistema inglês, quanto ao principio federativo, aos Estados Unidos, era a administração regida por algumas regras copiadas do direito administrativo francês, inspiradas porém em um espirito totalmente oposto, e naturalmente despidas das tradições que as justificam. Os estadistas brasileiros chamados a legislar ou a redigir regulamentos para um grande país novo, cujas necessidades diferiam singularmente das de uma das nações mais centralizadas do mundo, foram prejudicados pelas suas leituras quasi exclusivamente francezas. De uma juxtaposição de principios tão diversos somente confusão podia resultar e conflitos incessantes surgirem. Por uma lado faltavam ao pessoal administrativo a cohesão, o espirito de disciplina, uma educação profissional séria, a consciencia de seus deveres.

O cléro não tem influencia nos espiritos nem força na sociedade e não me parece muito preocupado com isso. À exceção do baixo povo, grosseiro, ignorante e naturalmente supersticioso, ao qual as procissões apimentadas com fogos de artificio e exhibições teatrais são necessarias, o brasileiro é indifferente ou incredulo. O cléro se recruta com

dificuldade e à margem das outras profissões, entre o rebotalho das mesmas. O Brasil não tem numero suficiente de padres e a sua importação se torna imprescindível. A Italia não mandou apenas braços para a lavoura, mandou também recrutas para a Igreja; não é raro, em verdade um vigário italiano, após alguns anos de pratica abandonar um dia a batina pela vida civil e a sacristia pelo balcão de negociante. A profissão ecclesiastica, desprestigiada, é abandonada como o clero na sociedade.

Os officiaes do exercito não eram muito mais considerados que o clero nas Monarquias. Como a profissão militar, mal remunerada, não conduzia nem às honras nem ao poder, o corpo de officiaes era muito mal constituido. O Imperador não tinha siquer uma casa militar; êle desacreditava as altas funções do exercito fazendo marechais a torto e a direito entre pessoas que nunca haviam visto uma espada. Criara, é verdade, escolas preparatorias militares, mas o ensino teorico nelas predominava; em vez de fornecer ao exercito officiaes instruidos e preparados para o officio, elas o inundavam de bachareis e de retoricos. Como é natural que acontecesse num país onde todas as intelligencias e todas as energias encontram emprego lucrativo na agricultura, no commercio ou na industria, a carreira militar só era solução para quem não tinha outra.

tanto mais quanto nada se fazia para dar-lhe relevo. E' interessante observar que as provincias centrais, em pleno crescimento, não fornecem nem officiaes nem soldados. O exercito recruta-se principalmente nas provincias do norte, atrasadas, e na do Rio Grande do Sul, onde, por causa da fronteira, a população sempre foi energica e belicosa. Pode-se dizer que o amor à profissão militar está em razão inversa do desenvolvimento economico das provincias, do estado de adiantamento da sua população.

O corpo de officiaes de marinha, considerado, tratado mesmo com carinho, é constituido por elementos tirados de um meio social superior; é em geral instruido e comporta individuos de grande distincção.

Eis, em grandes traços, diversos elementos da sociedade brasileira; nesse sóio é que se implanta a republica. Esta foi proclamada, mas até agora o que existe é apenas uma ditadura militar. O nascimento já foi registrado mas o recém-nascido é ainda *infans* (49); só com o tempo sua personalidade se revelará, depois que se tiver libertado da tutela de seus padrinhos: os militares. Que difficuldades encontrará nesse caminho apenas iniciado? A que empreendimentos, a que cuidados urgentes deverá con-

(49) Em latim no texto.

sagrar seus esforços ao entrar na vida conciente e independente?

A republica, emancipada, libertada das preocupações de um presente incerto, deverá encarar com firmeza o futuro; muitos, dentre os homens de 15 de novembro, não todos, terão desaparecido do palco, gastos por um papel demasiado pesado e desempenhado febrilmente; inumeros estadistas formados no antigo regime, habituados ao governo, tentarão por ordem nas construções ambiciosas e apressadas dos revolucionarios. O primeiro governo republicano legalmente constituído terá, não grandes coisas a fazer, pelo menos obras de grande fôlego a empreender: entre outras atacar de frente o problema militar. Como os homens de 15 de novembro poderiam resistir às exageradas pretensões de seus auxiliares da vespera? Onde um marechal revoltoso, que ontem deu um exemplo berrante de indisciplina, encontraria forças para restaurar a disciplina abalada? Essa tarefa caberá a seus sucessores. Estes deverão banir a politica do exercito, retirar o direito de voto aos officiais e obriga-los a optarem uma vez por todas entre a profissão de agitador popular e o dever de soldado; estes deverão dispersar, de acôrdo com as necessidades do serviço, os regimentos pelas provincias; deverão em suma reintegrar o exercito nas suas funções mas tambem

trata-lo com justiça. Seu primeiro dever será, em seguida, organizar a educação do povo brasileiro, chamado a governar-se por si próprio; tal tarefa é dispendiosa e delicada. A autonomia das provincias, transformadas em estados, não passaria de uma palavra sem sentido ou significaria a anarquia generalizada si ao povo não fosse dada a capacidade de escolher com conhecimento de causa seus mandatarios e de controlar-lhes a ação. Fornecendo aos cidadãos os meios necessarios à sua instrução, deverá o governo da Republica, ao mesmo tempo, resolver o grande problema da imigração, afim de não condenar o país ao empobrecimento gradual e à anemia. Nessa ocasião terá o Brasil necessidade de estadistas que conheçam seu próprio país e a Europa e tenham consciencia plena da importancia vital do problema; que sejam isentos de preconceitos de classe ou raça e possuidores de uma intelligencia aberta e de um carater firme; e finalmente que se disponham a abrir os braços aos homens fortes que venham tentar fortuna, deixando-os, para bem de todos, conquistar no patrimonio nacional um bocado digno deles, um bocado suscetivel de liga-los à sua nova patria.

XII

O BRASIL E A FRANÇA — QUESTÕES ECONOMICAS.

O Brasil atravessa um período de crises: crise política cujo desenlace se aproxima e será sem dúvida feliz graças ao bom censo do povo brasileiro; crise social cujo resultado é menos fácil de prever e de que a nação só sairá vitoriosa quando a disciplina fôr restabelecida no exercito, na administração, entre o povo, por toda parte; crise economica, consequencia inevitavel da abolição da escravidão, cujo remédio se encontra numa imigração bem conduzida e compreendida.

Num país novo como este, em que as grandes correntes economicas surgem à superficie, se desenhnam em pleno dia com uma nitidez vigorosa, se manifestam como forças da natureza, irresistivelmente, os negocios comandam a politica ou não a levam em conta. Nem os comerciantes nem os lavradores se atêm às subtilezas constitucionais e se a politica se atardar demasiado nos discursos êles

irão para a frente sem maiores preocupações. O Brasil desenvolve-se, e continuará a desenvolver-se; isso é tão inevitável quanto a volta das marés ou a passagem da infância para a idade adulta.

Eu desejaria esboçar rapidamente as grandes linhas deste país, sublinhar as condições de seu desenvolvimento econômico, mostrar no que ele pode interessar-nos e o que temos a fazer nele.

O Brasil é o maior e mais povoado dos países sul-americanos. Quasi todos os climas aí se encontram desde a zona torrida (Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso) até a região quente (Baía, Rio de Janeiro, parte de S. Paulo) e a região temperada (Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, parte de S. Paulo). Avalia-se a sua população em 15 milhões de habitantes, num território igual a 85 % da Europa e mais extenso do que a própria China ou os Estados Unidos.

A menor província brasileira é maior do que a Dinamarca. As maiores, Amazonas, Pará, Goiaz e Mato Grosso, sobreexcedem os estados europeus à exceção da Rússia. As províncias mais povoadas são as de Minas, Baía, S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Do ponto de vista agrícola o Brasil pode dividir-se em três grandes regiões: 1) — a região li-

toranea tropical, da fóz do Amazonas a Santos, na provincia de S. Paulo; é a mais povoada e cultivada; bastante larga ao norte restringe-se à medida que o planalto montanhoso se aproxima do litoral (O Brasil, à exceção do Amazonas, do litoral e da região sulina, é constituído por um imenso planalto que atinge de setecentos a oitocentos metros de altitude e desce em degraus para o mar; aí se encontram a floresta virgem, os campos nus ou cobertos de vegetação mirrada e as terras vermelhas, admiravelmente fertéis de S. Paulo e Minas); 2) — a região das planicies do Amazonas, baixa, úmida, muito quente e malsã, coberta de florestas inextricaveis, incrivelmente ricas em madeiras raras, e onde o indio, o caboclo e o mestiço são os unicos a colherem a borracha; 3) a região do sul, temperada, com um clima delicioso, para onde se dirigem de preferencia os colonos europeus (varias centenas de milhares de alemães) (50) e onde a terra se presta ao cultivo dos cereais e à criação do gado.

Os productos agricolas são em quasi toda parte a mandioca, o arroz, o feijão preto, o milho, que constituem os elementos basicos da alimentação no interior; o café, grande cultura industrial da região

(50) Sobre a colonização alemã no sul leia-se o livro de Emilio Willens: *Assimilação e populações marginaes no Brasil*. Cia Editora Nacional. 1940. 1 vol.

tropical e do planalto; o açúcar, no norte, principalmente em Pernambuco e na Baía.

Eis os principais produtos do Brasil no ano de 1886 — 1887, avaliados em mil réis (1.000 igual 2,83 francos ao par):

Café	187.000	contos
Açúcar (Pernambuco)	16.000	"
Algodão	15.120	"
Borracha (Pará)	5.200	"
Fumo (Baía)	6.250	"
Couros	5.360	"
Cacáu	1.630	"
Mate	3.600	"
Ouro em pó	1.200	"

O Brasil possui uma maravilhosa rede de comunicações naturais que precisa apenas ser completada ou retificada em varios pontos. A bacia do Amazonas, o rio S. Francisco, os rios costeiros, as bacias superiores do Paraguai e do Paraná constituem um conjunto de vias fluviais navegaveis, de cerca de 54 mil quilometros. Vapores cortam as aguas de quasi todos esses rios; sobem o Amazonas numa extensão de 10.000 quilometros desde a fóz até a fronteira do Perú; no Paraguai e seus afluentes percorrem 4.500 quilometros de Monte-

vidéu até a capital de Mato Grosso. Os engenheiros brasileiros combinaram muito habilmente o sistema de vias ferreas com a rêde de vias fluviaes; os rios costeiros que desembocam no Atlantico apresentam a particularidade notavel de após dirigir seu curso paralelamente à costa encontrarem a Serra do Mar, contraforte e sustentaculo do planalto; não podendo atingir o Oceano sem primeiramente atravessar a montanha, fazem-no através de uma série de cataratas e rapidos. Assim o S. Francisco, cujas quedas d'água são mais belas e imponentes, dizem, que as de Niagara.

O trabalho do engenheiro consistiu, em relação a esses rios que atravessam regiões fertes, em prolongar a via fluvial até o mar, por meio de uma ferrovia, a partir de um ponto em que, em virtude das quédas d'água e dos rapidos, ela deixa de ser navegavel. As estradas de ferro tiveram no Brasil, durante os ultimos anos, um progresso rapido:

1867 —	601	quilometros	
1870 —	997	"	
1880 —	3.521	"	
1887 —	8.486	"	
1888 —	9.200	"	(mais 9.990

em construção ou em estudo).

No sul, no Rio Grande e no Paraná, as estradas de ferro alcançam o Paraguai e seus afluentes, de modo que essas provincias têm duplo escoadouro: pelas estradas de ferro até o Oceano e pelo rio até o Prata.

Ha no Brasil 18.000 quilometros de linhas telegraficas terrestres, e um cabo litoraneo de 6.000 quilometros reúne os principais portos desde Belem, no Pará, o grande entreposto do Amazonas, até Montevideú.

E' o Brasil dotado de magnificos portos maritimos; poucos países possuem tantas janelas e portas abertas para o mundo: Manáus, no Rio Negro, um braço do Amazonas, a mais de mil quilometros no interior, ligado directamente com Liverpool (28 dias), Nova York e Rio de Janeiro; Belem, S. Luiz do Maranhão, Paraíba, Fortaleza, Recife, Alagoas, Bahia, Caravelas, Vitoria, Rio de Janeiro, Santos, Antonina, Desterro, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Pelotas.

Unicamente pelo porto do Rio de Janeiro, entraram em 1889, 1.375 navios de longo curso com um total de 1.275.527 toneladas e 1.030 navios de cabotagem com 530.371 toneladas. Os navios de longo curso assim se repartiam, de acôrdo com a nacionalidade: 526 ingleses; 164 noruegueses; 156 alemães; 150 franceses; 103 norte-americanos; 57

italianos. As estatísticas infelizmente não dizem qual a tonelagem das diferentes nações.

O commercio exterior do Brasil teve nos últimos trinta anos a seguinte evolução:

	Média anual	
1859-64	590.000.000	de francos
1874-79	897.000.000	" "
1879-84	1.003.000.000	" "
1886-87	1.180.000.000	" "

Em 1886-87 as importações estavam, para as exportações, na proporção de 209 para 263. A balança commercial é pois favoravel ao Brasil, mas esse país tem pagamentos em ouro a fazer na Europa, por conta do serviço de sua divida externa.

O commercio exterior do Brasil assim se divide, entre as principais potencias: das exportações 1/3 vái para os Estados Unidos, 1/3 para a Inglaterra, 1/10 para a França e 1/14 para a Alemanha.

Das importações 47 % vêm da Inglaterra e 17 % da França.

Os principais artigos de importação são, por ordem de importancia: tecidos de algodão, vinhos e alcoóis, conservas de carnes e de peixes, tecidos de lã, farinhas, carvão, roupa, branca, ferro e aço.

O commercio de café com o Brasil tem uma importancia capital, pois dá aos navios que levam nossos productos carga para a volta. O movimento do porto do Rio de Janeiro pode servir de barómetro: em 1889 saíram pelo Rio 2.910.325 sacas, sendo 1.797.530 para os Estados Unidos, 527.209 para os portos da Mancha e o Norte da Europa; 260.064 para os portos do Mediterraneo.

Londres recebeu	245.000	sacas
Hamburgo recebeu	158.000	"
Havre recebeu	64.000	"
Antuerpia recebeu	43.000	"
Bordeus recebeu	3.325.000	"
Trieste recebeu	118.000	"
Marselha recebeu	104.000	"

Adicionando-se as quantidades remetidas para nossos portos encontramos um total de 168.000 sacas, que não ultrapassa sinão de 10.000 sacas a quantidade importada somente pelo porto de Hamburgo. Aí está o perigo.

A França compra do Brasil 82 milhões de francos; a Inglaterra compra 128 milhões. A França vende ao Brasil 96 milhões de francos; a Inglaterra 176 milhões.

A Alemanha vem a seguir, o que é de temer, porquanto os alemães emigram; o mesmo ocorre com os italianos. Todos trazem consigo hábitos e necessidades que só podem satisfazer apelando para a mãe pátria.

Os números são sem dúvida eloquentes, mas ha coisas que elles não podem exprimir. A França, que nas estatísticas só apparece em segundo lugar, goza no Brasil de uma situação excepcional, moral principalmente, de que não soubemos aproveitar e da qual devemos tirar melhor partido. Se não podemos mandar imigrantes nada nos impede de fornecer capitais. Sigamos o exemplo dos inglezes: incrementemos o nossô commercio com esse país e criêmos empresas. O capital inglêz empregado no Brasil atinge cêrca de dois bilhões e meio representados pelo capital das casas de commercio, trinta e cinco milhões de libras esterlinas colocados em titulos brasileiros, dezenove em estradas de ferro, quatro em companhias de navegação, três e meio em cabos telegraficos, dois nos bancos, etc. Os inglezes, gente bem informada, conseguiram de um modo geral os melhores negocios; uma companhia inglesa é proprietaria da estrada de ferro Santos-Jundiaí, que dá dividendos de 20 a 22 % e é talvez a companhia de estrada de ferro mais lucrativa do mundo. Os inglezes são senhores do mercado financeiro do Rio;

fazem a alta e a baixa do cambio com cinismo. Tornando-se demasiados poderosos, ultrapassaram a medida como era de esperar; esticaram demais a corda e é facil observar aqui um cansaço generalizado: ninguem mais quer saber deles e de seus capitais. Sem duvida seria vão tentar expulsa-los dos lugares que ocupam, mas não parece impossivel impedir-lhes a conquista de novas posições.

O conflito anglo-português não contribue para melhorar as relações entre ingleses e brasileiros; os portugueses são numerosos, ricos e poderosos no Brasil e o brasileiro tem por Portugal sentimentos quasi filiais. A lassidão que se observa no Brasil com referencia aos ingleses já se transformou quasi em repugnancia. O chefe do Governo Provisorio dizia recentemente, em circumstancias que dão grande alcance a suas palavras, que não desejava mais dar emprego aos capitais ingleses, que o Brasil já se achava saturado deles e que êle desejava atrair os capitais franceses.

O marechal Deodoro interpretava fielmente o sentimento geral. E' comum ouvir-se esta pergunta: porque os franceses não vêm estudar este país, onde a luta lhes será tão facil? Confesso, com franqueza que êles não têm desculpa.

A situação moral da França é aqui excepcional, disse-o acima. Há para isso uma multidão de

razões. Os brasileiros têm por habito dizer que a França se acha à testa das raças latinas e que a ela se sentem ligados. Após a proclamação da Republica no Brasil parece que um novo laço une os dois países. A lingua franceza é falada no Rio, no mundo dos negocios e no mundo official, quasi tão correntemente quanto o portuguez. O francês é um instrumento indispensavel aos brasileiros para a comunicação com o resto do mundo. O ensino nas escolas secundarias, nas escolas industriais e nas faculdades é feito com livros francezes (43).

Nossa lingua é conhecida no Brasil inteiro; é um dos primeiros elementos na educação das classes cultas. As simpatias pela França são muito vivas, muito ativas; eu poderia citar mais de um exemplo susceptivel de provar que a amizade dos brasileiros não se restringe a palavras. A imprensa é-nos em geral simpatica; emprega máquinas e papel francezes. As livrarias estão cheias de livros francezes: todos os meios de propagação do pensamento acham-se a serviço das idéias francezas.

(51) Ultimamente um livreiro da Baza remetia a um editor de livros de medicina de Paris, com o qual nunca estivera em relações, um cheque de 17.000 francos a fim de receber por volta do correio uma partida de livros de medicina. (Nota do autor). Em verdade a situação mudou consideravelmente e o inglés occupa hoje, no ensino e na leitura dos brasileiros, o primeiro lugar.

É o caso de reproduzir-se aqui um lema da "Alliance Française": "a lingua franceza cria habitos francezes; os habitos francezes provocam a aquisição de produtos francezes; quem fala francêz torna-se cliente da França". Isso é tão verdadeiro que me ocorreu mais de uma vez ouvir as seguintes palavras de commerciantes brasileiros: "Recusamos o mais que podemos as incessantes ofertas dos inglêzes e dos alemães; recusamos enquanto nos resta uma esperança de encontrar um meio ou uma oportunidade para comprarmos aos francezes; mas os francêzes não nos oferecem essa oportunidade".

Como fazer, e que fazer, para corresponder a essa bôa disposição, para explorar esse terreno tão bem preparado? O contrario do que temos feito até agora.

Nós poderíamos e deveríamos dobrar o nosso commercio com o Brasil. A primeira condição para isso seria estudar o gosto e os costumes do país; a segunda conformar-se com os mesmos. Nossos fabricantes não se devem considerar deshonrados porque produzem, nem os nossos commerciantes porque vendem, objéto de máu gosto às negras e às mulatas; devem compreender que o gosto varia de acôrdo com a latitude e a côr da pele. Nossos negociantes devem conceder a seus clientes brasileiros créditos mais dilatados pois o prazo de noventa dias

a que estão habituados é demasiado curto. A alfândega no Brasil é lenta e negligente; acontece, com o prazo de três meses, ser o destinatário obrigado a pagar ao remetente antes de abrir as caixas. Ingêleses e alemães concedem seis meses de crédito.

Finalmente, nossos comerciantes devem enviar ao Brasil pessoas inteligentes, sérias e ativas. Os resultados não se farão esperar. Uma grande sapataria de Paris mandou ha alguns menses um representante ao Brasil. Este observou, logo ao chegar, que seus artigos não correspondiam aos gostos e aos habitos do comprador brasileiro. Que fez êle? Comprou algumas amostras do que se vendia comumente, voltou, mandou fabricar, e no ano seguinte colheu de inicio duzentos mil francos de encomendas.

O campo não está aberto sómente aos nossos commerciantes, mas ainda aos nossos capitalistas, aos nossos industriaes, aos nossos engenheiros. Sociedades francesas deveriam empreender grandes obras no Brasil; ha aqui excellentes colocações de capitais. Uma unica companhia franceza representa no Brasil a nossa industria: é a Companhia de Estradas de Ferro Brasileira (Dyle-Bacalan). Construiu ella uma linha muito difficil, uma das mais pitorescas do mundo inteiro pela região que atravessa e das mais curiosas pelas obras de arte que nada têm a

invejar ao São Gothard: é a estrada de grande futuro que liga Paranaguá a Curitiba, capital da provincia do Paraná, através da Serra do Mar. A Companhia de Estradas de Ferro Brasileira obteve nova concessão em 1889: cabe-lhe construir dois prolongamentos, para o norte e para o sul, numa extensão total de duzentos e vinte quilometros. A linha do sul deverá alcançar, posteriormente, após um percurso de novecentos a mil quilometros, a estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, porto interno sobre o Uruguai, e constituir assim um circuito completo de Paranaguá, no Oceano, à fóz do Prata, envolvendo as provincias de Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e o Uruguai. A Companhia de Estradas de Ferro Brasileira terá sem duvida difficuldades para conseguir em França os capitais necessarios; estes não faltam em nosso país, mas são tímidos ou cégos. No entanto essa ferrovia atravessa uma região de admiravel fertilidade, situada num clima saudavel, comparavel aos melhores e mais amenos da Europa.

Outra sociedade franceza construiu, na provincia do Rio Grande do Sul, uma estrada de ferro de trezentos quilometros entre as cidades de Rio Grande e Bagé. E' concessionaria ainda; ou está nas vesperras de sê-lo, de uma empresa consideravel: o porto de Rio Grande. Trata-se de dragar a barra

arenosa afim de abrir uma saída para o Oceano a uma das provincias mais ricas do Brasil, onde a cultura dos cereais e a criação de gado já dão grandes lucros. As obras, avaliadas em setenta e cinco milhões de francos, deverão estar concluidas dentro de sete anos. Serão pagas pelo governo central e pela provincia, na medida em que se forem realizando. Encontrará essa sociedade capitais em França? Para a sua estrada de ferro do Rio Grande a Bagé ella o tentou inutilmente. A linha está hoje nas mãos de uma companhia inglêsa e, embora terminada ha muito pouco tempo e explorada de modo pouco racional, cobre suas despesas. O capital empregado goza de uma garantia de 7 % em ouro, paga regularmente pelo governo brasileiro. Se essa companhia de estradas de ferro tivesse permanecido franceza, como o porto que sem duvida vái ser aberto por franceses, a influencia de nosso país poderia tornar-se consideravel nessa grande e rica provincia do Rio Grande do Sul.

Outra sociedade franceza, a Sociedade Franceza de Cabos Submarinos, enviou um agente ao Rio de Janeiro em 1889. Vinha solicitar uma concessão cujo objetivo era ligar telegraficamente o Brasil, isso é, Rio de Janeiro, a Nova York e daí à rêde geral. O agente obteve a concessão, vencendo inglêses e americanos, porque se achava no

lugar e entrou em relações directas com os membros do governo. A linha telegraphica a ser criada aproveitará as linhas terrestres brasileiras até o Pará; daí se dirigirá para as Antilhas, afim de unir-se aos cabos que a sociedade já possui e que serão prolongados até o Mexico para se juntarem às linhas litoraneas dos Estados Unidos. A sociedade franceza poderá, talvez, dentro de alguns anos, entrar em concorrência com a linha inglesa que liga o Brasil à Europa e cobra a taxa exorbitante de dez francos por palavra. Mal o agente dessa sociedade concluiu o negocio, inumeras oportunidades se lhe apresentaram: cidades solicitam instalação de luz electrica: a ligação de S. Paulo a Santos por telefone lhe é proposta.

Citei alguns exemplos para mostrar o que se fez; muito resta ainda por fazer. A capital, Rio de Janeiro, não pode permanecer no estado actual; ella deve ser sancada. E' uma questão essencial para o Brasil. A imigração é necessaria a esse país e enquanto o Rio conserva a reputação de uma cidade malsã, enquanto esforços muito sérios não tiverem sido feitos para tornar impossiveis os surtos epidemicos, a corrente migratoria passará ao largo em direcção ao Prata, sem se ramificar em caminho em proveito do Rio. Todo mundo parece estar de acôrdo quanto a esse ponto: haverá dentro em breve

grandes obras de saneamento. Em França, onde estamos bem aparelhados e onde temos experiencia dessas emprezas, deveria formar-se um sindicato de banqueiros assistido por engenheiros e que estudaria o negocio e solicitaria a concessão.

Alem de Rio Grande, outros portos necessitam de ampliação, e melhoramentos. Pernambuco, por exemplo. Se os franceses obtivessem as obras do porto de Pernambuco e tivessem ao mesmo tempo as do Rio de Janeiro, e as do Rio Grande, a influencia franceza se veria consideravelmente aumentada.

Não existe no Brasil um banco francês; óra qual o meio de desenvolver facil e rapidamente os nossos negócios sem um banco nosso? Os ingleses têm varios bancos e os alemães possuem um muito importante.

Como deveremos proceder para empreender grandes coisas no Brasil? Eis a meu vêr o meio mais seguro: formação de um sindicato de capitalistas que destinaria uma certa importancia às despesas de uma missão de estudos; enviar-se-iam ao Brasil dois ou três agentes ainda jovens, mas com alguma experiencia dos homens e dos negocios, de preferencia engenheiros; êles estudariam a situação e aproveitariam as oportunidades que por ventura surgissem. Seria necessario dar-lhes uma grande liberdade de ação, liberta-los de todos os embara-

ços que os hábitos meticolosos das administrações francesas impõem. Deveriam conformar-se com as tradições do país, onde as relações são muito fáceis e reina um certo relaxamento. E si sociedades francesas conseguissem obter algumas concessões que, depois de bem estudadas, seriam levadas a cabo com seriedade e atividade, isso só redundaria em benefícios para o Brasil e para a França. Os políticos passam, os interesses perduram; não se deve, em França, temer demasiado as inconsequências da política brasileira. O Brasil ha de viver e prosperar apesar de tudo.



ESTE LIVRO
FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NA
TIPOGRAFIA ROSSOLLLO
À
RUA ANDRÉDAL DO NASCIMENTO, 395
SÃO PAULO

